

Revista **Socialismo e Liberdade** n°31 | 2021

A luta contra o racismo e a violência em tempos de pandemia

Áurea Carolina: "Queremos muito mais que a democracia formal"

O que o **apagão do Amapá** tem a nos ensinar

Diante de quase 250 mil mortes, o governo segue com sua irresponsabilidade genocida, apoiado pelas Forças Armadas e pelo grande empresariado

FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

A gente não quer só vacina

A gente quer vacina, auxílio emergencial e *impeachment*

Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores

Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal

Presidente: **Alexandre Varela**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial

**Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Maritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos
Tiragem: 10 mil exemplares.

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
É POSSÍVEL VENCER _____	4
Juliano Medeiros	
O BRASIL DEVE SEGUIR AMÉRICA LATINA _____	8
Berna Menezes	
O NOVO SEMPRE VEM _____	14
Luciana Genro	
NOSSOS DESAFIOS PARA 2021 _____	20
Guilherme Boulos	
DEZ NOTAS INQUIETAS: DESAFIOS E PERIGOS EM 2021 _____	24
Valerio Arcary	
ENTREVISTA: ÁUREA CAROLINA NÃO NOS CONFORMAMOS COM O MODELO FORMAL DE DEMOCRACIA. RESGUARDAR AS REGRAS DO JOGO É ESSENCIAL _____	30
Gilberto Maringoni	
LUTA CONTRA O RACISMO: RESISTÊNCIA À OPRESSÃO DO CAPITAL GLOBAL _____	34
Dennis de Oliveira	
RACISMO E BRANQUIDADE NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL _____	42
Danilo Moura	
A VIOLÊNCIA NOS TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19 _____	48
Benedito Mariano	
A GUERRA DA VACINA, O SUS E A ESQUERDA SOCIALISTA _____	52
Cátia Guimarães	
A FORD E AS AGRURAS DO DESENVOLVIMENTISMO ASSOCIADO _____	56
Marco Antonio Rocha	
AMAPÁ EM TRANSE LUZ PRIVADA, ESCURIDÃO PÚBLICA E CONSEQUÊNCIAS ELEITORAIS _____	60
Luiz Arnaldo Campos	
PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA NO GOVERNO BIDEN _____	66
Rafael Ioris	
A DIREITA, A INTERNET E OS LIVROS _____	72
Haroldo Ceravolo Sereza	
QUADRINHOS ARBÍTRIO _____	76
Marcello Quintanilha	



E D I T O R I A L

CONQUISTAR A VIDA E AVANÇAR PARA A DIGNIDADE HUMANA

Eis nossa revista 31, coletiva e focada nos desafios do presente. Não temos dúvidas em afirmar que o impeachment de Bolsonaro é decisivo para impedir o desmonte do país e avançar em conquistas e no acúmulo de forças por um Brasil melhor. Mas neste momento há desafios que precisamos construir coletivamente, pois, além de tirar o pior presidente eleito de todos os tempos no Brasil, precisamos fortalecer o SUS, exigir auxílio emergencial e assegurar que todas as pessoas tomem a vacina. Medidas urgentes e fundamentais para colocar a vida acima da morte e acima do lucro. As mortes precisam ser paralisadas imediatamente e ações positivas devem tomar as marcas e se fazer como sinais presentes no tempo.

Assim, seguem as várias contribuições de artigos qualificados com a diversidade para a conquista da liberdade que o PSOL apresenta. Como está nas linhas desenhadas por Juliano Medeiros “o desemprego alcançou a taxa de 14,3% da população economicamente ativa entre agosto e outubro, com uma alta em relação ao trimestre anterior. A pobreza extrema, um dos indicadores mais assustadores da desigualdade social no Brasil, deve dobrar em 2021”. Para além de impedir que tais consequências da política de morte avancem precisamos também criar bolsões coletivos para a política da vida. Não há tempo a perder no avanço político e precisamos sim avançar coletivamente.

Não é possível viver uma pandemia a cada segundo da vida. A pandemia do desemprego, a pandemia dos baixos salários, a pandemia da ausência de moradia, a pandemia da inexistência de políticas de educação, saúde e arte. Essa estrada repleta de obstáculos para a maioria das pessoas deve ser superada com uma roda que gire a favor da liberdade, da vida e do socialismo. Será com ações como

essas, que apresentamos em nossas revistas, unificando as diferenças e a diversidade de mulheres e homens que lutam por um mundo melhor, que avançaremos para superar o capitalismo e conquistar o viver plenamente.

Nesse sentido, como bem afirmado por Berna, o “Brasil está com boa parte dos pulmões comprometidos, respirando por aparelhos, conseguiu vaga na UTI, mas acabou o oxigênio”. Será, portanto, nossa unidade, com a diversidade que a amplia, com a participação ativa que fará alterar a lamentável realidade do nosso país.

Como bem descrito por Boulos, o auxílio emergencial que chegou para aproximadamente 70 milhões de pessoas, “funcionou até aqui como um colchão social. Foi por causa dele que nós reduzimos cenas explícitas de miséria e de violência”. E precisamos ir além, para além de manter quaisquer pingos de manutenção da vida, precisamos ampliar. A taxação das grandes fortunas e a conquista da RENDA BÁSICA INCONDICIONAL E UNIVERSAL são elementos centrais nesse potencial avanço, com passos firmes para fazer outro mundo possível.

Assim, seguimos apostando em nossa inteligência coletiva. Caminhamos no investimento em formação, organização e ação revolucionária, para olhar um futuro que o socialismo exista e que o presente tenha marcas do amanhã com dignidade e ações dos sujeitos sociais, que são as trabalhadoras e os trabalhadores do nosso tempo. A revista é rica e apresenta diversidades de leituras e análises para potencializar nossos desafios. Vamos dar um passo à frente, conquistar direitos, tecer a vida com dignidade e fazer valer nossa unidade na diversidade.

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco

É POSSÍVEL VENCER

FORA BOLSONARO/IM

VACINA JA PARA TODOS - FORA BOLSONARO! FRENTES DE RESISTÊNCIA

O desgaste de Bolsonaro diante da pandemia pode abrir uma nova situação política no país. O aumento da pobreza, do desemprego e o fim do auxílio emergencial impactam a popularidade do governo e tendem a sensibilizar mais a sociedade para uma campanha de remoção do presidente da República

Juliano Medeiros

O ano de 2021 se inicia com o aprofundamento da crise econômica e social que o país vive nos últimos anos. A combinação entre desmonte das conquistas sociais e democráticas da Constituição Federal de 1988, política econômica recessiva e negacionismo científico fizeram do Brasil um terreno fértil para a propagação da pandemia do novo coronavírus e para a tragédia em que vivemos. Quando se iniciou o novo ano, o país contabilizava mais de 200 mil vítimas fatais.

Na economia, o cenário é desolador. Segundo o Boletim Focus, o PIB brasilei-

ro – soma de todas as riquezas produzidas no país – deve ter uma retração de 4,4% em 2020. O resultado dessa situação se faz sentir diretamente no mundo do trabalho. De acordo com o IBGE, o desemprego alcançou a taxa de 14,3% da população economicamente ativa entre agosto e outubro, com uma alta em relação ao trimestre anterior. A pobreza extrema, um dos indicadores mais assustadores da desigualdade social no Brasil, deve dobrar em 2021, segundo projeções feitas pelo Ibre-FGV.

Isso significa que a quantidade de brasileiras e brasileiros vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia passará dos atuais 6,5% registrados em 2019 para algo na casa de

12% ao final de 2020. Só o fim do Auxílio Emergencial, decretado por Bolsonaro, empurrará 17 milhões de brasileiras e brasileiros para abaixo da linha da pobreza, agravando ainda mais a crise social.

BRASIL SEM BOLSONARO

Para abreviar esse sofrimento, o Brasil precisa se livrar de Jair Bolsonaro. Não se trata, portanto, apenas de viabilizar o *impeachment* – que faria de Hamilton Mourão o novo presidente – mas de criar as condições políticas e sociais para promover uma agenda totalmente diferente da que tem sido implementada até aqui. É preciso garantir a retomada do investi-



COLETIVO ALVARADA / SIMSBEITING E @MONISSIMA, NONE

mento público, da geração de empregos, do financiamento adequado da saúde, a revisão das desonerações, a promoção de uma reforma tributária que desonere as trabalhadoras e trabalhadores, o fim das medidas recessivas – especialmente a Emenda Constitucional 95, que congela a ampliação de gastos nas áreas sociais – e a proteção das empresas públicas.

Essa agenda exige um novo governo, que pode ser conquistado com eleições livres e democráticas. Para apagar Bolsonaro do poder há inúmeras alternativas constitucionais. Mas para que isso ocorra, é preciso alterar a correlação de forças sociais, isto é, aumentar na sociedade a

Segundo o Boletim Focus, o PIB brasileiro deve ter uma retração de 4,4% em 2020. O resultado dessa situação se faz sentir diretamente no mundo do trabalho. De acordo com o IBGE, o desemprego alcançou a taxa de 14,3% da população economicamente ativa entre agosto e outubro, com uma alta em relação ao trimestre anterior. A pobreza extrema, um dos indicadores mais assustadores da desigualdade social no Brasil, deve dobrar em 2021

quantidade de pessoas favoráveis ao fim do governo. É uma tarefa grandiosa, que exige o envolvimento de diferentes classes, instituições e organizações políticas e sociais.

Com o aprofundamento da crise, causado pelo aumento de casos do coronavírus em todo o país, e o fim do Auxílio Emergencial, decretado pelo governo Bolsonaro, a popularidade do presidente começa a dar sinais de queda. A aprovação de uso emergencial, pela Anvisa, de duas novas vacinas, é uma derrota simbólica de Bolsonaro e de sua política negacionista. São elementos que nos permitem antever uma brecha na represa do pacto entre o bolsonarismo e o mercado, por onde pode passar um amplo movimento de repúdio do governo.

Esse cenário, porém, começou a ser construído bem antes. Ao contrário do que ocorreu no primeiro ano de governo, Bolsonaro perdeu o monopólio sobre o debate público durante a pandemia. Esse processo foi fundamental para que houvesse um maior equilíbrio de forças na sociedade. Apesar de recuperar popularidade a partir da aprovação do Auxílio Emergencial, em junho, Bolsonaro teve dificuldades para traduzir esse processo em apoio político. Na eleição municipal ele foi o grande derrotado e deu sinais de que teria um 2021 difícil pela frente.

A ELEIÇÃO MUNICIPAL

Todo processo eleitoral tem uma agenda de temas. Essa agenda não é definida pelos candidatos durante a campanha, mas antes, por uma série de atores que disputam previamente os assuntos que terão centralidade na eleição. Em 2018, por exemplo, quando 57 milhões de brasileiras e brasileiros elegeram Jair Bolsonaro, a campanha eleitoral tinha um temário claro: combate à corrupção e negação da política (resultado da espalhafatosa atuação da Lava Jato), valores morais (que ganharam centralidade graças à atuação decidida das igrejas neopentecostais) e segurança (como expressão da deterioração das condições de vida em todos os níveis). Parece óbvio, olhando em retrospectiva, que com uma agenda dessas o resultado só poderia ter sido a eleição de um candidato de extrema direita.

Em 2020 os temas da eleição foram determinados pela trágica pandemia do novo coronavírus. Durante os meses que



Entre os partidos de esquerda, o PSOL foi o que verificou o maior crescimento proporcional. Embora ainda governe apenas cinco cidades e tenha eleito só 90 mandatos de vereador em todo o país, o PSOL ocupou lugar de destaque no debate eleitoral, não só pela importância de campanhas como as de São Paulo, com Guilherme Boulos e Erundina, ou Belém, com Edmilson Rodrigues, mas principalmente pela capacidade de combinar propostas propriamente eleitorais com a denúncia da crise que o país vive

antecederam o processo eleitoral, o debate público foi tomado por questões como o financiamento dos serviços de saúde e assistência social; a necessidade de se combater o desemprego e a quebra de milhares de micros e pequenos empreendimentos; o papel dos governantes na luta para conter a propagação do vírus; a oferta de políticas de renda mínima entre outras.

PREOCUPAÇÕES POPULARES

Segundo pesquisa Ibope realizada em outubro, a saúde foi apontada como principal preocupação dos eleitores em onze capitais. Até organizações como Banco Mundial, FMI e OCDE se manifestaram sobre a necessidade de se ampliarem os investimentos públicos e afrouxar as medidas de austeridade, com o objetivo de gerar condições para a retomada da economia global, mudando radicalmente o debate em torno da agenda econômica. Embora presentes, temas como corrupção e segurança ficaram definitivamente em segundo plano.

Com isso, ao invés de definir as prefe-

rências eleitorais a partir das posições dos candidatos frente a temas morais, muitas vezes sem qualquer relação com as atribuições de um prefeito ou vereador (como aborto, descriminalização das drogas ou atuação das forças de segurança pública), parte expressiva dos eleitores colocou a política em primeiro plano: optou por candidatos que, a seu ver, apresentavam melhores condições de enfrentar a profunda crise sanitária, econômica e social que vivemos.

Não por acaso, o percentual de prefeitas e prefeitos reeleitos chegou a inéditos 72%. Na dúvida, o eleitor preferiu a manutenção de nomes já conhecidos, mesmo com gestões muitas vezes mal avaliadas antes da pandemia.

O resultado foi uma derrota acachapante dos candidatos identificados com o bolsonarismo. A esquerda, por sua vez, embora não tenha tido resultados que permitam descrever uma incontestável vitória, tampouco foi derrotada.

Em condições de voltar a falar dos temas que unificam as classes populares – emprego, saúde, educação, transporte público, combate às desigualdades – e longe da armadilha identitária, vários candidatos chegaram ao segundo turno e venceram eleições em cidades importantes, como Belém e Fortaleza. O retorno da política e do debate de projetos, em detrimento do debate sobre valores morais, faz bem para o Brasil e abre novas perspectivas.

Entre os partidos de esquerda, o PSOL foi o que verificou o maior crescimento proporcional. Embora ainda governe apenas cinco cidades e tenha eleito só 90 mandatos de vereador em todo o país, o PSOL ocupou lugar de destaque no debate eleitoral, não só pela importância de campanhas como as de São Paulo, com Guilherme Boulos e Erundina, ou Belém, com Edmilson Rodrigues, mas principalmente pela capacidade de combinar propostas propriamente eleitorais com a denúncia da crise que o país vive. Um dos principais exemplos é a proposta de criação de uma renda cidadã municipal, ora implementada no novo governo de Belém, mas encampada por inúmeros candidatos do partido pelo país.

A diversidade de nomes, rostos e trajetórias também marcou a participação do PSOL nessas eleições, com a vitória de dezenas de mulheres, negros e negras,

Se a oposição quiser impor sua narrativa, além de alianças, deverá também saber priorizar os temas capazes de unir a maioria do povo brasileiro em favor da mudança. É possível vencer e virar, de uma vez por todas, essa página infeliz de nossa história

LGBTs e ativistas sociais de diferentes frentes de luta, consolidando o partido como principal espaço de renovação da esquerda brasileira.

AMPLIAR AS LUTAS EM 2021

Bolsonaro foi o grande derrotado das eleições municipais de 2020. Ele começou 2021 vendo a popularidade cair após a extinção do Auxílio Emergencial. Mas o acordo com o chamado “centrão” está a pleno vapor, o que significa que o mercado ainda espera que ele seja capaz de promover as contrarreformas exigidas para destruir definitivamente as conquistas de 1988. Além disso, apesar dos constrangimentos envolvendo o Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, os militares não deram até o momento sinais de um “desembarque” do governo da extrema direita, o que confere certa estabilidade institucional a Bolsonaro.

Mesmo com essas dificuldades, a tendência é de ampliação do desgaste do governo e fortalecimento da campanha pelo #ForaBolsonaro. Enquanto não for possível convocar manifestações de rua, às forças de oposição caberá superar a divisão que se manifestou na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados – divisão que expressa diferentes táticas para derrotar o bolsonarismo – e apresentar uma plataforma emergencial em torno de três eixos: a) saída de Bolsonaro e Mourão; b) volta do Auxílio Emergencial e promoção de políticas de retomada econômica no médio prazo; c) garantia de vacinação de toda a população o mais rápido possível.

Muitas outras lutas irão se impor a cada momento, como aconteceu na denúncia da violência policial contra negras e negros ou dos crimes ambientais do governo Bolsonaro. Elas não podem ser negligenciadas ou secundarizadas em hipótese alguma.

Mas se a oposição quiser impor sua narrativa, além de alianças, deverá também saber priorizar os temas capazes de unir a maioria do povo brasileiro em favor da mudança. É possível vencer e virar, de uma vez por todas, essa página infeliz de nossa história.



Juliano Medeiros é historiador, Doutor em Ciência Política e Presidente Nacional do PSOL.

O Brasil deve seguir América Latina

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

“Estamos sendo atacados”

Lunga: personagem do Filme *Bacurau* (2019)

Berna Menezes

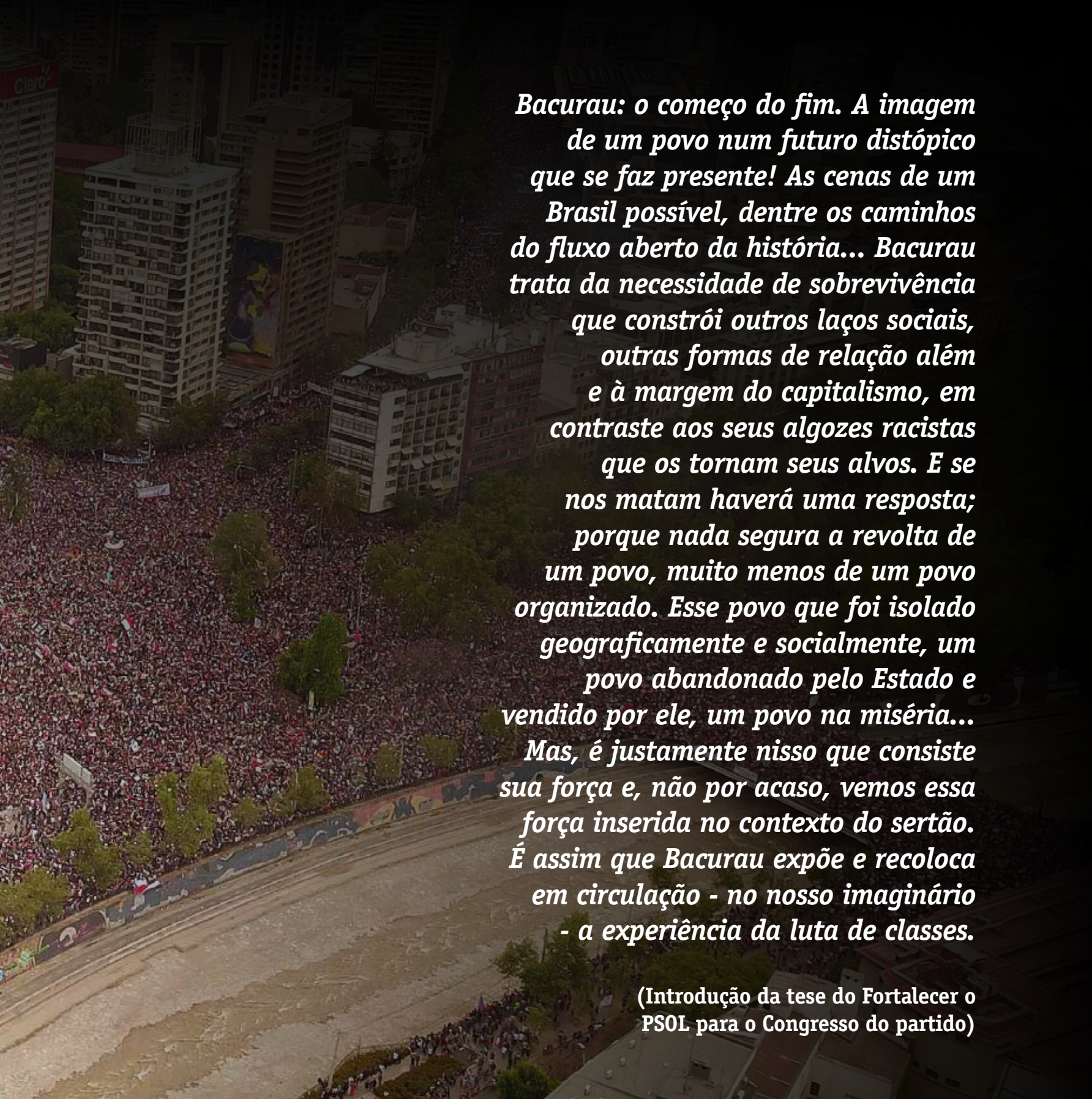
QUE BRASIL SAI DAS ELEIÇÕES DE 2020?

Estamos vivendo uma verdadeira guerra aos pobres. Mais de 200 mil mortes por Covid-19. Mais da metade da população

economicamente ativa está desempregada (14%), precarizada (41,1%, segundo o IBGE), desalentada ou vive de bicos. A violência exhibe números maiores que países em guerra, aumentaram os assassinatos por balas perdidas, o presidente da República libera e estimula o arma-

mento daqueles que podem comprar seu dispositivo letal.

Uma verdadeira guerra aos pobres, aos negros periféricos, às mulheres, aos LGBTQI+ e aos indígenas. Exibimos o título de terceira maior população carcerária do planeta, que vive em condições sub-hu-



Bacurau: o começo do fim. A imagem de um povo num futuro distópico que se faz presente! As cenas de um Brasil possível, dentre os caminhos do fluxo aberto da história... Bacurau trata da necessidade de sobrevivência que constrói outros laços sociais, outras formas de relação além e à margem do capitalismo, em contraste aos seus algozes racistas que os tornam seus alvos. E se nos matam haverá uma resposta; porque nada segura a revolta de um povo, muito menos de um povo organizado. Esse povo que foi isolado geograficamente e socialmente, um povo abandonado pelo Estado e vendido por ele, um povo na miséria... Mas, é justamente nisso que consiste sua força e, não por acaso, vemos essa força inserida no contexto do sertão. É assim que Bacurau expõe e recoloca em circulação - no nosso imaginário - a experiência da luta de classes.

(Introdução da tese do Fortalecer o PSOL para o Congresso do partido)

manas, da qual mais de um terço sequer foi julgada. A desindustrialização segue, a quebradeira de pequenas fábricas e das multinacionais que, depois de embolsarem milhões em subsídios, estão fugindo do Brasil, como o caso escandaloso da Ford. Com o desemprego, as restrições impostas pela Covid-19 e o fim do auxílio emergencial, a situação de miséria estourou. Para piorar, o modelo de exportação de *commodities* fez com que os preços dos alimentos fossem para as alturas: a cesta básica em São Paulo está custando R\$ 563,00. Com todo esse “esforço” do go-

verno Bolsonaro/Guedes, conseguimos voltar ao Mapa Mundial da Fome, mesmo sendo o terceiro maior produtor de alimentos do mundo. Isso só se explica porque a direita, quer seja o setor raiz de Bolsonaro/Guedes/Mourão, quer seja o setor Nutella de Dória/Maia/Baleia, defendem a mesma pauta econômica.

Ou seja, o Estado brasileiro e o conjunto da direita desemprega, joga na miséria e mata, seja por fome, ausência de políticas públicas, à bala por violência policial nas periferias ou por falta de recursos nos hospitais.

Usando a linguagem pandêmica, o Brasil está com boa parte dos pulmões comprometidos, respirando por aparelhos. Conseguiu vaga na UTI, mas acabou o oxigênio. Apresenta algumas comorbidades, como a de ser o último país a acabar com a escravidão, o último no continente a ter uma universidade, faz menos de cem anos que garantiu o voto feminino e nunca conquistou uma verdadeira independência com luta. Por outro lado, o paciente possui território continental, biodiversidade fantástica, água e minérios, com povo, cultura, história e juventude fantásticos,

uma forte tradição de esquerda, pesquisadores e universidades qualificadas. Temos reservas internacionais de US\$ 342 bilhões. É possível termos outro futuro!

MOBILIZAÇÕES E GOLPE

Este é o país que sai das eleições de 2020. Se parece fácil descrever a foto do país, difícil será analisar o filme. Mas a tarefa pode ser facilitada se iniciarmos pela etapa em que estamos metidos desde a ausência de resposta pela esquerda no poder, às gigantescas mobilizações de 2013 e o consequente golpe articulado pelas elites brasileiras e seus aliados. Não saímos dessa etapa. Portanto, o que se esperava, em geral, dessas eleições? O avanço institucional do bolsonarismo, já que ele partia de, praticamente, zero prefeituras e vinha de um fortalecimento conjuntural devido ao auxílio emergencial. Só que isso não se confirmou.

BOLSONARO ACUSOU O GOLPE

“Se nós não tivermos voto impresso em 2022, uma maneira de auditar o voto, nós vamos ter problemas pior que os EUA”. Essa declaração de Bolsonaro não é uma atitude de quem está fortalecido e sim de alguém que acusou o golpe, da derrota de Trump, seu aliado do Norte, e do revés nas eleições do ano passado, nas quais sequer pode apoiar publicamente seus candidatos na TV.

Não sei de onde partem as análises de setores de esquerda aumentando os resultados eleitorais da direita. A realidade é que a vitória deles foi em 2016, a chegada de Bolsonaro à presidência é que integrava o *script* do golpe. A direita Nutella foi passada para trás pelo capitão, pois ele representou o setor mais consequente na luta contra o sistema de “entra eleições e sai eleições e nada muda para a maioria da população”. Na realidade, a elite educada estava, a maioria, até o golpe, governando com o PT. Maior exemplo foi Michel Temer, vice-presidente de Dilma e um dos quadros do MDB.

O que ocorreu em 2020? Uma tentativa de setores da direita de normalizar o golpe, aproveitando o desgaste de Bolsonaro pelas falcatruas da família, orientação fora da realidade sobre a pandemia e nenhuma mudança real na economia. Bolsonaro não entregou o que prometeu.

Houve, portanto, uma redistribuição de

O Brasil está com boa parte dos pulmões comprometidos, respirando por aparelhos, conseguiu vaga na UTI, mas acabou o oxigênio. Apresenta algumas comorbidades, como a de ser o último país a acabar com a escravidão e o último no continente a ter uma universidade

votos entre a própria direita que, de quebra, também abocanhou os votos do PSB e PDT. Estes que se autodenominam como centro-esquerda, mas que nos últimos anos tiveram como estratégia dialogar com setores de direita, além de embarcar no antipetismo. O PCdoB também namorou essa tática, aproximando-se de Ciro e do campo com PDT e PSB. Inclusive, no Maranhão, aliando-se a setores conservadores. Todos esses partidos pagaram o preço, pois a realidade está polarizada. Perderam votos para a direita e, mesmo Flávio Dino que começou o mandato de governador muito bem, inclusive sendo cogitado a candidato a Presidente em 2022, termina como candidato a deputado federal. O que salvou o PCdoB foi Manuela D’Ávila que optou por outro rumo, saindo fortalecida do processo eleitoral.

AVALIAR O PROCESSO

Portanto, temos que ser cuidadosos. Não podemos nem dar um peso superlativo e nem minimizar a direita. O setor que aumentou a força conservadora nesse processo eleitoral, errou novamente. Uma esquerda que passou de alardear um “longo inverno siberiano” a esperar a “tomada do Palácio de Inverno” nas eleições. Caiam na real!

Não havia nenhuma perspectiva de vitória da esquerda nessas eleições. Nas lutas de rua que ocorreram em 2020, foi o povo que levou praticamente sozinho. Ou alguém chamou as mobilizações das torcidas organizadas e posteriormente, o levante do movimento negro, que mandaram os bolsonaristas e negacionistas para casa? Alguém, em sã consciência, diria em março de 2020 que Boulos iria para o segundo turno em novembro? Que o Rio de Janeiro, sem nosso camarada Marcelo Freixo, teria o resultado espetacular que teve? Porto Alegre ampliando a bancada? E mesmo Belém, era muito difícil.

PSOL FOI A NOVIDADE EM 2020

O PSOL sai do processo eleitoral com muita autoridade e com o aumento de responsabilidades em relação ao movimento social e a construção de uma estratégia para o país. Dobramos o número de militantes, aumentamos nossas bancadas nas Câmaras em várias partes do país, ganhamos a prefeitura de Belém com o nosso querido Edmilson Rodrigues e fomos para



o segundo turno na maior capital do país, São Paulo, com a dupla Boulos/Erundina. Além disso, o PSOL teve um crescimento importante nas Câmaras Municipais das capitais da região Sul e Sudeste, elegendo 23 vereadores. Em todas as capitais, o partido teve um crescimento de 50%. Em São Paulo, a bancada triplicou.

É evidente que há uma nova geração de lutadores sociais e juventude cansados da velha política, que vê em nosso partido um enfrentamento consequente ao governo Bolsonaro e um diálogo distinto com novas pautas. Mas falta mais, temos que ir revolucionando nossos métodos de ação e funcionamento, formando novos quadros militantes e aprendendo com nossa classe. Respondendo programaticamente a nova realidade aberta pela etapa de disputa hegemônica entre China e EUA. Enfrentando as crises acumuladas pelo capitalismo decadente e destruidor da natureza, do planeta e na humanidade.

O PSOL poderá ser o polo de reorganização da esquerda no Brasil. Pois o PT, que cumpriu esse papel por várias décadas, estancou a sangria nessas eleições, mas ainda não se recuperou da queda de mais de 60% de votos, entre os anos de 2012 e 2016. O PT, mesmo seguindo como maior partido de esquerda do país, vem numa

**A expressão da
ultradireita toma
contornos mais
graves devido à
condição de um
país dependente.
Aqui, tais
setores primam
pela entrega
violenta de
nossas riquezas
e patrimônios,
assim como as
condições de vida
de nossa classe**

dinâmica de estagnação e retrocesso nos grandes centros. Lula, a figura principal, não participou do processo eleitoral e, onde esteve presente, como no caso de São Paulo, amargou uma grande derrota terminando em 6º lugar. O PT perde o dinamismo para a vanguarda da classe e de nosso povo após muitas décadas, não dialogando com a base de esquerda, de militantes sinceros e que não entendem o apoio ao candidato bolsonarista no senado. Isso abre espaço para novos atores.

BOLSONARO, BOLSONARISMOS E O FUTURO DA ULTRADIREITA

Como já afirmamos em artigo ao *Boletim da Crise* nº. 52, da Fundação Lauro Campos/Marielle Franco, Bolsonaro foi rejeitado pelas urnas. O resultado eleitoral de 2020 mostrou que Bolsonaro não pode tudo, mas não está morto. A etapa internacional aberta pela crise econômica de 2008, abriu as portas do inferno. Surgiram em diversas partes do mundo partidos, movimentos e governantes de ultradireita, negacionistas sobre a ciência, ao combate a pandemia e a gravíssima crise ambiental e ataques aos direitos da nossa classe e nosso povo - que no Brasil foi sintetizada pela máxima de Bolsonaro: emprego ou direitos. Além do retrocesso



CARL DESOUSA | AP

brutal na pauta de costumes, estimulando a violência, enfrentamos o machismo, a homofobia e preconceitos de toda espécie. Mas há uma face desse setor de direita

que é o combate as instituições do regime.

Fazem a disputa direta de massas, tensionando o tempo todo a sociedade. Criticam o Parlamento, a Justiça, a imprensa,

os partidos, os políticos e a política. Tem como centro a crítica a corrupção. No entanto, estão envolvidos até a medula em corrupção, são as velhas raposas da política, que usam parte da imprensa e redes sociais.

Esse setor corresponde a uma base real, inclusive, e quiçá principalmente e infelizmente, da classe trabalhadora, que se encontra perdida com as profundas transformações no mundo do trabalho.

PAÍS DEPENDENTE

No caso do Brasil, a expressão da ultradireita toma contornos mais graves devido à condição de um país dependente. Se no núcleo do capitalismo, os EUA, se expressa em protecionismo de suas indústrias, empregos e dos nascidos em território americano, gerando políticas xenofóbicas, construção de muros; em nosso país, prima a entrega violenta de nossas riquezas e patrimônios, assim como as condições de vida de nossa classe.

Ao analisar a classe dominante na América Latina, que ele denominou de lumpenbúrguesia, André Gunder Frank dizia:

Os trabalhadores estão nas ruas, têm que sobreviver. Mais da metade da população economicamente ativa está desempregada, precarizada ou desalentada. Tem que trabalhar para comer. Por outro lado, o povo chileno não é negacionista, tampouco o boliviano, o peruano ou o norte-americano, mas viram a necessidade de sair às ruas para mudar a correlação de forças nessa guerra contra o povo em seus países



“...esta estrutura colonial e de classe determina os interesses de classe dirigidos pelo setor dominante da burguesia, que se valendo frequentemente dos governos e dos demais instrumentos do Estado, gera políticas de subdesenvolvimento no plano econômico, social, cultural e político para a ‘nação’ e para o povo latino-americano, fazendo com que uma mudança no modo de dependência modifique a estrutura econômica e de classes, se determinem contemporaneamente algumas mudanças na política da burguesia dominante, os quais, salvo determinadas exceções parciais que se indicaram, acabam reforçando as próprias relações de dependência econômicas que favorecem essas escolhas políticas e, por conseguinte, contribuem a agravar ainda mais o desenvolvimento do subdesenvolvimento na América Latina”.

QUE COMECEM OS JOGOS

Se não tivermos política, debate de estratégia e construção de um debate democrático sobre programa, vamos ficar assistindo a disputa entre Dória e Bolsonaro pela vacina e o resultado das eleições

Estamos formados pela agenda eleitoral, queremos superar o eleitoralismo, a conciliação de classes, os acordos por cima, mas temos que construir a aliança com os de baixo para conquistar mudanças reais, que estimulem a juventude a fazer política e o povo a ver possibilidade de futuro

de 2022 pela GloboNews. Para a esquerda, entrar na disputa significa política de mobilização de massas, para alterar a atual correlação de forças.

É verdade que as eleições – ainda mais em uma etapa pós-golpe, são muito importantes.

Portanto, o debate sobre os espaços democráticos, são muito úteis na organização e atuação dos revolucionários, mas a serviço de quê? De estimular e organizar a mobilização. Não apenas votar de dois em dois anos. Parece que esquecemos o ABC. Muitos vão dizer, mas não somos negacionistas, estamos no isolamento. É meia verdade!

Os trabalhadores estão nas ruas, têm que sobreviver. Mais da metade da população economicamente ativa está desempregada, precarizada ou desalentada (nome bonito para quem cansou de buscar emprego). Tem que trabalhar para comer. Por outro lado, o povo chileno não é negacionista, tampouco o boliviano, o peruano ou o norte-americano, mas viram a necessidade de sair às ruas para mudar a correlação de forças nessa guerra contra o povo em seus países.

As torcidas organizadas ou as mobilizações negras não foram chamadas por nenhum partido de esquerda. E, foram eles que botaram a correr a direita bolsonarista das ruas. Naquele momento, as mesmas pessoas que diziam que não podíamos dar o mau exemplo e sair do isolamento, foram os que percorreram às ruas das cidades atrás de voto em setembro e outubro, mas não podiam ir a uma mobilização.

Estamos formados pela agenda eleitoral, queremos superar o eleitoralismo, a conciliação de classes, os acordos por cima, mas temos que construir a aliança com os de baixo para conquistar mudanças reais, que estimulem a juventude a fazer política e o povo a ver possibilidade de futuro. Um programa antissistema que faça um combate radical ao sistema financeiro e aos representantes, a elite brasileira. Esse é o desafio do PSOL!



Berna Menezes integra a Executiva Nacional do PSOL e a direção nacional da Fasubra/Intersindical.



O NOVO sempre vem

Para Nancy Fraser, duas vertentes do neoliberalismo polarizaram por décadas as disputas políticas nos Estados Unidos: uma progressista e outra reacionária. Embora semelhantes no plano econômico, há diferenças entre um *ethos* de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório e uma ordem de *status* mais racista, patriarcal e homofóbica. A crise de representatividade gerada pela frustração com o governo Obama e com a derrota de Trump abre uma espécie de lacuna hegemônica. O que essas situações podem indicar para a cena política brasileira?

Luciana Genro

Em *O velho está morrendo e o novo não pode nascer* (autonomia literária, 2020), Nancy Fraser apresenta um panorama da política norte-americana que parece ser muito útil aos debates sobre balanço e perspectivas da esquerda brasileira.

Partindo da constatação de que atravessamos uma crise política global que envolve o enfraquecimento brutal da autoridade dos partidos e do *establishment* político e que, portanto, há uma busca por novas ideologias, organizações e lideranças, Fraser aponta a existência de uma crise de hegemonia. Simplificando o conceito desenvolvido por Antonio Gramsci, hegemonia “é o termo que ele usa para explicar o processo pelo qual uma classe dominante faz com que sua dominação pareça natural ao infiltrar pressupostos de sua própria visão de mundo como sendo o senso comum da sociedade”. (p. 35)

A contrapartida organizacional da construção da hegemonia é a constituição de um bloco hegemônico, isto é, “uma coalizão de forças díspares que a classe dominante reúne e através dela afirma sua liderança.”

O bloco hegemônico pré-Trump é o que Fraser chama de “neoliberalismo progressista”, uma aliança entre correntes liberais do feminismo, da luta antirracista, do ambientalismo, da luta LGBTQ+, com os setores financeiros e de ponta da economia norte-americana, isto é, Wall Street, Vale do Silício e Hollywood.

DOIS CONCEITOS

Para se entender essa aliança é preciso se apropriar de dois conceitos utilizados por Fraser: distribuição e reconhecimento.

Distribuição é a visão sobre como a sociedade deve alocar os bens, especialmente os rendimentos, a riqueza. Está diretamente relacionada à estrutura social e à divisão de classes. O reconhecimento expressa a forma de como a sociedade reparte o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento. Está relacionado às hierarquias dos *status* sociais.

Segundo Fraser, a combinação desses dois aspectos de direito e justiça forjou a hegemonia capitalista nos Estados Unidos e na Europa desde a metade do século XX. Para ela, distribuição e reconhecimento são os “componentes essenciais a partir

dos quais as hegemonias são construídas” (p. 37) e foi o descrédito do nexos normativo entre eles que rompeu o bloco hegemônico anterior a Trump e possibilitou o surgimento do “trumpismo”.

Esse bloco hegemônico “progressista-neoliberal” tinha como eixo da política econômica dismantelar barreiras e proteções à livre circulação do capital. Essa linha, iniciada por Ronald Reagan e aprofundada e consolidada por Clinton, provocou uma redução brutal do padrão de vida da classe trabalhadora e da classe média e transferiu riqueza para os de cima, inclusive para os altos escalões das classes profissionais gerenciais. Com essa política plutocrática veio “um *ethos* de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório. No centro desse *ethos* estavam os ideais de diversidade, empoderamento das mulheres, direitos LGBTQ+, pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo. Esses ideais foram interpretados de uma maneira específica e limitada, totalmente compatível com a ‘*Goldman Sachsificação*’ da economia dos EUA”. (p. 39)

NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA E REACIONÁRIO

O antagonista desse bloco hegemônico do neoliberalismo progressista era o neoliberalismo reacionário. A política de distribuição era similar. Embora os discursos afirmassem defender os pequenos negócios, o objetivo era o fortalecimento das finanças, da produção militar e da energia não renovável. O que o diferenciava do neoliberalismo progressista era a visão do que seria uma ordem de *status* mais justa: racista, patriarcal, homofóbica, anti-imigrante e pró-cristã. As diferenças mais importantes estavam no campo do reconhecimento e não da distribuição.

Fraser define que “a hegemonia tem a ver com a autoridade política, moral cultural e intelectual de uma determinada visão de mundo – e com a capacidade dessa visão de mundo de se incorporar em uma aliança durável e poderosa de forças sociais e classes sociais. O neoliberalismo progressista desfrutou dessa hegemonia por várias décadas. Agora, no entanto, sua autoridade está severamente enfraquecida, se não completamente despedaçada.” (p. 76)

Essa polarização entre dois modelos,

Partindo da constatação de que atravessamos uma crise política global que envolve o enfraquecimento brutal da autoridade dos partidos e do establishment político e que, portanto, há uma busca por novas ideologias, organizações e lideranças, Nancy Fraser, em O velho está morrendo e o novo não pode nascer, aponta a existência de uma crise de hegemonia

que do ponto de vista econômico são muito semelhantes, deixou órfãos as vítimas da financeirização e da globalização corporativa em “uma zona vazia e desocupada, onde a política antineoliberal e em favor das famílias trabalhadoras poderia ter se enraizado”. (p. 46) É o que Fraser chama de “lacuna hegemônica”. (p. 45)

Quando Barack Obama surgiu no cenário político, em meio à pior crise financeira desde a Depressão, alguns acharam que ele poderia preencher esse vazio: “Barack Obama poderia ter aproveitado a oportunidade para mobilizar o apoio de massas em favor de um grande deslocamento para longe do neoliberalismo, mesmo diante da oposição do Congresso. Em vez disso, ele confiou a economia às próprias forças de Wall Street que quase a haviam destruído”. (p. 46)

A expressão dessa lacuna foi o movimento *Occupy Wall Street*, em 2011. Um descontentamento que não encontrava interlocutores na política institucional irrompeu e acabou, segundo Fraser, servindo principalmente para reeleger Obama em 2012, mas também prenunciando um terremoto que estava por vir. A frustração e a crise de representatividade seguiram, os dois blocos neoliberais colapsaram e o “terremoto finalmente abalou a corrida eleitoral de 2015-2016, quando o descontentamento prolongado se transformou, de repente, em plena crise de autoridade política”. (p. 48)

O resto da história é bem conhecida, com Bernie Sanders encarnando o *anti establishment* pela esquerda e Trump pela direita. Fraser define esses dois fenômenos como populismo reacionário e populismo progressista, utilizando o termo “populismo” no sentido de uma política com apelo popular, sem a conotação pejorativa que lhe é atribuída no Brasil¹.

DISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO

Ambos criticavam a política neoliberal de distribuição, mas as políticas de reconhecimento eram opostas. Universalismo e igualitarismo versus nacionalismo e protecionismo. A base social que Trump disputou era branca, hétero, cristã, uma classe trabalhadora tradicional que havia perdido espaço, prestígio e dinheiro. E estava furiosa.

¹ Mais sobre o tema populismo neste sentido ver MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda, editora Autonomia Literária, 2020.

Mas Trump foi, pelo menos em parte, um estelionato eleitoral. Ele abandonou a política “populista” de distribuição e dobrou a aposta na política reacionária de reconhecimento, constituindo assim um “neoliberalismo hiper-reacionário”. (p. 53)

Mas Trump não constituiu um novo bloco hegemônico. A derrota eleitoral em 2020 confirma a tese de Fraser:

“Ao desativar a face econômico-populista de sua campanha, o neoliberalismo hiper-reacionário de Trump buscou restabelecer a lacuna hegemônica que ele ajudou a abrir em 2016 – exceto que ele não pode, agora, suprimir essa lacuna.

Agora que o rei populista está nu, parece duvidoso que a parcela da classe trabalhadora da base de Trump fique satisfeita, por muito tempo, apenas com uma dieta de (des)reconhecimento”. (p. 54)

Escrito em 2019, e inserido no esforço de apoio a Bernie Sanders para representar o Partido Democrata nas eleições, o texto de Fraser contém um vaticínio preciso: as políticas de reconhecimento que se desconectam com o eixo da justiça distributiva servirão aos esforços para “restaurar o *status quo* anterior sob alguma nova forma. Nesse caso, o resultado seria

“Barack Obama poderia ter aproveitado a oportunidade para mobilizar o apoio de massas em favor de um grande deslocamento para longe do neoliberalismo, mesmo diante da oposição do Congresso. Em vez disso, ele confiou a economia às próprias forças de Wall Street que quase a haviam destruído”, diz Nancy Fraser

uma nova versão do neoliberalismo progressista.” (p. 55) A vitória de Joe Biden e Kamala Harris se encaixa precisamente nesse conceito, o que não quer dizer, em hipótese alguma, que a derrota de Trump não tenha sido uma grande vitória.

A narrativa de Fraser sobre a situação e os impasses da política norte-americana

tem particularidades que são próprias ao país. Entretanto, há muitos pontos de contato com a situação mundial em geral e com a situação brasileira em particular.

A CENA BRASILEIRA

Se olharmos para o Brasil de Fernando Henrique Cardoso podemos visualizar



Trump foi, pelo menos em parte, um estelionato eleitoral. Ele abandonou a política “populista” de distribuição e dobrou a aposta na política reacionária de reconhecimento, constituindo, assim, um “neoliberalismo hiper-reacionário”

claramente o neoliberalismo progressista de Clinton (nem tão progressista quanto o norte-americano, por razões óbvias), assim como as esperanças despertadas e frustradas por Obama podem ser identificadas com aquelas despertadas por Lula e desmoronadas com as consequências da crise econômica sob Dilma Rousseff. O significado do movimento *Occupy Wall*

Street tem paralelo no levante de junho de 2013, que destapou o descontentamento, deixou paralisada a maior parte da esquerda e abriu uma caixa de pandora que desaguou em Bolsonaro. O paralelo entre Trump e Bolsonaro é bastante óbvio.

As eleições municipais demonstraram que Bolsonaro está longe de fechar a crise de hegemonia aberta principalmente

com a falência do petismo e sua política de conciliação de classes. Demonstraram também a força que ganhou a pauta antirracista e a consolidação das mulheres e LGBTs como atores políticos importantes.

A crise de hegemonia segue aberta e nada garante que o desenlace será semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, com um reestabelecimento do neoliberalismo progressista. Há muitas variáveis em aberto, que vão desde a possibilidade de um *impeachment* de Bolsonaro – se as elites políticas concluírem que para superar a crise econômica agravada pela pandemia será preciso removê-lo do cargo – até à permanência com consequências eleitorais ainda difíceis de antever.

Nas eleições norte-americanas, após a luta por Bernie Sanders, todos se uniram a Joe Biden para derrotar Trump. Não é possível descartar que algo semelhante venha a ocorrer no Brasil. A derrota de Trump foi um acontecimento de grande magnitude, justamente por ele representar, assim como Bolsonaro no Brasil, uma tentativa hiper-reacionária de encerrar a crise de hegemonia, fechando também as brechas



por onde se expressam os movimentos sociais mais progressistas e acabando com as liberdades democráticas e as conquistas civilizatórias tão duramente arrancadas. A tarefa do PSOL não é menor diante desse cenário.

CRISE E INTERREGNO

Gramsci nos ensina que nesta crise em que o velho já morreu e o novo ainda não pode nascer, há um interregno no qual surgem “fenômenos patológicos” dos mais variados tipos². Esses fenômenos estão por toda parte. Nos Estados Unidos o maior dos últimos tempos, suponho, tenha sido a ocupação do Capitólio por milícias trumpistas. Esse foi um gesto de desespero diante da derrota, mas também uma senha sobre os métodos que a extrema direita está disposta a utilizar no mundo todo.

No dia a dia do Brasil, vemos o vigilante de supermercado, superexplorado, que espanca um homem pobre e negro até à morte; o policial, com o colete à prova de balas vencido, que mata um jovem negro ao confundi-lo com um assaltante; o homem branco, desempregado há seis anos, que mata a ex-mulher na frente das filhas; o macho, frustrado com sua sexualidade reprimida, que espanca a travesti por odiar desejá-la. Exemplos de algozes cruéis que também, em alguma medida, são vítimas de um sistema que está podre, mas não vai cair sozinho. Faltam uma visão programática e uma perspectiva organizacional. Um programa anticapitalista que englobe as demandas por distribuição e reconhecimento, e uma organização que possa levar adiante a luta por esse programa.

Uma conclusão se ilumina com o texto de Fraser, guardadas as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos: a necessidade de buscar a construção de um novo bloco contra-hegemônico, que una todos os que resistem aos ataques de Bolsonaro. Esse bloco deve lutar para conquistar também setores populares que votaram nele em 2018 - não por ele ser racista, misógino e homofóbico, mas apesar de ele ser assim - e que estavam em busca de uma representação para as esperanças de pertencimento e inclusão dizimadas pela crise econômica que se arrasta desde 2008 e que ganhou novo impulso com a pandemia.

² GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol 3. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 184.

No dia a dia do Brasil, vemos o vigilante de supermercado, superexplorado, que espanca um homem pobre e negro até à morte; o policial, com o colete à prova de balas vencido, que mata um jovem negro ao confundi-lo com um assaltante; o homem branco, desempregado há seis anos, que mata a ex-mulher na frente das filhas; o macho, frustrado com sua sexualidade reprimida, que espanca a travesti por odiar desejá-la. Exemplos de algozes cruéis que também, em alguma medida, são vítimas de um sistema que está podre, mas não vai cair sozinho

Para fazer isso é preciso destacar as raízes comuns das injustiças de classe e do *status* no capitalismo, fazendo a conexão entre as pautas de reconhecimento e distribuição. Não é possível tratar da luta antirracista sem revelar o entrelaçamento entre raça e classe, assim como nossa luta pelos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQ+ não é apenas para buscar diversificar a ordem social existente, dando mais representatividade a um sistema político e econômico que se beneficia das mais diversas formas de opressão para aumentar a exploração.

UM NOVO BLOCO CONTRA-HEGEMÔNICO

É preciso buscar um novo bloco contra-hegemônico que tenha a classe trabalhadora como força dirigente. Mas essa classe, como descreve Fraser, não pode ser “restrita a uma maioria étnica branca de homens heterossexuais, trabalhadores de manufatura e da mineração”, segmento que alimentou o trumpismo nos Estados Unidos e que encontra seu paralelo no Brasil nos setores mais atrasados da classe trabalhadora que apoiaram Bolsonaro.

Essa classe trabalhadora com capacidade de ser o eixo do novo bloco contra-hegemônico deve ser vista de forma “interseccional”, englobando massivamente imigrantes, mulheres e negros, trabalhadores precarizados, entregadores e trabalhadoras domésticas (remuneradas ou não). Os sindicatos são fundamentais, se puderem se reinventar e recuperar sua representatividade e liderança, englobando os novos segmentos ainda desorganizados. Esse bloco poderá também se tornar a força dirigente capaz de atrair a juventude, a comunidade LGBTQ+ e os setores mais empobrecidos da classe média. O desafio do PSOL é ser uma força organizacional que tenha capacidade de impulsionar, e quiçá liderar, a formação desse bloco.



Luciana Genro, advogada, foi candidata à Presidência da República em 2014 pelo PSOL, atualmente é deputada estadual pelo PSOL/RS



Nossos DESAFIOS para 2021

Conquistar a vacina para todos, fortalecer o SUS, exigir auxílio emergencial e aprovar o impeachment de Bolsonaro são as bandeiras centrais neste ano. Isso implica reverter a crise sanitária e social e tirar de cena o principal agente da destruição do país

Guilherme Boulos

O PRIMEIRO DESAFIO: A PANDEMIA

Nós temos três grandes desafios em 2021. O primeiro vem com a segunda onda da pandemia. Há todo o processo de atraso na vacinação e os absurdos cometidos pelo governo federal. Isso está fazendo com que essa onda seja tão ou mais feroz que a primeira. A perspectiva, baseada em informações de profissionais e gestores de saúde, é de um cenário de UTIs 100% lotadas e consequente caos sanitário. O que

vimos em Manaus, com o completo descalço federal, pode se repetir no Brasil inteiro. A pandemia é o pano de fundo no qual se dá toda a vida nacional e internacional neste momento.

Além disso, a pandemia implica um bloqueio às mobilizações de rua, à recuperação econômica e às perspectivas de geração de emprego, e cria um cenário de incerteza. A batalha em relação a esse tema é o processo de vacinação. A aprovação da vacina é apenas o primeiro passo. Após a aprovação, inicia-se um processo

extremamente complexo, que implica compra de seringas, produção em massa, operação logística para poder levar a vacina aos rincões do Brasil, e um vasto processo de conscientização e de informação. O que nós podemos ver em breve, caso esse processo não tenha o mínimo de eficiência, são aglomerações nas portas de postos de saúde, com todo mundo querendo se vacinar. Não há, até agora, informação sobre etapas, cronograma, horários etc.

Tudo isso coloca uma complexidade



FERNANDO DIEGUES

de operação e é muito improvável que o general Eduardo Pazuello ou o governo Bolsonaro deem conta. A vacinação em massa de gripe há uma década alcançou 1,5 milhão de pessoas por dia. Essa era a logística do SUS, mas hoje não temos nem doses disponíveis. Assim, o processo de vacinação pode se arrastar para o segundo semestre, ou até após o fim do ano.

O SEGUNDO DESAFIO: A RETOMADA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

O segundo trata da miséria, da fome e da crise social e econômica do país, agravadas pela pandemia. O auxílio emergencial funcionou até aqui como um colchão social. Foi por causa dele que nós reduzimos cenas explícitas de miséria e de violência. O auxílio atendeu quase 70 milhões de pessoas. Dez milhões têm no auxílio a única fonte de renda. Trata-se de um elemento decisivo para evitar que o país caia em uma epidemia de miséria.

O corte abrupto do auxílio trouxe con-

sequências drásticas, com efeitos imprevisíveis. O último levantamento de 2020 mostrou o maior desemprego da série histórica do IBGE. E não são só os 14 milhões de desempregados, mas também seis milhões de desalentados, sem falar no imenso contingente de trabalhadores que o IBGE chama de subutilizados – pessoas que têm trabalhado muito menos do que a jornada média e recebendo muito menos. Isso para não entrarmos no exército de informais.

O auxílio emergencial foi fundamental para permitir que a economia não caísse no fundo do poço. É sabido o efeito multiplicador das políticas de transferência de renda. Estudos de associações comerciais Brasil afora mostram que teríamos um efeito dominó de falência no comércio varejista, pois o auxílio permitiu que a demanda não fosse totalmente deprimida. É essencial que a esquerda tenha na ordem do dia a disputa pela manutenção do auxílio.

O auxílio emergencial funcionou até aqui como um colchão social. Foi por causa dele que nós reduzimos cenas explícitas de miséria e de violência. O auxílio atendeu quase 70 milhões de pessoas. Dez milhões têm no auxílio a única fonte de renda. Trata-se de um elemento decisivo para evitar que o país caia em uma epidemia de miséria

O TERCEIRO DESAFIO: O IMPEACHMENT DE BOLSONARO

Já o terceiro é construir o processo de luta pelo *impeachment* de Bolsonaro. Não é novidade que, ciclicamente, ele volta a falar em golpe, pois essa é a convicção mais profunda que ele tem. Tudo o que ele quer é governar sem nenhum tipo de obstáculo, aplicando as medidas mais autoritárias, fazendo seu próprio AI-5. Ele não o fez não porque não quis, mas por não encontrar respaldo sobretudo nas Forças Armadas, e também nas outras instituições. No entanto, o Exército, que poderia sustar suas aventuras, não demonstrou disposição até aqui.

Não existe qualquer tipo de divisão, entre a oposição a Bolsonaro, sobre o fato de que o objetivo unitário nosso é o *impeachment*. Rodrigo Maia elevou o tom, mas não se mexeu, não usou a caneta, sob o argumento de que não haveria maioria congressual para o impedimento do presidente. Sabemos que o *impeachment* é uma possibilidade difícil atualmente, mas é um processo que, às vezes, torna-se incontrolável, e força certos setores sociais a agirem de um jeito não planejado ou previsto por eles. A depender do cenário, se conseguirmos força para tornar a abertura do *impeachment* uma realidade, com formas de pressão e mobilização social, podemos ampliar as adesões, construindo uma maioria que sustente esse processo.

Nossa dificuldade é que não há precedente de processos de *impeachment* sem mobilização social e sem ruas aquecidas. Não existe possibilidade sanitária de se convocar um ciclo de mobilizações maciças no país. Nesse sentido, a pandemia é funcional para Bolsonaro, e tem sido uma tábua de salvação para ele. Não fosse a pandemia, com o nível de indignação e de insatisfação que nós temos visto, seria inevitável termos mobilizações de rua em todo o país, com adesão de amplos setores.

AS FORÇAS ARMADAS

Não acho possível falar do Exército como força homogênea, e nosso nível de conhecimento sobre o que acontece dentro das Forças Armadas é muito limitado. Sabemos da existência de um grupo ligado diretamente ao bolsonarismo, seja com os generais da ativa nos ministérios ou com uma série de oficiais da reserva, que são

Não existe qualquer tipo de divisão, entre a oposição a Bolsonaro, sobre o fato de que o objetivo unitário nosso é o *impeachment*. Rodrigo Maia elevou o tom, mas não se mexeu, não usou a caneta, sob o argumento de que não haveria maioria congressual para o impedimento do presidente. A pandemia é funcional para Bolsonaro. Com ela, fica difícil termos mobilizações nas ruas



bolsonaristas antes do próprio Bolsonaro. É o grupo do Silvio Frota, representado pelo general Augusto Heleno. Do outro lado, há figuras que respondem pelo Exército, como Fernando Azevedo, ministro da Defesa, e Edson Pujol, comandante do Exército, cujas manifestações públicas são sempre mais comedidas. Eles não têm uma postura de defesa de golpe e, em alguns momentos, ao que parece, funcionaram como freios às aventuras do presidente.

Se Bolsonaro busca saídas autoritárias, parece não ter encontrado esse respaldo nas Forças Armadas. Mas isso não quer dizer que elas sejam o bastião da institucionalidade no Brasil. Se olharmos para a história, não estamos muito autorizados a acreditar nisso.

Obviamente, Bolsonaro flerta – e isso é muito perigoso – com milícias e com bandas podres de polícias militares país a fora. A relação dele com a milícia do Rio de Janeiro e a expansão delas por outras regiões do país é um sinal de alarme. É preciso ter um processo de denúncia, de atenção permanente.

Além disso, não podemos confiar na classe dominante brasileira. Em um segundo turno entre Bolsonaro e a esquerda em 2022, eles vão tapar o nariz e votar



REPRODUÇÃO / INSTAGRAM GUILHERME BOULOS

em Bolsonaro novamente. Tudo o que eles queriam na vida é um Bolsonaro que soubesse usar garfo e faca. No cenário atual, mesmo com tudo o que está acontecendo, não vejo a classe dominante tomando iniciativa do *impeachment* nem sendo militante aguerrida disso.

PERSPECTIVAS PARA A ESQUERDA

A esquerda precisará ter um papel importante de trabalho de base, de conexão com as periferias, com os bairros, com a luta imediata e concreta do povo. É estar lá e dialogar com a insatisfação, buscando dar um caráter organizado para essas manifestações.

O campo progressista brasileiro está dividido em três blocos.

Um deles se organiza em torno do PDT, do Ciro Gomes, e tem uma crença, no meu entendimento, não realista, de que atrairá setores do centro-direita ou de uma direita civilizada para algum tipo de aliança em 2022, encabeçada por um projeto de centro-esquerda. Esse bloco constrói sua movimentação política em torno disso.

Outro é aquele nucleado pelo PT, que segue sendo, apesar do desgaste sofrido nos últimos anos, o partido hegemônico da esquerda.

A esquerda precisará ter um papel importante de trabalho de base, de conexão com as periferias, com os bairros, com a luta imediata e concreta do povo. É estar lá e dialogar com a insatisfação, buscando dar um caráter organizado para essas manifestações

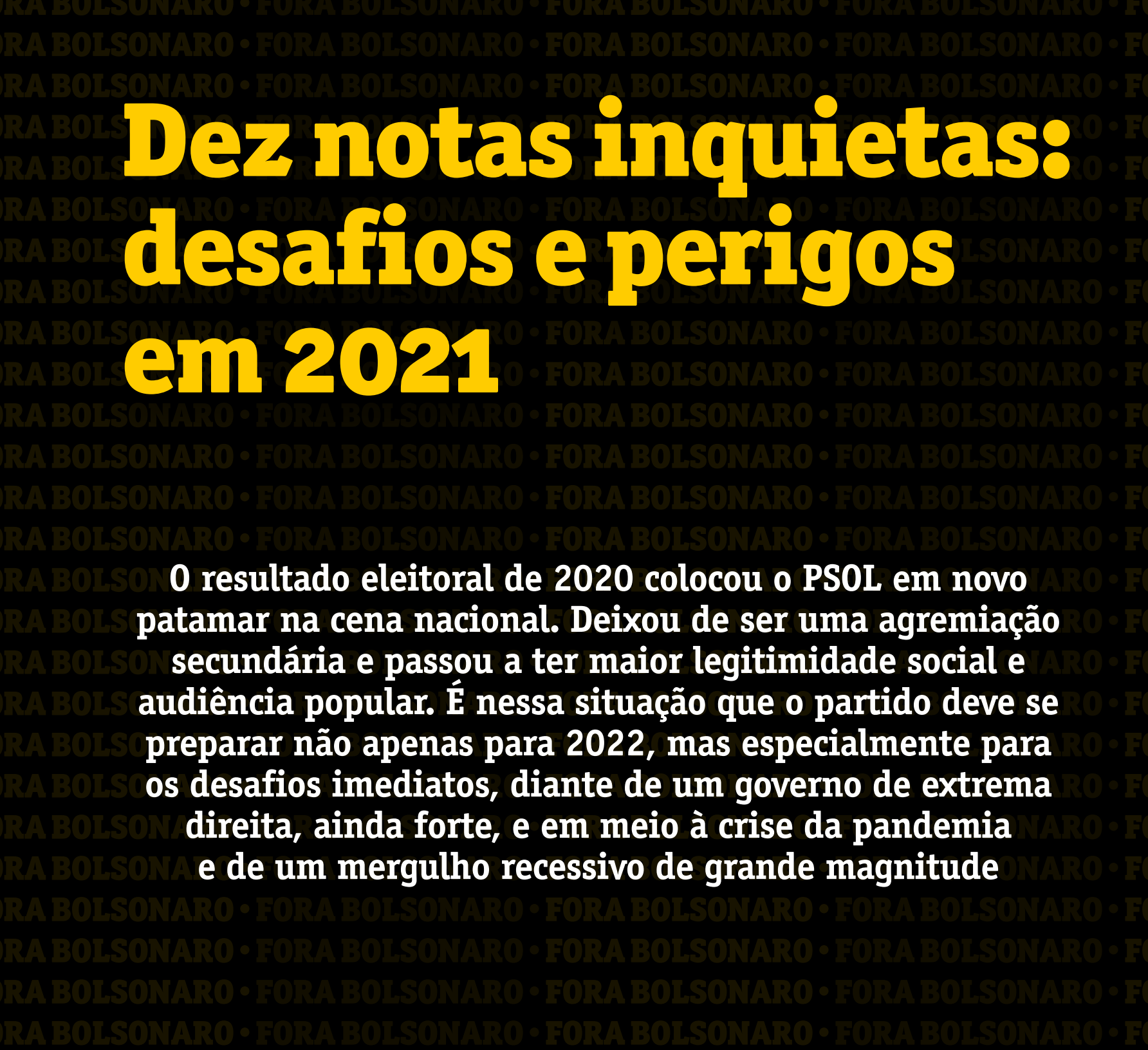
Por fim, há tudo o que se mobiliza em torno do PSOL. Uma parte do PCdoB está mais pendente a navegar com o Ciro e outra, nas raias mais próximas ao PT. E o PSOL traduz uma esquerda mais renovada, com maior capacidade de dialogar com novos movimentos sociais, com uma dinâmica de luta de rua, com a juventude, que foi muito bem expressa na nossa campanha em São Paulo. Esses são hoje os três principais blocos com uma política própria.

Nosso desafio é construir uma unidade política desses setores para derrotar o bolsonarismo – se possível, com uma unidade de projeto para 2022. Isso se constrói com um debate programático para o país.

Vou trabalhar ao longo desse ano nessa direção e acredito que é o que o PSOL deva fazer também.



Guilherme Boulos é dirigente do MTST e da Frente Povo Sem Medo, professor, psicanalista e foi candidato do PSOL a prefeitura de São Paulo em 2020.



Dez notas inquietas: desafios e perigos em 2021

O resultado eleitoral de 2020 colocou o PSOL em novo patamar na cena nacional. Deixou de ser uma agremiação secundária e passou a ter maior legitimidade social e audiência popular. É nessa situação que o partido deve se preparar não apenas para 2022, mas especialmente para os desafios imediatos, diante de um governo de extrema direita, ainda forte, e em meio à crise da pandemia e de um mergulho recessivo de grande magnitude

*Se de noite chorares pelo
sol não verás as estrelas.
Sabedoria popular indiana*

Valerio Arcary

1.

O PSOL entra em 2021 mais forte e influente. Cresceu sua audiência popular e autoridade política em plena situação reacionária. Tem novas responsabilidades. Mas há uma “maldição” dialética entre vitórias e derrotas, porque surgem novos desafios e, também, perigos. Ou, na sabe-

doria popular: “quando as coisas dão certo aumentam as chances de dar errado”. O PSOL obteve vitórias político-eleitorais, mas permanece ainda, organicamente, frágil em implantação de base, formação de quadros, finanças próprias, sistema de imprensa e pressões eleitoralistas. Imaginar que o amanhã será, essencialmente, uma continuidade de ontem é outro desses perigos. Mesmo militantes revo-

lucionários, treinados para a espera de inflexões, têm dificuldades. As mudanças na realidade são sempre quantitativas, e menos perceptíveis, até que ocorre o salto qualitativo. Mas a vida e a luta política não são lineares. A situação defensiva ainda não mudou. Mas não se eternizará, indefinidamente. O mais importante é a capacidade de previsão dos conflitos e rupturas, para que estejamos capazes de enfrentar



as oportunidades que virão na hora das grandes turbulências, sem improvisos. As condições objetivas serão terríveis no ano que inicia, mas um agravamento da crise social não será o bastante. A questão decisiva será a maturação das condições subjetivas para derrotar Bolsonaro. É nesse terreno que está o maior desafio do PSOL em 2021.

2.

Os fatores objetivos da crise social devem se agravar. A pandemia está à deriva e o colapso em Manaus prenuncia que uma catástrofe está no horizonte, enquanto a vacinação será um processo, na melhor das hipóteses, lento e complicado. O fim

O PSOL obteve vitórias político-eleitorais, mas permanece ainda, organicamente, frágil em implantação de base, formação de quadros, finanças próprias, sistema de imprensa e pressões eleitoralistas. Imaginar que o amanhã será, essencialmente, uma continuidade de ontem é outro desses perigos

do auxílio emergencial de R\$ 600 para 65 milhões de pessoas; o fim da complementação salarial para outros dez milhões, no contexto de uma contração econômica de 4% a 5% do PIB sugerem um cenário de crise social. Os empregados, por conta própria, caíram de 24,7 milhões para 21,7 milhões. Os trabalhadores sem carteira assinada, outra parcela do semiproletariado, caíram de 11,8 para 9 milhões. Entre os trabalhadores com carteira assinada a queda, entre dezembro de 2019 e o fim do terceiro trimestre de 2020, foi de 33,6 milhões para 29,3 milhões. Estima-se que até 14 milhões de pessoas poderiam cair na pobreza extrema, na maioria jovens, mulheres e negros. Mas somente a degradação da situação de vida das massas não será o bastante para derrotar Bolsonaro.

3.

Entretanto, surgiram mais diferenças internas. Diferenças são inevitáveis, mas é possível evitar a praga do fracionalismo. Tivemos a formação, em alguma medida surpreendente, de um bloco que defendeu o apoio a Baleia Rossi, desde o primeiro turno na eleição da presidência da Câmara dos Deputados. Confundir a relação de forças políticas ultradesfavorável dentro do Congresso Nacional com a relação de forças social no terreno da luta de classes remete a algum grau de miopia política. Na forma, a diferença foi tática, e não deve ser dramatizada. Mas o caminho para a derrota de Bolsonaro é a mãe de todas as batalhas. Nas últimas décadas de estabilidade do regime, as negociações em torno da eleição da presidência da Câmara, dos cargos na mesa, e distribuição nas comissões e relatorias foram um tema menor, quase uma subtática parlamentar. Só que estamos em condições excepcionais sob o governo Bolsonaro, um presidente neofascista à frente de um governo de extrema direita com um projeto bonapartista. O fato de ter sido tão polêmico o lançamento de uma candidatura de esquerda no primeiro turno, quando havia acordo em um voto crítico contra Artur Lira no segundo turno foi um pouco perturbador. Por quê? Há três grandes blocos políticos no Brasil, não dois. Devemos ter a lucidez de fazer unidade de ação pontual com lideranças burguesas contra Bolsonaro em defesa das liberdades democráticas. Mas não poderíamos entrar, sem diferenciação

A pandemia está à deriva e o colapso em Manaus prenuncia que uma catástrofe está no horizonte, enquanto a vacinação será um processo, na melhor das hipóteses, lento e complicado. O fim do auxílio emergencial de R\$ 600 para 65 milhões de pessoas; o fim da complementação salarial para outros dez milhões, no contexto de uma contração econômica de 4% a 5% do PIB sugerem um cenário de crise social

prévia, se não é necessário, no bloco que sustenta o projeto de Maia.

4.

Não podemos saber se Bolsonaro conseguirá ou não concluir o mandato até 2022. Nosso combate deve ser pelo impedimento, não a antecipação da tática eleitoral de 2022. Mas nesse processo, o PSOL estará tensionado, permanentemente, sobre qual deve ser a política de alianças, pois há um desafio dialético: o impeachment só é possível com a tática de unidade de ação, mas o centro da estratégia deve ser a afirmação de um polo de esquerda independente da burguesia na liderança da oposição. Essa disputa está em aberto. Depois de dois anos de mandato, o desgaste do governo vem aumentando, mas lentamente, a despeito do desastre da gestão da pandemia. É possível, senão provável, que no ano de 2021 aconteça uma corrosão da influência que o bolsonarismo mantém nas classes populares, uma aceleração da experiência nas camadas médias, e uma maior divisão na massa na burguesia. É preocupante que o bloco liderado Dória/Maia com o PSDB/DEM/MDB tenha conseguido manter posições, como se confirmou nas eleições municipais, e será reforçado na “guerra” das vacinas. É também inquietante que o bloco liderado por Ciro Gomes, mantenha-se com alguma força na disputa dentro da oposição. O PSOL tem contribuído para que uma Frente de Esquerda se fortaleça ao se comprometer com as iniciativas das Frentes Brasil Popular/Povo Sem Medo, e ao articular com o PT, PCdoB na apresentação de um pedido de impeachment comum. O PSOL não pode ter uma posição indistinta ou equidistante diante dos três blocos em que se divide a oposição, porque há uma linha de classe que nos separa de Dória/Maia e de Ciro Gomes. Podemos fazer unidade de ação com todos, mas a prioridade do PSOL deve ser a Frente de Esquerda.

5.

A defesa da Frente Única de Esquerda é indispensável para conseguir mobilizar na escala de massas contra Bolsonaro. Devemos reconhecer que a experiência com o PT não se esgotou. Permanece interrompida. E a confiança em Lula é ainda maior que no PT. O PSOL não pode perder

o sentido das proporções. Sem o PT não é possível a esquerda disputar a liderança da oposição a Bolsonaro. Com o PT já será difícil. Sem o PT quem estará em melhores condições de expressar o mal-estar contra o bolsonarismo será a oposição liberal, ou até Ciro Gomes, um desenlace regressivo.

6.

Frente Única de Esquerda para lutar não tem como desdobramento inevitável candidaturas únicas de esquerda nas eleições desde o primeiro turno. A orientação de lançar candidaturas próprias foi referendada política e eleitoralmente. Time que não joga não tem torcida, mas time que joga e sempre perde, também não tem. Evidentemente, a audiência de Boulos nas eleições presidenciais de 2018 foi favorecida pelo impedimento da candidatura de Lula. A influência de Boulos em 2020 foi, também, aumentada pela ausência da candidatura de Haddad. O mais importante é a defesa de um programa classista e anticapitalista como a saída para a crise. Mas o papel dos indivíduos, como o de Boulos, importa. O crescimento e o fortalecimento de mulheres, negras e negros, pessoas LGBTQI+ como parlamentares e lideranças do partido, importam. Os votos para vereadores em escala nacional são uma indicação de que o PSOL ocupa um lugar próprio na representação

Não podemos saber se Bolsonaro conseguirá ou não concluir o mandato até 2022. Nosso combate deve ser pelo impedimento, não a antecipação da tática eleitoral de 2022. Mas nesse processo, o PSOL estará tensionado, permanentemente, sobre qual deve ser a política de alianças

dos movimentos sociais que se articularam com mais força desde as jornadas de junho de 2013.

7.

Boulos se afirmou como o principal líder da esquerda depois de Lula. Essa é uma conquista imensa. Não pode ser diminuída, nem deve ser sobre-estimada: um milhão de votos conquistados no primeiro turno de 2021 foi espetacular, mas não nos deve levar a conclusões erradas. A votação de Boulos não permite concluir que as ilusões reformistas na colaboração de classes, que embalaram a confiança

no PT durante décadas, foram superadas. Não foram e não poderiam ser em uma situação reacionária, em que pesam muitas mediações. A audiência para as posições políticas de Boulos e do PSOL, a capacidade de convocar mobilizações e o papel desse pólo combativo na oposição a Bolsonaro e ao tucanato se ampliaram, qualitativamente, mas os votos de Boulos não equivalem, diretamente, a votos no PSOL, menos ainda na estratégia da revolução brasileira. Assim, como a votação em Marcelo Freixo no Rio de Janeiro, quatro anos antes, como se pode confirmar na votação para prefeito do PSOL em 2020. Mesmo o



apoio de mais de 400 mil votos às candidaturas proporcionais do PSOL na capital paulista deve ser bem calibrado para ser compreendido. A conexão do PSOL com a demanda de representação de movimentos negros, feministas, LGBTI+'s, ambientais, de Juventude, mandatos coletivos não personalistas, e com a necessidade de renovação de lideranças é um passo importante para a implantação do partido na vanguarda da classe trabalhadora. Porém, o trabalho de base orgânico do PSOL na classe trabalhadora e na periferia, ainda é frágil.

8.

A vitória político-eleitoral em São Paulo não deve, também, ser subestimada. Boulos e Erundina defenderam uma ideia poderosa: só a luta social muda a vida. Esse é o eixo de método da tradição marxista inspirada no programa de transição: a mobilização permanente. Boulos defendeu não só a legitimidade das

O mais importante é a defesa de um programa classista e anticapitalista como a saída para a crise. Mas o papel dos indivíduos, como o de Boulos, importa. O crescimento e o fortalecimento de mulheres, negras e negros, pessoas LGBTI+ como parlamentares e lideranças do partido, importam. Os votos para vereadores em escala nacional são uma indicação de que o PSOL ocupa um lugar próprio na representação dos movimentos sociais



ocupações de terra, mas a revolta diante do assassinato de João Alberto no Carrefour, e as lutas contra a PEC do teto com enfrentamento direto ao prédio da FIESP. Uma campanha, corajosamente, classista. O fato desse perfil ter conseguido ir ao segundo turno, diante de um perfil moderado-técnico do PT, mas com enraizamento muito superior, foi formidável. Afinal, no início da campanha, Boulos só era lembrado por 40% da população. A campanha foi vitoriosa entre a juventude de 16 a 24 anos. O apoio do PT e do PCdoB, no segundo turno, à candidatura de Guilherme Boulos em São Paulo era previsível, mas as declarações de líderes de partidos de centro-esquerda contra os tucanos foram atípicas e excepcionais. Boulos não é um clone de Lula, nem o PSOL é uma mimetização do PT. Há continuidades e rupturas.

9.
O PSOL tem um peso político muito maior que sua expressão parlamentar.

O PSOL tem um peso político muito maior que sua expressão parlamentar. Elegeu 88 mandatos municipais e 5 prefeituras, incluindo uma capital: Belém. Entre os mandatos eleitos do PSOL, 40% foram mulheres, cerca de 47,7% dos eleitos foram negros. Ainda houve a eleição de quatro candidaturas trans

Elegeu 88 mandatos municipais e 5 prefeituras, incluindo uma capital: Belém. Entre os mandatos eleitos do PSOL, 40% foram mulheres, cerca de 47,7% dos eleitos foram negros. Ainda houve a eleição de quatro candidaturas trans. O PSOL apostou, ainda que com debate áspero de nuances, majoritariamente, numa aliança com o MTST, o movimento social que mais se destacou desde as jornadas de junho de 2013. O resultado das eleições, em algumas das principais capitais do país, colocou o PSOL ao lado do PT, agora na primeira linha da esquerda, ainda que seja menor, com menos capilaridade e, sobretudo, com menos influência nas organizações que expressam os setores da classe trabalhadora organizada.

10.
Mas o PSOL teve, para vereadores, votações superiores ao PT no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outras, e chegou ao segundo turno para prefeito em São Paulo. Há um balanço político na raiz desse fortalecimento. Uma aposta que se traduziu, em 2018, na campanha de Boulos e Guajajara à presidência. Com essa localização, também, posicionou-se na luta contra o golpe parlamentar que derrubou o governo de Dilma Rousseff, na luta pela liberdade de Lula, assim como na luta pela Frente Única de Esquerda contra Temer e pelo Fora Bolsonaro. Conseguiu a vitória de ultrapassar a cláusula de barreira eleitoral em 2018. Nesse marco político, PSOL e MTST confirmaram ser um polo dinâmico da esquerda. Mas a hora dos grandes desafios ainda não chegou. Não há passagem política para uma nova direção “a frio”. Somente, quando se abrir uma nova situação política, quando de uma grande onda de lutas, o PSOL será colocado à prova diante da história.



Valerio Arcary é professor titular do IFSP, doutor em História pela USP. Foi presidente nacional do PSTU entre 1993/98. É militante do PSOL, membro da Resistência e autor de *O martelo da história*, entre outros livros.

ILUSTRAÇÃO DE CASSIOTTISEO

Entrevista

Áurea Carolina

Não nos conformamos com o modelo formal de democracia. Resguardar as regras do jogo é essencial

Eleita vereadora em 2016 e deputada federal em 2018 – nas duas situações com votação consagradora –, Áurea Carolina (PSOL-MG) tem sua atuação voltada à área da Cultura e à regulação da atividade mineradora no país, marcada pelos crimes ambientais da Vale, em Brumadinho e em Mariana. Ao mesmo tempo, não perde o diálogo com a periferia, de onde veio. A parlamentar considera possível fazer transformações em situações locais, que podem ganhar escala, a partir de uma direção política democrática



Gilberto Maringoni

Como tem sido a experiência na Câmara Federal com um governo de extrema direita? E quais diferenças você vê para a atuação local?

É um desafio em todas as dimensões. O ambiente da Câmara tem outra escala, com uma complexidade muito maior em relação à Câmara Municipal de BH. Estou na Comissão de Cultura, ocupando a segunda vice-presidência. É a primeira vez em que o PSOL está na mesa de uma comissão, o que é muito importante, ainda mais com a presidência de Benedita da Silva (PT-RJ), uma mestra maravilhosa que sempre me acolheu e orientou. Mas o contexto geral é de desmonte muito acelerado e violento, com essa ala extremista e autoritária que ganha força no Congresso. Na área da Cultura houve tentativas de censura e asfixia no financiamento das políticas públicas. Foi uma espécie de prisma para compreender toda a conjuntura brasileira. Também atuei na denúncia e apuração do crime da Vale, em Brumadinho, direcionando o mandato na busca da responsabilização da empresa e na defesa das populações atingidas. Participei de uma comissão externa que propôs uma revisão da legislação sobre mineração, e depois da CPI que investigou o crime.

A Vale financiou muitos políticos mineiros e, portanto, é também um poder político. Como foi fazer esse enfrentamento à mineração predatória?

Havia uma influência da Vale sobre parte dos parlamentares. Isso ficou ainda mais escancarado quando conseguimos levar alguns dos Projetos de Lei que construímos na comissão para apreciação do plenário. A Vale entrou pesado para inviabilizar mudanças significativas, mesmo após os crimes em Brumadinho e em Mariana, com a Samarco. É impressionante como essas empresas conseguem determinar boa parte do jogo parlamentar. Agora, está em curso o processo de acordo para reparação de danos sociais e ambientais, e vemos como a Vale continua controlando a cena do crime e dando as cartas, prejudicando as populações atingidas. Tudo com certa conivência do Judiciário e dos outros poderes. Compreendi não ser possível banir a mineração do Brasil, embora essa fosse a perspectiva desejável. O desafio é como reduzir os danos da atividade, que

necessariamente causa destruição, e como torná-la mais responsável e segura.

A Vale também foi financiadora de alguns setores da cultura. Existe alguma blindagem feita pela empresa nesse campo?

*O financiamento de ações culturais nos territórios deve ser exigido das empresas, não de qualquer maneira. Sabemos os riscos que isso traz de cooptação, manipulação, relações clientelistas e de como isso se torna um ativo para as corporações. Mas não exigir que tenham esse tipo de reparação mínima é também ilusório. Não acho que devemos prescindir desse vínculo entre formas de reparação, destinando parte da fortuna que levantam na exploração predatória para que, minimamente, possamos reconstruir esses territórios. Dessa forma, devemos fazer uma transição para sair da **minerodependência** usando parte dos recursos da atividade minerária para a diversificação da matriz econômica. Várias cidades teriam vocação para o turismo, economia popular e solidária, produção de alimentos saudáveis, e mesmo para desenvolvimento industrial. Mas isso não é cobrado dessas empresas. Tentamos emplacar mudanças na tributação, mas a Vale entrou de sola e não permitiu. Hoje, a tributação da mineração no Brasil é ridícula.*

A cultura talvez tenha sido uma das áreas mais tumultuadas do governo Bolsonaro, com uma forte ofensiva reacionária. Como isso se dá na comissão?

A extinção do Ministério da Cultura foi o primeiro gesto do governo de que aprofundaria algo já em curso. Desde o golpe de 2016, isso vem numa toada cada vez mais grave. Na sequência, os secretários de Cultura vêm sempre com uma linha desastrosa, negacionista, delirante e muito coerente com o projeto bolsonarista. A cultura acontece sob um clima fundamentalista de perseguição à diversidade, com cerceamento do pensamento crítico e com tentativa de censura, não só de conteúdo, mas principalmente com a retirada de recursos da área, de maneira brusca e num volume inacreditável. Com a pandemia, tivemos um desastre total. Aprovamos a Lei Aldir Blanc para socorrer artistas e espaços culturais. Fizemos seminários temáticos para resgatar um pouco da história das políticas culturais, a questão dos povos e comunida-

A black and white portrait of Áurea Carolina de Freitas e Silva, a woman with curly hair, smiling. She is wearing large, circular earrings and a top with a graphic design that includes the words 'Amor e Luta'.

DA CULTURA HIP-HOP PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Áurea Carolina de Freitas e Silva, paraense de Tucuruí, 37 anos, iniciou a militância política no mundo da Cultura, no início dos anos 2000. Integrante do grupo de rap Dejavuh, da periferia de Belo Horizonte, revelou-se uma artista eclética: compunha, cantava e dançava. Mas Áurea se destacou mesmo nas atividades organizativas, ao ajudar a formar o Hip Hop Chama, espaço de ativismo que unia arte e pensamento crítico. A atual deputada federal conta que “havia uma necessidade de participação e a arte foi o meio que nos trouxe para a reflexão sobre a realidade”.

Daí para a política partidária, o caminho foi natural. “Comecei a participar de coletivos, tanto de rap quanto os que discutiam políticas públicas e direitos de juventudes, em temas como violência, racismo, machismo dentre outros”. Áurea foi atuar no terceiro setor ao mesmo tempo em que cursava graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Minas Gerais.

Tem início uma fase de ativismo incessante. A ativista integrou o Fórum das Juventudes da Grande BH, em 2004, acompanhou a instituição da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional e do Plano Nacional de Juventude, nos governos de Lula, e passou a pesquisar a institucionalização de políticas para mulheres jovens no Brasil. Durante o mestrado, em 2015, foi subsecretária de Políticas para as Mulheres do governo de Minas Gerais, na gestão de Fernando Pimentel (PT). “Fiquei pouco tempo”, sublinha, “pois vi que não tinha como fazer o que eu acreditava”. Ela considera o período importante para entender como a sociedade civil pode influenciar as instituições.

Ao participar de uma rede de movimentos de oposição às arbitrariedades do então prefeito Márcio Lacerda (PSB), Áurea entrou em contato com a militância do PSOL. Logo, nasceu a ideia da candidatura para Câmara Municipal. Em 2016, ela chegou lá, com 17.420 votos. O melhor desempenho feminino da cidade.

O mandato de vereadora abriu uma experiência até então inédita. Ao lado de Cida Falabella, também do PSOL, inaugurou um mandato coletivo, batizado de Gabinetona. “Juntamos várias candidaturas em um projeto comum e desenvolvemos estratégias com resultados fenomenais”, relata.

A maior inspiração de Áurea foi o avô materno, militante do PCB. “Ele trabalhou na mina de Morro Velho, em Nova Lima (MG), e participou da organização dos trabalhadores na década de 1930. Também foi perseguido e preso na ditadura. Já na década de 1980, atuou em projetos comunitários na periferia de BH”, afirma. A parlamentar pouco conviveu com o antigo militante, mas as memórias familiares e de amigos próximos servem de exemplo constante.

O trabalho de Áurea e dos militantes do PSOL mineiro renderam frutos. Em 2018, elegeu-se para a Câmara dos Deputados com 162.740 votos, quase dez vezes mais do que o obtido dois anos antes. Andreia de Jesus, integrante da Gabinetona, foi eleita deputada estadual. “Passamos a ter quatro parlamentares nas três esferas do Legislativo, com equipe ampla trabalhando de forma integrada”, assinala. Em 2020, Áurea Carolina disputou a prefeitura de Belo Horizonte, numa frente com o PCB e a Unidade Popular, alcançando o quarto lugar, com 8,33% dos votos válidos.

des tradicionais e combatemos a tentativa de submeter a cultura ao pensamento mercadológico. A comissão passou a ser, como disse a Benedita, o partido da Cultura. Vários embates foram travados e tentamos ter uma concertação progressista para defender o básico.

Você leva à Câmara uma contribuição periférica, negra e feminina num Congresso majoritariamente branco, machista, misógino e lgbtfóbico. Como enfrenta esse ambiente?

Tive um pré-teste na Câmara de BH, um microcosmo da Câmara dos Deputados. Lá, já tínhamos visto a facção fundamentalista muito invasiva, além de agressividade física no plenário e muito da violência política presente no Legislativo. Uma parlamentar com as minhas características e compromissos, é sempre difícil estar em um espaço que não foi programado para nós. Mas nossa bancada é aguerrida e maravilhosa, apesar de pequena. Consolidamos uma atuação cuja força vem de fora para dentro, porque ali a correlação de forças dificulta avançar com nossas agendas. Há um reconhecimento forte de lideranças como eu, Talíria Petrone, Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna, jovens feministas que passam a ativar outra possibilidade de estar nos espaços de poder. Houve um crescimento de candidaturas de pessoas negras, feministas, periféricas e LGBTI nas eleições de 2020. Acho que é uma tendência, e o PSOL é o partido que mais tem correspondido a esse apelo e a essas novas formas de organização.

Com o fim do auxílio emergencial e com a pandemia ainda em alta, se nada for feito, o que você vislumbra para o futuro próximo?

O agravamento muito rápido das condições de vida faz com que a capacidade de auto-organização popular seja muito comprometida. Por outro lado, em função da necessidade de sobrevivência nas comunidades, surgiram iniciativas incríveis de ajuda mútua e busca de alternativas econômicas, além de circuitos de formação política que escapam muito da forma de organização de partidos e de movimentos sociais. Estou muito mais preocupada com a capacidade de a população construir formas politizadas de gestão da vida, buscando o cuidado entre nós, do que com as entranhas do Legislativo ou do partido. É o

O financiamento de ações culturais nos territórios deve ser exigido das empresas, não de qualquer maneira. Sabemos os riscos que isso traz de cooptação, manipulação, relações clientelistas, e de como isso se torna um ativo para as corporações. Mas não exigir que tenham esse tipo de reparação mínima é também ilusório. Hoje, a tributação da mineração no Brasil é ridícula

que me faz ter esperança e disposição para poder continuar existindo na Câmara, apesar de um jogo tão desfavorável para nós. É necessário apostar na institucionalidade para aquele que tenha uma vitalidade fora dela consiga impactar e transformá-la.

Nas periferias, você disputa espaço com as igrejas fundamentalistas, em um meio violento e preconceituoso. Como se estabelece essa disputa?

É muito difícil, mas os resultados existem. Nas igrejas evangélicas começa a existir um movimento disruptivo de crítica interna – ainda diminuto, mas com uma força qualitativa muito grande. Não à toa, tem surgido candidaturas evangélicas progressistas, que buscam em suas comunidades mostrar ser possível confrontar o fundamentalismo e toda a manipulação disfarçada de fé, para ter uma resposta em que fé e política se encontram. Na questão da segurança pública, se conseguirmos dialogar a partir de um trabalho persistente com lideranças críticas, a segurança vem como um dos eixos de organização comunitária. Vou dar um exemplo. Em Belo Horizonte, existia um baile funk muito famoso no Aglomerado da Serra, uma das maiores favelas do país, reunindo milhares de jovens. Ali, começou a haver muito conflito com a polícia, que sempre chegava com muita violência. Eu, ainda estava vereadora e nos reunimos com a Polícia Militar, a Prefeitura e os organizadores do baile e começamos a mediar uma situação para viabilizar a festa, com participação de parte a parte, defendendo o direito à cultura e à cidade. Surpreendentemente, tivemos avanços e o baile começou a acontecer em outros termos. No entanto, quando saímos dessa mesa de negociação, a situação não se sustentou e retrocedeu muito rapidamente. Isso mostra que quando há uma direção política é possível fazer transformações no micro que podem ganhar escala. Acho que o Sistema Nacional de Segurança Pública, tendo outra ação, poderia ter uma resposta de proteção à vida para sair desse modelo repressivo ineficaz e passar a se direcionar para uma política cidadã, com melhores resultados. Restabelecer a democracia em um lugar de decência mínima é a grande tarefa que temos para 2022. Não nos conformamos com o modelo formal de democracia que, sequer, funciona a contento. Resguardar as regras do jogo é algo essencial.



Luta contra o racismo: resistência à opressão do capital global

O enfrentamento do racismo é o elemento central da construção de um projeto político transformador do país, de ruptura com a ordem capitalista global e de transformação radical das estruturas sociopolíticas. Não se trata de política meramente identitária, tampouco de enfrentar comportamentos disfuncionais, mas de se perceber a luta de classes em sua complexidade e múltiplas implicações

Dennis de Oliveira

1. A RESTAURAÇÃO CONSERVADORA DO SÉCULO XXI

A luta contra o racismo no Brasil está diretamente conectada aos movimentos de resistência às novas formas de exploração do capital global. Após o período chamado pelo historiador egípcio Eric Hobsbawm

de *Era dos extremos*, entre 1914 e 1991, ou também chamada por “breve século XX”¹, o início do terceiro milênio é marcado por uma restauração conservadora.

Essa restauração tem dois elementos. O primeiro é a vitória das forças lideradas

¹ HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. S. Paulo: Cia das Letras, 1995.

pelos Estados Unidos na Guerra Fria, marcada simbolicamente pela queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da antiga União Soviética em 1991. Tal fato histórico possibilitou uma avalanche ideológica conservadora sem precedentes que deu bases a um processo civilizatório baseado na imposição do paradigma da economia de mercado como discurso único. O segundo



é a consolidação da reorganização do modelo de reprodução do capital – processo já iniciado nos anos 1970 como resposta à crise cíclica do capitalismo – com a transformação da produção das grandes plantas industriais em redes globais de nichos produtivos especializados, radicalizando a divisão internacional do trabalho.

Por uma coincidência trágica, tais processos ocorreram no mesmo momento da redemocratização do Brasil, nos anos 1980. Os novos sujeitos coletivos que protagonizaram a luta contra a ditadura militar de 1964/85 ganharam força na arena política e pressionaram na repactuação sociopolítica da Nova República, obtendo conquistas importantes na Constituição de 1988, em especial no tocante aos direitos sociais.

Importante destacar que o movimento negro foi um dos sujeitos coletivos desse processo. Entretanto o racismo estrutural brasileiro impediu uma maior visibilidade

Em 1978, no ato de fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, lideranças de uma organização de encarcerados, chamada Centro de Lutas Netos de Zumbi, denunciaram as condições bárbaras em que os detentos viviam. O ato também foi um protesto contra a tortura e assassinato de um jovem trabalhador negro numa delegacia policial

das agendas. Em 1978, no ato de fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, lideranças de uma organização de encarcerados, chamada Centro de Lutas Netos de Zumbi, denunciaram as condições bárbaras em que os detentos viviam.

O ato de fundação do MNU também foi um protesto contra a tortura e o assassinato de Robson Silveira da Luz - jovem trabalhador da zona oeste da capital paulista -, numa delegacia policial.

Esses fatos ocorreram três anos depois dos grandes atos de protesto contra o assassinato de Vladimir Herzog, no DOI-CODI, em outubro de 1975, que deu início a uma grande campanha contra as torturas e assassinatos de presos políticos. Nesse contexto, o MNU defendia a tese de que “todo preso comum é também um preso político”, infelizmente não abraçada pelo campo progressista.

Por que esse fato é importante? No ano de 1988, mesmo ano de promulgação da Constituição, a Escola Superior de Guerra (ESG) – a mesma instituição vinculada

às Forças Armadas e que foi o *think-tank* responsável pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional que permeou toda a lógica político-ideológica da ditadura – lançou um importante documento. Tratava-se de *Estrutura do Poder Nacional para o Século XXI - 1990/2000 - Década vital para um Brasil moderno e democrático*. No capítulo social foi apontado que os focos desestabilizadores da democracia nesse período foram os cinturões de miséria e os “menores abandonados”. Por esta razão, a ESG defendia a manutenção dos aparatos repressivos constituídos na ditadura.

É interessante observar que a pactuação democrática dos anos 1980 não tocou a fundo a mudança nesse item.² Mais que isso, a própria transição negociada pelo alto da ditadura para a democracia, entre o final dos anos 1970 e 1980, impediu o pleno julgamento dos agentes da repressão. A Lei da Anistia foi o instrumento normativo que possibilitou isso.

Assim, o que a ESG na prática defendia é que o “inimigo interno” deixou de ser “os opositores do regime” para “os moradores da periferia ou dos cinturões de miséria”. Visionária ou não, a ESG já preparava o terreno para uma situação de intensificação da miserabilidade com a adoção do modelo neoliberal na economia brasileira que começou com maior força a partir dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

2. AS AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO E O “NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA”

Nesse período, o movimento negro brasileiro, com todas as dificuldades, teve importantes ações, como a organização de Encontros Nacionais de Mulheres Negras. Neles, lideranças feministas negras apontavam os mecanismos estruturais de opressão sobre a mulher negra. Foram realizados também Encontros Regionais e Nacionais de Entidades Negras. Destaca-se aqui o importante encontro de 1991, na cidade de São Paulo, em que cerca de 600 delegados representando 250 entidades denunciaram o “extermínio progra-

² Sobre o documento da Escola Superior de Guerra, ver o artigo de minha autoria intitulado “Intervenção no Rio de Janeiro: o golpe se aprofunda contra as periferias” no portal Alma Preta (disponível em <https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/intervencao-no-rio-de-janeiro-o-golpe-se-aprofunda-contra-as-periferias>, acesso janeiro 2021).



mado da população negra e pobre” tendo como base justamente esse documento da Escola Superior de Guerra e apontando a articulação entre racismo, capitalismo e neoliberalismo. Vale também destacar a Marcha da Consciência Negra, de 20 de novembro de 1995, em celebração aos 300 anos de Zumbi dos Palmares e, na sequência a realização do Congresso Continental dos Povos Negros das Américas no Memorial da América Latina, em São Paulo.

O ano de 1995 foi ímpar por conta da confluência de dois processos políticos. O primeiro foi o acúmulo político-ideológico do movimento negro, que chegou a apresentar um programa político de combate ao racismo ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ele se tornou o primeiro chefe de Estado a reconhecer o racismo como problema nacional. O segundo, decorrente disso, foi uma

No final da ditadura, a Escola Superior de Guerra na prática defendia que os “inimigos internos” deixaram de ser “os opositores do regime” para serem “os moradores da periferia ou dos cinturões de miséria”



inflexão pontual do projeto neoliberal que, diante das demandas crescentes das populações empobrecidas com a intensificação da concentração de renda por conta do novo padrão de acumulação e reprodução do capital, passou a incorporar as reivindicações pontuais desses movimentos, buscando retirar as perspectivas de ruptura. É a corrente que a pensadora Nancy Fraser chama de “neoliberalismo progressista” e que vai ter papel importante em várias conferências internacionais, entre elas a Conferência de Combate ao Racismo de Durban, em 2001.

Fraser afirma que

foi uma aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ); por outro lado, os setores

Nos anos 1990, há uma inflexão pontual do projeto neoliberal que, diante das demandas crescentes das populações empobrecidas, passa a incorporar reivindicações pontuais desses movimentos, buscando retirar perspectivas de ruptura. É a corrente que a pensadora Nancy Fraser chama de “neoliberalismo progressista”

A radicalidade da luta antirracista no Brasil que apontava para uma ruptura com a ordem capitalista neoliberal, enfrentava dois campos: um da extrema direita expressa na proposta da Escola Superior de Guerra, de intensificação dos mecanismos de extermínio; e outro, de uma *comoditização* das agendas antirracistas dentro dessa proposta do “neoliberalismo progressista”



mais dinâmicos, de alto nível “simbólico” e financeiro da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). O que manteve esse casal estranho junto foi uma combinação diferenciada de pontos de vista sobre distribuição e reconhecimento.³ Mais adiante, a pensadora estadunidense elencou o programa desse bloco:

O bloco progressista-neoliberal combinava um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento. O componente distributivo desse amálgama era neoliberal. Determinado a soltar as forças do mercado da mão pesada do Estado e da mina de “impostos e gastos”, as classes que controlavam esse bloco queriam liberalizar e globalizar a economia capitalista. (...) Calhou, desse modo, aos “Novos Democratas” contribuir com o ingrediente essencial:

3 FRASER, N. “Do neoliberalismo progressista a Trump – e além” in: *Revista Política e Sociedade* – revista de sociologia política. V. 17, n. 40 (2018), disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43/38983> (acesso em julho de 2020).

uma política progressista de reconhecimento. Recorrendo às forças progressistas da sociedade civil, eles difundiram um *ethos* de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório. O núcleo desse *ethos* eram os ideais de “diversidade”, “empoderamento” das mulheres e direitos LGBTQ; pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo. Esses ideais foram interpretados de uma forma específica e limitada que era totalmente compatível com a *Goldman Sachsificação* da economia dos EUA. Proteger o meio ambiente significava comércio de carbono. Promover a posse da casa própria significava empréstimos *subprimes* agrupados e revendidos como títulos lastreados em hipotecas. Igualdade significava meritocracia.⁴

A Conferência de Durban foi um palco onde essas visões ideológicas se confrontaram. A radicalidade da luta antirracista no Brasil que apontava para uma ruptura com a ordem capitalista neoliberal enfrentava dois campos: um da extrema

4 Idem



O modelo de governança participativa proposto pelo PT possibilitou a incorporação de lideranças do movimento negro em diversos espaços institucionais sem, contudo, haver uma reformulação nas estruturas racistas do Estado brasileiro

direita expressa na proposta da Escola Superior de Guerra, de intensificação dos mecanismos de extermínio; e outro, de uma *comoditização* das agendas antirracistas dentro dessa proposta do “neoliberalismo progressista”.⁵ O Banco Mundial, nesse período, atuou como uma instituição de governança global que financiava programas de enfrentamento da pobreza como “danos colaterais” das políticas de ajuste fiscal preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional.

Uma pessoa importante nesse período que impactou essas discussões foi James David Wolfensohn, empresário austríaco radicado nos EUA que atuou como presidente do Banco Mundial, entre 1995 e 2005. Foi justamente nesse período que Wolfensohn colocou o tema do combate à pobreza como central na agenda do Banco Mundial. Porém, a ideia de combate à

5 Estas duas tendências abordo no meu livro intitulado *Globalização e racismo no Brasil* (S. Paulo: Legítima Defesa, 1994) e chamo de “extermínio das populações marginalizadas” e “administração das tensões sociais”.

pobreza ia no sentido de articulá-la dentro da perspectiva de constituição de uma governança global que garantisse o ajuste das economias dos países dependentes aos paradigmas da globalização neoliberal.

No relatório anual de 2000, o Banco Mundial afirmou que a “pobreza mundial continua sendo um problema de grandes proporções”. Na abertura do relatório, Wolfensohn defendeu a necessidade de se combinar esforços em nível nacional (estabelecendo compromissos do país, abordagem integrada de longo prazo, parcerias e focos nos resultados) e global (na qual o banco se colocou como uma plataforma-suporte para implantação de políticas de combate à pobreza)⁶.

A ação do Banco Mundial se articulou com o FMI (responsável pela imposição dos ajustes macroeconômicos) por meio dos chamados *Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP)*, que consistem em traba-

6 Ver “The World Bank Annual Report 2000” disponível em <http://documents1.worldbank.org/curated/en/931281468741326669/pdf/multi-page.pdf> (acesso em julho 2020).

lhos realizados por países membros do FMI que combinaram ajustes macroeconômicos com políticas de redução da pobreza monitoradas por técnicos do fundo e do Banco Mundial.⁷

Após esse período, o cenário da luta contra o racismo teve mudanças significativas. Primeiro, a crise do modelo neoliberal no início do século XXI possibilitou o fortalecimento da corrente antineoliberal e, com isso, em vários países da América Latina foram eleitos governos com plataformas desenvolvimentistas ou anticapitalistas. No caso do Brasil, em 2003, com a vitória da frente liderada pelo PT em 2002, várias demandas do movimento social de negros foram institucionalizadas, em especial as ações afirmativas (como a promulgação da Lei Nº 10.639/03, as cotas raciais nas universidades e serviço público, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros). Mais: o modelo de governança participativa proposto pelo PT possibilitou a presença de lideranças do movimento negro em diversos espaços institucionais sem, contudo, haver uma reformulação nas estruturas racistas do Estado brasileiro.

A resultante disso é que essa participação institucional ocorreu periféricamente, “nas franjas” dos espaços governamentais.⁸ Apesar de tudo, houve uma incorporação institucional da energia do movimento negro para tais espaços, configurando um “antirracismo de resultados”, isto é, a luta contra o racismo se deslocou meramente para a eficácia de políticas institucionais.⁹

Porém, o grande problema é de fundo

7 Ver em <https://www.imf.org/external/np/prsp/prsp.aspx#HeadingB> (acesso em julho/2020).

8 Um exemplo disso é a precariedade das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em âmbito federal, estadual e municipal. Os orçamentos são irrisórios, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) implantado no governo Dilma Rousseff tinha um orçamento suficiente para atender menos de 1% dos municípios brasileiros (e era extremamente inferior a outros sistemas, como por exemplo, o Sistema Nacional de Cultura) e um importante programa como o Juventude Viva teve impactos insignificantes no enfrentamento da violência contra jovens negros nas periferias. Mesmo a Lei Nº 10.639/03, nunca chegou a ser plenamente implantada no sistema educacional brasileiro.

9 Aponto esse aspecto da cooptação institucional do movimento negro nos governos liderados pelo PT no artigo “A luta contra o racismo é uma luta anticapitalista” in: OLIVEIRA, D. (org). *A luta contra o racismo no Brasil*. S. Paulo: Fórum, 2017

ideológico. A luta contra o racismo, centrada nas políticas públicas de promoção, consolidou a ideia de que o racismo é um problema de ordem comportamental. Mesmo algumas enunciações de “racismo institucional” e “racismo estrutural”, centram-se em argumentos de comportamentos inadequados de agentes no poder.¹⁰ A diferença é que há aqueles que consideram que é possível uma reforma por meio de mecanismos institucionais – ressaltando os aspectos teoricamente disfuncionais do racismo e que, portanto, por meio do convencimento ou por pressões dos movimentos sociais e outros que desconsideram essa possibilidade, reafirmando uma essencialidade racial que determina os comportamentos preconceituosos.

3. OS ERROS DO REDUACIONISMO “PROGRESSISTA” DA LUTA ANTIRRACISTA

Como resultado, há uma tendência no campo progressista de reduzir a luta antirracista a dimensão comportamental e enxergar o movimento meramente como “identitário”. Quais são os erros dessa visão?

Primeiro: a componente racial está diretamente articulada com as hierarquias da divisão internacional do trabalho radicalizada com os novos arranjos produtivos globais. Tais arranjos se organizam da seguinte forma: no topo, os centros produtores e disseminadores de tecnologias e processos, no intermédio, a aplicação das tecnologias e produção manufatureira, e na base, o fornecimento de insumos e matérias primas.

Essa foi uma zona de enfrentamento dos projetos progressistas na América Latina. Países como Bolívia e Venezuela tiveram que garantir uma situação de bem-estar às populações, como também envidar esforços para retirar as economias dos países da situação de mero fornecedores de matérias-primas.

No caso do Brasil, país colocado na zona intermediária e que, por situações singulares, tem uma estrutura capacitada de produção tecnológica, a luta foi contra o desmonte das universidades públicas e empresas estatais capazes de induzir ca-

¹⁰ Essas apreensões dos conceitos de racismo institucional e racismo estrutural são totalmente opostas as conceituações elaboradas por intelectuais como Silvio Almeida (O que é racismo estrutural. S. Paulo: Pólen, 2018).

A luta contra o racismo, centrada nas políticas públicas de promoção, consolidou a ideia de que o racismo é um problema de ordem comportamental. Mesmo algumas enunciações de “racismo institucional” e “racismo estrutural”, centram-se em argumentos de comportamentos inadequados de agentes no poder

deias produtivas de maior valor agregado.

Nesse sentido, a democratização do acesso tanto a universidades públicas como às empresas públicas, por meio das cotas raciais, permitiu a inserção da população negra nessa produção tecnológica, possibilitando a articulação do desenvolvimento científico-tecnológico às demandas sociais dessas populações.

Não é à toa que as campanhas direitistas contra Evo Morales e Hugo Chavez, por

exemplo, tiveram forte conotação racista. Ideologicamente, tal discurso cristalizou os lugares subalternos desses povos e suas nações no cenário global do capitalismo, assim como o próprio Banco Mundial que historicamente prega o desinvestimento no ensino superior com o argumento populista de que se deve priorizar a educação básica.

Também esse elemento explica o porquê da USP – a universidade responsável pela esmagadora maioria da produção científica e tecnológica do país e colocada entre as cem maiores do mundo – ter sido a mais *resistente* em adotar as cotas raciais. Ciência e tecnologia é o poder dentro da cadeia global da produção capitalista.

Um exemplo que deixa isso nítido são as telas de cristal líquido que equipam celulares, produto que envolve uma sofisticação tecnológica desenvolvida nos centros de pesquisa e desenvolvimento sediados nos países centrais do capitalismo e que tem como matéria-prima o mineral coltan, extraído com mão de obra de crianças escravizadas na República do Congo.

Basta ver a composição étnica dos países em que se situam esses centros de pesquisa sofisticados (bem como os seus integrantes) e do país que fornece a matéria-prima e o insumo (e das crianças escravizadas nesse tipo de trabalho).¹¹

Segundo: o capitalismo brasileiro foi construído a partir do sistema escravista e não significou uma ruptura com a ordem anterior e sim uma transição, como afirma o pensador brasileiro Clóvis Moura.¹²

Moura defende a ideia de que entre 1850 e 1888 se constituiu uma “modernização sem mudança”, pois a constituição da infraestrutura necessária para o estabelecimento do capitalismo foi feita por meio de inversões de capital estrangeiro, principalmente britânico. Assim, constituiu-se uma aliança entre esse capital e as classes dominantes brasileiras que se, ao mesmo tempo aceitaram serem sócias minoritárias nesse projeto, mantiveram seus privilégios, interditando qualquer possibilidade de constituição de um projeto nacional que implicasse uma aliança com a classe trabalhadora nacional.

¹¹ Sobre a extração do mineral coltan, ver o vídeo Celulares de Sangue disponível em <https://youtu.be/cfYvLoAzNc>.

¹² MOURA, C. *Dialética radical do Brasil Negro*. S. Paulo: Anita Garibaldi, 2018.

O racismo operou, assim, como uma ideologia que sustentou esse projeto de submissão e, inclusive, de transformação da imensa massa de negros e negras escravizados em excedente de mão de obra que possibilitava o rebaixamento geral do valor da força de trabalho. Foram criadas as condições necessárias para a realização do fenômeno da superexploração da mão de obra¹³ – isto é, o pagamento em valores inferiores às necessidades de reprodução – elemento essencial do capitalismo dependente, segundo Ruy Mauro Marini.¹⁴

Constituiu-se, assim, uma tipologia de Estado que tem como tripé de sustentação a concentração de renda e patrimônio, a concepção restrita de cidadania e a violência como prática política recorrente.¹⁵ Daí as dificuldades de implantação no Brasil de pactuações democráticas efetivas, ainda que dentro dos marcos de uma democracia burguesa liberal clássica. Esse é o sentido da palavra de ordem de uma organização do movimento negro, a Rede Quilombação, de que “a democracia não

13 Sobre a relação de racismo, capitalismo dependente e superexploração da mão de obra, ver a obra de SOUZA, C. L. S. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. S. Paulo: Hucitec, 2020.

14 Sobre o conceito de superexploração da mão de obra, ver MARINI, R. *Dialética da dependência*. Cidade do México: Ed. Era, 1977.

15 OLIVEIRA, D. (org) *A luta contra o racismo no Brasil*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural*. S. Paulo: Pólen, 2018.

FRASER, N. “Do neoliberalismo progressista a Trump – e além” in: *Revista Política e Sociedade – revista de sociologia política*. V. 17, n. 40 (2018), disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43/38983> (acesso em julho de 2020).

GONZALES, L. “A categoria cultural de amefricanidade” in: *Por um feminismo negro latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX (194-1991)*. S. Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARINI, R. *Dialética da dependência*. Cidade do México: Ed. Era, 1977.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil Negro*. S. Paulo: Anita Garibaldi, 2018.

OLIVEIRA, D. “Globalização e racismo no Brasil” S. Paulo: Legítima Defesa, 1994.

----- “Intervenção no Rio de Janeiro: o golpe se aprofunda contra as periferias” no portal Alma Preta (disponível em <https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/intervencao-no-rio-de-janeiro-o-golpe-se-aprofunda-contra-as-periferias>, acesso janeiro 2021).

----- (org). *A luta contra o racismo no Brasil*. S. Paulo: Fórum, 2017.

SOUZA, C. L. S. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. S. Paulo: Hucitec, 2020.

WORLD BANK. “The World Bank Annual Report 2000” disponível em <http://documents1.worldbank.org/curated/en/931281468741326669/pdf/multi-page.pdf> (acesso em julho 2020).

**Após a Abolição,
em 1888, o
racismo operou
como uma
ideologia que
sustentou o
projeto de
transformação da
imensa massa de
negras e negros
ex-escravizados
em excedente
de mão de obra
que possibilitava
o rebaixamento
geral do valor da
força de trabalho**

chegou na periferia”.

Assim, o enfrentamento do racismo é o elemento central da construção de um projeto político transformador do país, de ruptura com a ordem capitalista global e transformação radical das estruturas sociopolíticas. Não se trata de política meramente identitária, tampouco de enfrentar comportamentos disfuncionais.

Lelia Gonzales, no texto intitulado *Amefricanidade*, fala do “racismo como denegação”, ou seja, uma postura recorrente das classes dominantes de negar a condição amefricana do país, independente do pertencimento étnico pessoal.¹⁶

Em um projeto político que tem como centro aprofundar a democracia e combater as desigualdades sociais, colocar a luta contra o racismo em segundo plano é desconsiderar que negras e negros sempre foram excluídos de qualquer possibilidade de pactuação democrática e que o racismo é uma ideologia que sustenta a concentração de renda, a ponto de naturalizarem-se cenas de crianças negras vendendo doces nos cruzamentos e a Escócia, país majoritariamente branco, ter uma reitora negra na Universidade de St. Andrews, enquanto aqui...

Isso não é mero identitarismo, mas produto de uma arquitetura ideológica que define lugares sociais. Pois, desde as origens, no Brasil, as classes sociais são racializadas: negras e negros foram escravizados para o trabalho e brancos educados para colonizar e expropriar as riquezas.

16 GONZALES, L. “A categoria cultural de amefricanidade” in: *Por um feminismo negro latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.



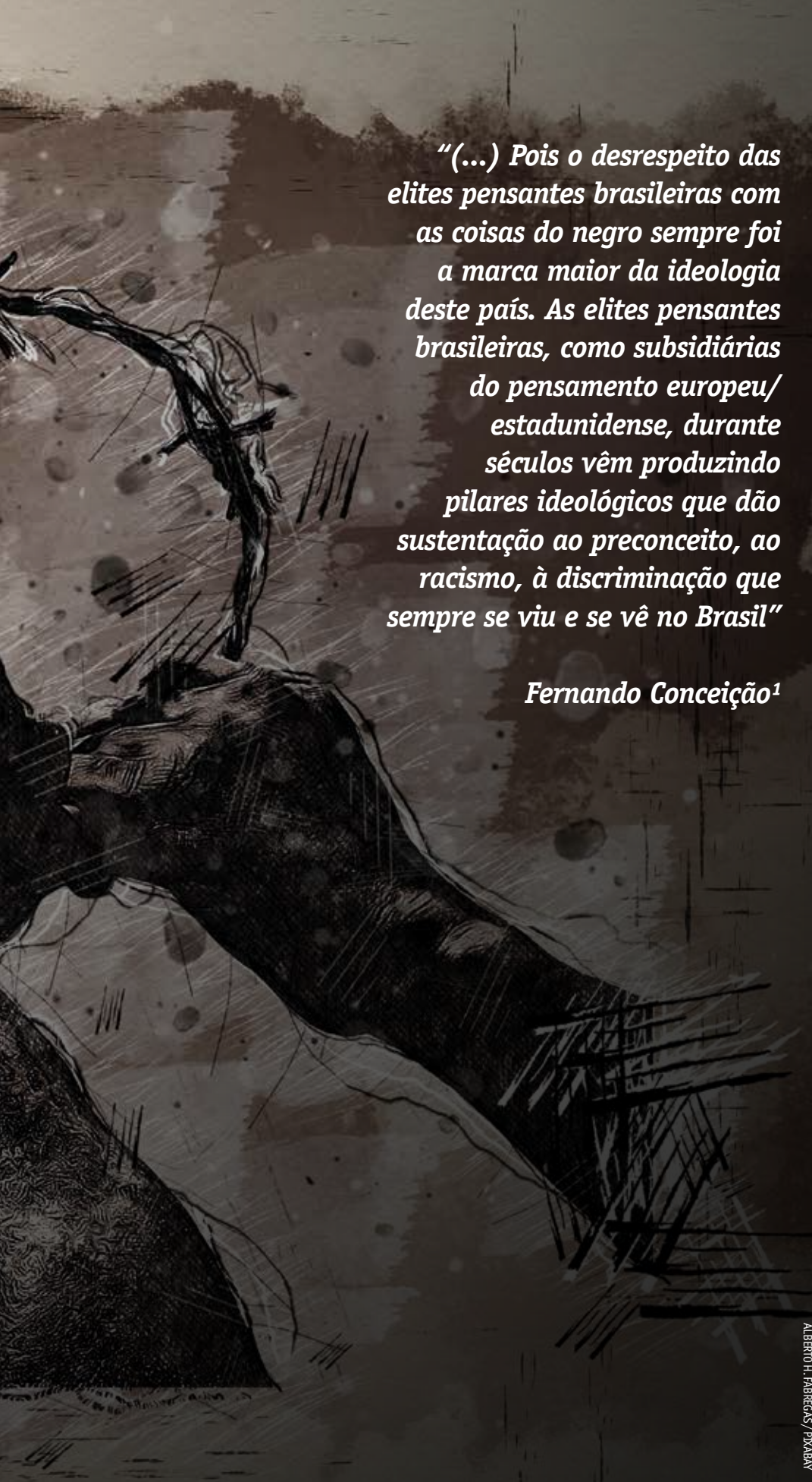
**Dennis de Oliveira
é professor da
Universidade de São
Paulo, pesquisador
do Instituto**

**de Estudos Avançados (IEA),
coordenador do Centro de Estudos
Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação (CELACC) e do GT
Epistemologias decoloniais, cultura
e territorialidades do Conselho
Latino Americano de Ciências
Sociais (CLACSO). Coordenador
da Rede Quilombação. E-mail:
dennisol@usp.br**



Racismo e branquidade na transformação social

O racismo não pode ser reduzido ao preconceito de cor ou mesmo de raça. Ele precisa ser compreendido como produto de quase quatro séculos de escravização dos povos africanos, ao longo da etapa de acumulação do capital no estágio mais primitivo. O que significa dizer que é parte constitutiva da identidade nacional



“(...) Pois o desrespeito das elites pensantes brasileiras com as coisas do negro sempre foi a marca maior da ideologia deste país. As elites pensantes brasileiras, como subsidiárias do pensamento europeu/estadunidense, durante séculos vêm produzindo pilares ideológicos que dão sustentação ao preconceito, ao racismo, à discriminação que sempre se viu e se vê no Brasil”

Fernando Conceição¹

ALBERTO H. FABREGAS / PIXABAY

A branquidade é um lugar de vantagem estrutural na dominação racial, um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual se vê e vê os “outros” e as ordens nacionais e globais. Superar o racismo implica superar os privilégios da branquidade e isso passa por uma revisão de comportamento da militância, em uma autovigilância permanente

Danilo Moura

Escrever sobre o racismo no Brasil é uma tarefa intrigante, em parte por ser um tema já amplamente debatido, remóido

¹ Jornalista, docente da Faculdade de Comunicação da UFBA; no livro: *Negritude favelada: a questão do negro e o poder na “democracia racial brasileira”*; 1988

e de aparentes obviedades, mas também por ser uma questão que teimam em colocar no campo das subjetividades pessoais e sempre caindo no velho “não é bem assim” ou “você vê isso em tudo”. O fato é que o falar sobre o racismo em nosso país é tão cansativo quanto necessário e a cada vez que se fala é necessário “repassar” conceitos básicos e triviais, quase como se



tivesse que ensinar ao seu filho a engatinhar toda vez que for sair de casa, mesmo ele já tendo corrido a casa inteira.

A primeira coisa que precisa ser dita, praticamente mastigada e regurgitada

para compreensão, é que o racismo não pode ser reduzido ao preconceito de cor ou mesmo de raça, precisa ser compreendido como produto de quase quatro séculos de escravização dos povos africa-

nos, ao longo da etapa de acumulação do capital no estágio mais primitivo. O que significa dizer que é parte constitutiva da identidade nacional, assegurado pela perpetuação de relações sociais baseadas na assimetria entre brancos e não brancos, o “branco” como padrão e todos os demais como negação desse padrão, estabelecendo e protegendo privilégios cotidianos e quase invisíveis, de tão naturalizados, ao primeiro grupo.

Compreender que racismo é, necessariamente e invariavelmente, um produto do processo de escravização e parte orgânica da sociedade brasileira, deve ser suficiente para uma segunda constatação que dela deriva, quase que instintivamente, a de que não é possível racismo reverso ou qualquer outra coisa do gênero, tampouco a afirmação de que o racismo parte ou deriva dos próprios negros.

Seria preciso inverter completamente as relações sociais, séculos de exploração econômica, negação de valores estéticos,

O branco de esquerda tem papel nessa luta e não é de espectador. Para o nosso campo a luta contra o racismo deve ser uma tarefa árdua e um desafio cotidiano para toda a militância, independentemente de lugar no espectro da racialidade



ESTÁO NERVO

religiosos e epistemológicos, para somente daí acreditar na possibilidade do tal “racismo reverso”.

NEGAÇÃO DE DIREITOS

Em consequência das constatações anteriores devemos chegar a uma terceira que teima em se esconder e nunca ser debatida que é a “branquidade” e seus privilégios. Ela é tão perversa quanto a negação de direitos e a opressão infligida a negras e negros e os privilégios “naturais” concedidos às brancas e aos brancos, que se perpetuam há séculos, criando distorções econômicas, sociais e de direitos. Em sua obra *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*, Carlos Moore reflete sobre isto:

“Nas sociedades multirraciais, é por intermédio do fenótipo que se organiza a gestão dos recursos. Na medida em que o racismo visa ejetar esse ‘Outro Total’ do circuito de usufruto dos recursos de um espaço definido, garantindo a margi-

nalização completa, ele almeja a substituição do Outro, a erradicação mediante à assimilação ou qualquer outra forma mais radical. Na origem, o racismo constituiu-se e consolidou-se por intermédio

do exercício da agressão, da conquista, da dominação ou do extermínio de qualquer agrupamento humano existente fora dessas redes. Assim, o racismo passa a ser nada menos que uma visão coletiva totalizante, que garante a gestão monopolista e racializada dos recursos, sendo a população-alvo considerada como parte integrante desses recursos”.

O silêncio dos brancos de esquerda é tão perverso quanto os gritos racistas do bolsonarismo, exemplo da defesa dos privilégios brancos levados ao extremismo, e se somam à manutenção do racismo. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural na dominação racial, um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual se vê e vê os “outros” e as ordens nacionais e globais. Superar o racismo implica superar os privilégios da branquidade e isso, necessariamente, por uma revisão de comportamento da militância, em uma autovigilância permanente.

NÃO SE TRATA DE MI MI MI

Por conseguinte, a esta altura já devemos constatar que o racismo não é uma questão para ser enfrentada e resolvida pelos negros, porque não se trata de “dorzinha”, “mi mi mi”, ou falta de autoestima. Como tudo que é estrutural, somente pode ser superado pelo enfrentamento de contradições e encontrando nas manifestações as formas de resistência e, por fim, de superação.

O branco de esquerda tem papel nessa luta e não é de espectador. Para o nosso campo a luta contra o racismo deve ser

O privilégio da *branquidade* faz com que manifestantes desarmados defendendo a vida sejam vistos como mais perigosos do que homens brancos armados que invadem o Capitólio construindo um cenário de atentado terrorista

**Engana-se quem
avalia que o
Estado brasileiro
é ausente e
que nunca teve
política pública
relacionada a
essa questão.
O que acontece
é que o Estado
sempre agiu para
manter o *status
quo* dos brancos
e, inclusive,
com diversas
tentativas de
“embranquecer”
a nação**

DAMILO VERRA / FOLHAPRESS

**CATHARINA ODARA ZACHARIAS
ROCHA, 4, NA 16ª MARCHA DA
CONSCIÊNCIA NEGRA EM SP**

uma tarefa árdua e um desafio cotidiano para toda a militância, independentemente do lugar no espectro da racialidade. Antes de qualquer conclusão precipitada não há nessa posição qualquer tentativa de culpabilidade sobre o que antepassados brancos fizeram, mas o reconhecimento de que isso construiu os privilégios aos quais todo homem branco e mulher branca estão devidamente sentados e usufruindo de uma magnânima vista de uma sociedade racializada e que funciona a seu favor.

Recentemente, o centro do capitalismo mundial foi abalado por uma tentativa de golpe, com a ocupação do Capitólio dos EUA no dia em que seria feita a homologação da vitória de Joe Biden. O que saltou aos olhos foi a diferença no contingente policial e no tratamento destes aos manifestantes em comparação ao que foi visto nas manifestações do “Black Lives Matter!” (Vidas Negras importam!). A sobreposição das imagens deixa evidente para qualquer um quem é “mais perigoso” e quem não.

Sim, o privilégio da *branquidade* faz com que manifestantes desarmados defendendo a vida sejam vistos como mais perigosos do que homens brancos armados que invadem o Capitólio construindo um cenário de atentado terrorista.

O PRECONCEITO NOS SHOPPINGS CENTERS

Vale, ainda como exemplo, lembrar os rolezinhos de 2014, em que a simples presença de corpos negros em determinados ambientes, nesse caso os *shoppings centers*, aciona um verdadeiro sistema de segurança para proteger e salvaguardar o espaço “naturalmente” destinado para o grupo racial e social privilegiado com o usufruto deste. A branquidade é quem, silenciosamente, alerta a todos no ambiente que tem algo errado, algo está fora do lugar, quem avisa à “gente de bem” que esse é o tipo que não cabe naquele espaço; portanto, enfrentar o racismo é enfrentar seus próprios privilégios.

Ainda ilustrando, a branquidade estabelece, na mídia e no imaginário social, principalmente a partir da linguagem, a diferença entre o traficante que tinha 200g de maconha e o jovem estudante portando 3kg de cocaína, racionalizando o racismo e promovendo uma falsa sen-

sação de legítimos ao encarceramento e genocídio da população negra. Por tudo isso, não é um exagero afirmar que as populações negras encarceradas são formadas por presos políticos, ou assassinados por motivação política, no Brasil ou onde quer que seja, em vista da condição que o escravismo - racializado nos legou.

Vale resgatar que em 1978, na oportunidade da fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR); um grupo de “presidiários” de São Paulo, manifestaram-se do seguinte modo:

“Do fundo do grotão, do exílio, levamos nosso sussurro a agigantar o brado de luta e liberdade dado pelo MNUCDR. Nós, presidiários brasileiros, contamos com nosso grupo unificado contra a discriminação racial. E aqui estamos no lodo do submundo, mas dispostos a dar nossos corpos e mentes para a ação da luta, de-

nunciar também a discriminação dentro do sistema judiciário. Aqui, no maior presídio da América do Sul. (...) Também tem o seguinte: Se (direito humano) for algo do qual dependemos da sociedade branca para nos conscientizar, algo que se consiga com docilidade de servos, não apresente!... Já estamos fartos de palavras, demagogias, por isso somos um grupo, por isso gritamos sem cessar. Somos negros, somos *netos de Zumbi*. (E vovô ficaria triste, se nos entregássemos sem lutar...)”²

ESTADO EMBRANQUECEDOR

Engana-se quem avalia que o Estado brasileiro é ausente e que nunca teve política pública relacionada a essa questão. O que acontece é que o Estado sempre agiu

² Movimento Negro Unificado; 1978 - 1988 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo, Confraria do Livro, 1988; p - 8-9.



para manter o *status quo* dos brancos e, inclusive, com diversas tentativas de “embranquecer” a nação. Basta para isso correlacionarmos o genocídio com as levas de imigrantes europeus.

O Brasil, depois de quase quatro séculos de escravização de povos africanos e descendentes, após uma abolição incompleta que não concedeu a cidadania e/ou integrou os negros e negras à sociedade, sem realizar referência ao genocídio dos povos originais, ainda não consegue reconhecer os efeitos nefastos do que significou esse período e, por isso mesmo, é incapaz de fazer um acerto de contas com a história. Ainda se fala do racismo como se folclore fosse, homenageia-se escravocratas e se criminaliza aquelas e aqueles que por sentirem na pele as mazelas, levantam-se insurgentes contra as desigualdades.

A esquerda precisa inaugurar um novo período em que o privilégio da branquida-

de seja combatido com a mesma voracidade que combate a exploração capitalista e, portanto, incorporar a ideia de que “numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista³”, logo, enfrentar os próprios privilégios e se colocar como aliada das negras, negros, povos indígenas e demais segmentos racialmente excluídos.

Há no movimento negro quem pense que “os brancos podem ficar do nosso lado nas questões pequenas, mas jamais nas fundamentais⁴”. Entretanto, também há quem pense que é na superação da branquidade e dos privilégios que dela derivam que encontramos o tal “lu-

3 Angela Davis, professora e filósofa socialista estadunidense, ex-integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos e dos Panteras Negras.

4 Malcolm X, defensor do Nacionalismo Negro nos Estados Unidos, fundador da Organização para a Unidade Afro-Americana.

gar de fala” de boa parte da esquerda e do campo progressista.

Concluo esse brevíssimo artigo com um alerta às companheiras e aos companheiros da dita esquerda branca, meio clichê e até repetida: no Brasil a revolução será negra ou não será, e como bem dito por um intelectual negro: “se a esquerda não é negra, sejamos nós a esquerda.⁵”

5 Clóvis Moura, sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro que desenvolveu a Sociologia da Práxis Negra.



Danilo Moura
é diretor de
Articulação Jornal
Questões Negras e
Membro da Rede

Brasileira de Justiça Ambiental;

A violência nos tempos da pandemia da Covid-19



A crise econômica somada ao avanço do novo coronavírus coloca a sociedade diante de novas formas de violência que atingem principalmente os mais pobres. Os setores progressistas enfrentam o desafio de ampliar os programas de proteção social e de construir uma ampla frente democrática e popular para enfrentar a extrema direita

Benedito Mariano

A pandemia da Covid-19 representa um dos momentos mais tristes da história da humanidade. Desde a gripe espanhola, que foi responsável pela morte de milhões de pessoas entre 1918 e 1920, o mundo não convivia com uma doença de tamanhas proporções, cujas mortes contabilizadas globalmente já ultrapassam a marca de 2 milhões de pessoas.

No Brasil, um dos epicentros da pandemia, as mortes atingiram mais de 200 mil pessoas. O país, que possui aproximadamente 2,7% da população mundial, já responde por cerca de 10% de todas as mortes pela Covid-19 no mundo. Tais números não são apenas estatísticas. São vidas que se foram, deixando para trás parentes e amigos que mal puderam se despedir, aumentando a angústia e a tristeza desta que é uma das maiores crises sanitárias da história.

DESCASO FEDERAL

O Brasil convive, ainda, com o completo descaso e inação do governo federal, num momento em que a coordenação política se faria tão importante à superação da pandemia e à redução das mortes. A postura negacionista do presidente Bolsonaro, manifesta-se na pouca ação concreta do Ministério da Saúde para imunizar a população, na divulgação e defesa de terapias ditas “preventivas” e de tratamento precoce, sem que possuam eficácia comprovada, no desincentivo ao cumprimento das medidas necessárias para evitar a propagação do vírus, como o distanciamento social, na falta de articulação e ajuda aos Estados e na completa banalização das mortes, limitando-se a responder a um repórter que “não é coveiro” quando questionado sobre o alto número diário de mortes em abril do ano passado.

Diferente de outros países que já iniciaram a vacinação no final do ano passado, só no início de 2021, a imunização parece estar em vias de se iniciar no Brasil. A Anvisa, pressionada pela comunidade científica e pela opinião pública, aprovou o uso emergencial da vacina Coronavac e da Oxford-Astrazeneca. Após o anúncio da aprovação, o governador de São Paulo, João Dória, antecipou-se ao promover a primeira aplicação da vacina no país, com a vacinação de Mônica Calazans, de 54

O Brasil convive com o descaso e a inação do governo federal, num momento em que a coordenação política se faria tão importante à superação da pandemia e à redução das mortes. A postura negacionista do presidente Bolsonaro, manifesta-se na pouca ação concreta do Ministério da Saúde para imunizar a população

anos, negra e enfermeira que trabalha na UTI do hospital Emílio Ribas.

Foi em São Paulo também que a primeira indígena foi vacinada. Vanusa Kaimbé, técnica de enfermagem e assistente social, que vive na aldeia “Kaimbé Filhos da Terra”, em Guarulhos. É inegável que o governador de São Paulo transformou a cena da primeira brasileira vacinada em ato político visando a sonhada candidatura ao Planalto. Porém, também é inegável que, apesar de ter sido eleito na onda bolsonarista, fazendo campanha para o atual presidente sob o slogan “Bolso-Doria”, o governador direitista de São Paulo se apresentou como principal adversário do delírio negacionista de Bolsonaro, delírio este que envergonha o país na comunidade internacional e demonstra desprezo pelas mais de 209 mil vítimas da Covid-19. A maioria dessas vítimas, é importante registrar, é pobre e negra.

Por ironia do destino, o general, Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, foi obrigado pela conjuntura a dizer, em coletiva, que disponibilizará a vacina Coronavac aos estados, como parte do Plano Nacional de Imunização, a partir de pactuação com o Instituto Butantã para o fornecimento de doses. Vacina esta que o negacionista Bolsonaro ironizou diversas vezes em suas redes sociais.

OUTRAS VIOLÊNCIAS

Além das mortes causadas pela Covid-19, outros tipos de violência aumentaram em todo o território nacional no contexto da pandemia. O isolamento social, medida necessária para inibir a transmissão da doença, trouxe como uma das consequências o aumento da violência doméstica, o que exige a ampliação de programas e projetos de proteção às mulheres como a Patrulha Maria da Penha, para garantir o cumprimento de medidas protetivas, além de outras ações concretas para coibir e diminuir os casos de feminicídio no país.

A ação das polícias também se mostrou um ponto de atenção. No auge da quarentena, quando os crimes relacionados à circulação de pessoas como furto e roubo diminuíram, a letalidade policial aumentou em vários estados. As vítimas da letalidade policial, esta que nunca foi aleatória, são sempre os jovens pobres e negros das nossas periferias.

Assim, como é urgente e necessária a

imunização de toda a população contra a Covid-19, também é urgente e necessário termos no país um modelo de polícia democrática, cidadã e antirracista, que tenha como princípio norteador o respeito aos direitos humanos. Infelizmente, a cultura do “capitão do mato” ainda permeia as instituições policiais, o que se reflete nas altas taxas e no padrão da letalidade.

GENOCÍDIO NEGRO

O Relatório da Rede de Observatórios da Segurança do Rio de Janeiro, lançado no final de 2020, é uma prova inequívoca do genocídio da população negra que ocorre no nosso país. Os principais dados contidos no Relatório são:

1. Na Bahia, 97% dos mortos pela polícia são negros. A população negra no estado é de 76.5%.

2. No Rio de Janeiro, 86% dos mortos pela polícia são negros. A população negra no estado é de 51%.

3. Em São Paulo, 64% dos mortos pela polícia são negros. A população negra no estado é de 35%.

4. No Ceará, 87% dos mortos pela polícia são negros. A população negra no estado é de 67%.

5. Em Pernambuco, 93% dos mortos pela polícia são negros. A população negra no estado é de 62%.

É imperativo que tais dados entrem no debate público e norteiem a ação de governantes para que seja possível transformar este cenário. Daqui a dois anos, teremos eleição para os governos dos estados e para a Presidência da República. Os partidos do campo democrático e da esquerda têm o dever republicano de apresentar para a sociedade brasileira programas de Segurança Pública que enfrentem o racismo estrutural que marca a formação da sociedade brasileira. É preciso que passem a disputar com os setores conservadores a narrativa da segurança pública, mostrando ser possível a construção de um novo modelo que não seja, apenas, mais efetivo que o atual, mas que não contribua para fortalecer o preconceito e a discriminação históricos existentes no país, pautando-se no respeito à dignidade humana.

Se não tivermos polícias democráticas, cidadãs e antirracistas, o chamado estado democrático de direito continuará não chegando à população pobre e negra das periferias e continuaremos a ver o genocí-

Uma das mais faladas ações do atual governo na área, o chamado pacote anticrime do então ministro Sergio Moro, limitou-se a apresentar ao Congresso uma proposta de aumento de pena e, no que se refere à segurança pública, apresentou uma das maiores aberrações jurídicas que é a ampliação da excludente de ilicitude

dio da juventude negra.

PACOTE PUNITIVO

Uma das mais faladas ações do atual governo na área, o chamado pacote anticrime do então ministro Sergio Moro, limitou-se a apresentar ao Congresso uma proposta de aumento de pena e, no que se refere à segurança pública, apresentou uma das maiores aberrações jurídicas que é a ampliação da excludente de ilicitude. Na prática, tal ampliação daria ‘carta branca’ para a letalidade policial. Felizmente, o Congresso Nacional barrou essa iniciativa retrógrada e obscura.

Além de reformas estruturais das polícias, é fundamental incluir os municípios na política de segurança pública, garantindo recursos para programas e projetos de prevenção à violência e ao crime. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado no governo Lula sob a coordenação do ex-ministro Tarso Genro, buscou atuar nesse sentido, e foi o principal programa federal de inclusão dos municípios no setor de segurança pública, garantindo recursos federais para programas e projetos preventivos a centenas de municípios.

SEGURANÇA E CRISE SANITÁRIA

A situação da segurança pública no Brasil durante os próximos anos ainda pode sofrer o impacto de outro importante fator. A grave crise sanitária da Covid-19 ampliou o mergulho econômico vivido no Brasil e o atual governo federal não valorizou uma política econômica de desenvolvimento e de inclusão social. Pautada na agenda neoliberal, aprofundou a crise.

O auxílio emergencial no valor de R\$ 600, principal medida econômica adotada no contexto da pandemia por beneficiar a população mais excluída do país, só surgiu por iniciativa e esforço do Congresso Nacional, por mais que Jair Bolsonaro buscase capitalizar politicamente tal ação. Como dificilmente teremos vacinas para todos no primeiro semestre de 2021, e não há mais o auxílio emergencial, a situação econômica de milhões de brasileiros tende a piorar.

DESEMPREGO E DESESPERO

No dia 11 de janeiro a montadora Ford anunciou a saída do Brasil, após mais de 100 anos com instalações no território

NÃO SOU
O COVEIRO,
TÁ!



Janete

nacional em São Paulo e na Bahia. São milhares de desempregados diretos e outros milhares indiretos provenientes da rede de produção. O desemprego, somado à crise sanitária, deve aumentar a violência no país, principalmente entre os mais pobres.

Os governos municipais terão o desafio de ampliar e muito os programas de proteção social neste momento de crise nacional. Criação de projetos para a ju-

ventude, frentes de trabalho, programas territoriais de prevenção à violência com foco nas mulheres, são algumas das iniciativas importantes para enfrentar a crise sanitária, a violência institucional e a crise econômica.

Entretanto, para que tenhamos condições de disputar com a extrema direita que governa o país, que não teve competência e nem vontade política para enfrentar

a pandemia da Covid-19, que se mostrou incapaz de adotar ações efetivas para coibir e reprimir as organizações criminosas, que não valoriza as ações de prevenção dos municípios e que alimenta e incentiva, com postura populista, demagógicas e beligerante, as ações de letalidade das polícias; o campo democrático e a esquerda têm o grande desafio de construir uma agenda mínima e uma ampla frente democrática e popular para disputar as eleições, sob pena de continuarmos no obscurantismo, mesmo que seja com uma roupagem nova da direita clássica.

Os governos municipais terão o desafio de ampliar e muito os programas de proteção social neste momento de crise nacional. Criação de projetos para a juventude, frentes de trabalho, programas territoriais de prevenção à violência com foco nas mulheres, são algumas das iniciativas importantes para enfrentar a crise sanitária, a violência institucional e a crise econômica



Benedito Mariano,
Sociólogo, Mestre
em Ciências Sociais
pela PUC de São
Paulo. Foi Ouvidor

da Polícia do Estado de São Paulo. É professor da Faculdade de Direito de Santa Maria (Fadisma), foi Assessor Parlamentar da Deputada Isa Pena (PSOL-SP) e Secretário de Segurança Urbana de São Paulo, nas gestões de Marta Suplicy e Fernando Haddad; em Osasco, na gestão Emídio de Souza e em São Bernardo do Campo, na gestão Luiz Marinho. É secretário de Defesa Social da Cidade de Diadema.

A GUERRA DA VACINA, O SUS E A ESQUERDA SOCIALISTA



FREPIK

A guerra negacionista provocada pelo governo Bolsonaro em torno da saúde pública se estende em uma guerra contra a imunização. Sem vacina para todos por tempo ainda indefinido e com o agravamento da crise econômica, parte da população aprofundará a situação de pobreza e miséria. Por isso, lutar pela retomada do auxílio emergencial significa executar um programa de combate à pandemia que incorpora e complementa a estratégia de imunização. Significa reconhecer a determinação social da saúde e da doença

Cátia Guimarães

Quase um ano após a chegada da pandemia ao Brasil, analistas e pesquisadores já nem tentam mais explicar a posição assumida, desde sempre, pelo presidente Jair Bolsonaro. Afinal, apesar da tragédia humanitária sem precedentes na história recente, a Covid-19 oferecia a um presidente

em início de mandato, sem experiência nem estrutura de estadista, a oportunidade de não errar. Primeiro, porque o fato de se tratar de uma crise sanitária mundial, em tese, haveria alívio na pressão sobre os governantes nacionais. Segundo, porque pouco se conhecia e pouco se podia fazer diante de um novo vírus, para o qual não havia vacina nem tratamento.

A aprovação do ex-ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, que nada mais fez do que não atrapalhar o *bebá* do enfrentamento possível ao novo coronavírus, pareceu-nos uma demonstração concreta desse cenário. No caso específico do Brasil, a crise sanitária se oferecia ao governo ainda como discurso para justificar uma crise econômica que lhe era muito anterior.

Mas apostando no ‘quanto pior, melhor’, como parte de uma estratégia de mobilização de sua base social, Bolsonaro optou pelo caminho oposto: minimizou o problema, negou quase tudo que a ciência aconselhava e, principalmente, criou novos ‘inimigos’ externos e internos, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e parte significativa dos governadores.

FALSA DICOTOMIA

É bem verdade que a posição do presidente não ignorava completamente os dilemas concretos: ao criar a falsa e oportunista dicotomia entre saúde e economia, criticando o isolamento social, ele respondia, de certa forma, à pressão de setores empresariais que se opunham ao *lock-down* recomendado em algumas regiões. Mas essa oposição se mostrou frágil, já que em pouco tempo os governadores que protagonizavam as críticas a Bolsonaro também se renderam às pressões pela abertura do comércio não-essencial e, progressivamente, de praticamente todos os setores econômicos.

Pouca coisa sobrou desse antagonismo que, no entanto, continua sendo o principal fio de interpretação adotado para o desenrolar político do enfrentamento da pandemia: de um lado, uma extrema direita negacionista, representada pelo bloco bolsonarista, à frente do governo federal; de outro, uma direita que se apresenta como ‘ilustrada’, cada vez mais vendida pela imprensa como centro, que instrumentaliza a crise para construir uma alternativa eleitoral para 2022, tendo como expressão principal o governador de São Paulo, João Dória. Tudo isso é notícia velha. Mas o fato é que, neste momento, se encena um novo capítulo dessa farsa, tendo como cenário as estratégias de vacinação da população brasileira contra a Covid-19.

FALTA DE PROJETO

Vale lembrar que, entre esses dois falsos extremos, circula uma esquerda que reage, polemiza, combate o obscurantismo, mas pouco propõe como projeto, restringindo-se a pular de um caminho a outro a partir de um cardápio de opções construído fora do seu espectro político.

Convém também não esquecer que uma camada abaixo da superfície em que se desenrolam essas disputas, agoniza es-

Apostando no ‘quanto pior, melhor’, como parte de uma estratégia de mobilização de sua base social, Bolsonaro minimizou a pandemia, negou quase tudo que a ciência aconselhava e, principalmente, criou novos ‘inimigos’ externos e internos, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e parte significativa dos governadores

canteada a política social que carrega, nos seus princípios e organização, um plano de ação completo, de curto, médio e longo prazo, não só para a vacinação como para o enfrentamento mais amplo da pandemia. Referimo-nos ao Sistema Único de Saúde, o projeto capaz de responder ao caráter necessariamente coletivo da produção de saúde e doença, tão escancarado pela crise sanitária atual e claramente expresso nas polêmicas em curso sobre a imunização contra o novo coronavírus. Não apenas *defender* o SUS, como um discurso genérico de valorização do público, mas *assumir* o SUS como guia de um posicionamento tático-estratégico em relação à vacinação da população brasileira e ao controle da pandemia, parece-nos o caminho principal para uma esquerda socialista que vise, ao mesmo tempo, controlar a tragédia humanitária e fugir do pobre debate político que se prende à superfície das polêmicas, excluindo qualquer possibilidade de se fortalecer um projeto societário progressista a partir dessa crise sanitária.

ASSUMIR PROTAGONISMO

Assim, assumir protagonismo na disputa política que se trava em torno da vacina significa, antes de tudo, recusar o comportado lugar de espectador na polarização entre uma direita travestida de centro e uma extrema direita protofascista. No caso da pandemia do novo coronavírus, isso só é possível pelo resgate dos princípios universalistas que orientam o SUS – aqueles que não cabem nos planos de Bolsonaro nem de Dória, mas que precisam ser mobilizados também no esforço de fortalecimento de uma consciência sanitária que vá além da concepção de saúde como problema individual.

Para início de conversa, nada está mais distante dos princípios do Sistema Único de Saúde em relação à imunização do que as iniciativas que, aqui e ali, confirmam a lógica fragmentária do ‘cada um por si’ na corrida dos entes federados pela vacina.

Como se sabe, a chamada imunidade coletiva que se espera atingir com a vacinação requer um quantitativo mínimo da população imunizada – no caso da Covid-19, esse número ainda é incerto e depende de cada vacina. Dada a impossibilidade de se determinarem limites fixos entre estados e municípios, a imunização da população local não contribui para o

objetivo imediato principal, que é frear a transmissão comunitária do vírus. Em mais um capítulo da disputa política com 'p' minúsculo que vem sendo travada em torno de tema tão importante, o governador de São Paulo aparentemente resolveu esse problema quando declarou que não será preciso confirmar moradia no Estado para tomar a vacina, incentivando um 'turismo de saúde' e, com isso, naturalizando soluções parciais ou mesmo individuais para um problema que, como os trágicos números da pandemia já cansaram de demonstrar, só tem saída coletiva e universal – um adjetivo que, não por acaso, há mais de 30 anos, é sobrenome do sistema de saúde brasileiro.

UNIVERSALIDADE DO SUS

Mais do que uma garantia legal de que todos tenham acesso aos serviços de saúde, a universalidade do SUS é um princípio contra a desigualdade e a iniquidade que historicamente assolam a sociedade brasileira. Ao se estabelecer que saúde é direito de todos e dever do Estado, a Constituição de 1988 recusa soluções individualistas como aquelas que privilegiam quem tem recursos para se deslocar de um estado a outro em busca de uma vacina tratada como moeda de troca política.

Diante disso, como sustentar que, em resposta a um governo que não se compromete com o direito à saúde, a pauta pragmática da esquerda socialista possa reforçar uma fragmentação que, no limite, significa também a negação desse direito?

Parece prudente também não esquecer a determinação econômica daqueles fenômenos que, na superfície, mostram-se apenas como disputas políticas. Afinal, o que permite que Dória tenha neste momento a possibilidade de comprar, produzir e oferecer vacina a um contingente da população é a profunda desigualdade federativa brasileira. E essa é uma dimensão importante da luta contra a desigualdade e em favor da universalidade do SUS, que precisa se expressar também no acesso à imunização, já que a maioria dos 27 estados e 5.570 municípios brasileiros não terão condições de adquirir uma cota de vacina para chamar de sua.

A resposta sobre 'o que fazer' passa por um conjunto de ações diretas de pressão, social e jurídica, sobre o governo federal, mas também de organização da

Não se deve apenas defender o SUS, como um discurso genérico de valorização do público, mas assumir o SUS como guia do seu posicionamento tático-estratégico em relação à vacinação da população brasileira e ao controle da pandemia

solidariedade federativa que pode reduzir os danos causados pela omissão do Ministério da Saúde.

VENCER DESIGUALDADES

Incentivar, a partir de ações concretas e urgentes, um regime de partilha – ao invés da concorrência em curso –, redistribuindo a riqueza e a infraestrutura de estados e municípios em prol da universalização da vacina, é uma forma de enfrentar, ao mesmo tempo, a pandemia e a falsa disputa política que reforça a desigualdade no acesso à saúde e contribui, na aparência e na essência, para o jogo da direita.

E vale ressaltar que solucionar cooperativamente a ausência do governo federal não significa abrir mão da exitosa experiência e da logística do Programa Nacional de Imunização (PNI), ao contrário. Embora seja coordenado pelo Ministério da Saúde, o PNI se estrutura como ação descentralizada, cuja execução final fica a cargo das instâncias locais do SUS, que,

norteadas pelo princípio da universalidade, levam a imunização a todos os rincões deste país.

Tudo isso, no entanto, requer recursos – sobretudo num país em que a maior parte da arrecadação tributária está concentrada na União.

Portanto, é tarefa urgente da esquerda socialista, especialmente aquela que está presente no legislativo federal, capitanear a luta para garantir dinheiro extra para estados e municípios. Além de todos os desafios de uma pandemia que continua ampliando suas vítimas, e do saldo de doenças acumuladas pelo não acompanhamento em meio ao isolamento social, no que diz respeito especificamente à vacina, governadores e prefeitos terão altos custos com o reforço de pessoal, combustível e transporte em geral – principalmente nas regiões que concentram aldeias indígenas, populações ribeirinhas e outras particularidades – e formação dos trabalhadores da saúde envolvidos na imunização – desafio, aliás, que tem sido pouco tematizado. Além de essenciais para frear a pandemia e preservar a vida, pauta prioritária de qualquer programa de esquerda que mereça esse nome, essas medidas têm potencial de mexer no tabuleiro político, ao mesmo tempo denunciando, com ações, a omissão do governo federal e retirando as lideranças da direita, dita civilizada, da zona de conforto em que vêm se movimentando.

IMUNIZAÇÃO PÚBLICA

Vale insistir ainda um pouco no quanto a questão orçamentária é fundamental para diferenciar, de forma efetiva, a pauta estruturante da esquerda do discurso civilizado, mas ainda assim excludente, da direita que tem se vendido como a real oposição a Bolsonaro. À primeira vista, esse pode parecer um tema externo ao debate da vacina, mas aqui é preciso olhar o contexto – sanitário e político – pela máxima totalidade possível. Começemos por mapear os limites objetivos.

Quem conhece minimamente o campo sabe que a produção mundial de imunobiológicos, hoje, não é suficiente para que se garanta a vacinação de toda a população brasileira num curto intervalo de tempo. A primeira conclusão dessa constatação é que não é apenas válido como necessário defender e lutar para que se



alcance a vacinação de toda a população adulta em 2021, mas é igualmente importante não apostar em palavras de ordem vazias, que ignorem as dificuldades impostas pela realidade.

A segunda pauta, urgente, que essa constatação impõe, e que parece 'correr por fora' da disputa político-eleitoral entre direita e extrema direita em torno da imunização, é impedir que o setor privado comercialize vacinas no país, exigindo que tudo que for produzido seja destinado aos governos para a vacinação gratuita, universal e equitativa de toda a população, sem privilégios a quem pode pagar.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Mas aqui uma terceira e fundamental conclusão é que, sem vacina durante um número ainda indefinido de meses e com a continuidade (ou agravamento) da crise econômica, parte da população aprofundará a situação de pobreza e miséria. Isso num contexto em que o auxílio emergencial fornecido pelo governo federal foi suspenso, o orçamento aprovado para políticas sociais foi reduzido e o teto de gastos federais continua em vigor. Aqui, apenas um passo além da superfície do debate da vacina, encontramos o ponto que rapidamente iguala as bandeiras da direita 'de sempre' e da extrema direita

Solucionar cooperativamente a ausência do governo federal não significa abrir mão da exitosa experiência e da logística do Programa Nacional de Imunização (PNI), ao contrário

bolsonarista: a defesa intransigente da austeridade fiscal.

Por isso, lutar pela retomada – e ampliação – do auxílio emergencial, por mais recursos para que as escolas públicas tenham segurança de retomar as aulas quando as condições sanitárias permitirem, por mais dinheiro para garantir profissionais e serviços de saúde enquanto o vírus continuar circulando é executar um programa de combate à pandemia que incorpora e complementa a estratégia de imunização. Significa reconhecer a determinação social da saúde e da doença, estágios que se definem para além da contaminação por um ou outro vírus. Mais do que isso, significa colocar em prática o conceito ampliado de saúde, entendendo (e prevenindo) as diversas causas do adoecimento e o quanto ele é marcado pela estrutural desigualdade da sociedade brasileira. Significa, por fim, trazer o SUS como ferramenta para o combate à pandemia e como projeto para o debate político.



Cátia Guimarães é jornalista, especialista em comunicação e saúde, doutora em

Serviço Social, militante do Psol.

A Ford e as agruras do desenvolvimentismo associado



EDILSON DANTAS / AGENCIA O GLOBO

Marco Antonio Rocha

Embora a saída da Ford seja algo que atinja a memória afetiva de um projeto de desenvolvimento que se perdeu, o fato não é um acontecimento isolado. Ele representa mais um capítulo da crise aberta pela incapacidade do empresariado brasileiro capitanear uma rearticulação produtiva com o sistema capitalista internacional no período pós-fordista.¹

¹ Para que não façamos aqui um trocadilho involuntário, vale dizer que o fordismo é um método de produção industrial em massa e de barateamento de custos, realizado por meio de linhas de produção. O aspecto mais visível é a linha de montagem, com subdivisão contínua de trabalho entre os operários. Seu inventor foi Henry Ford (1863-1947).

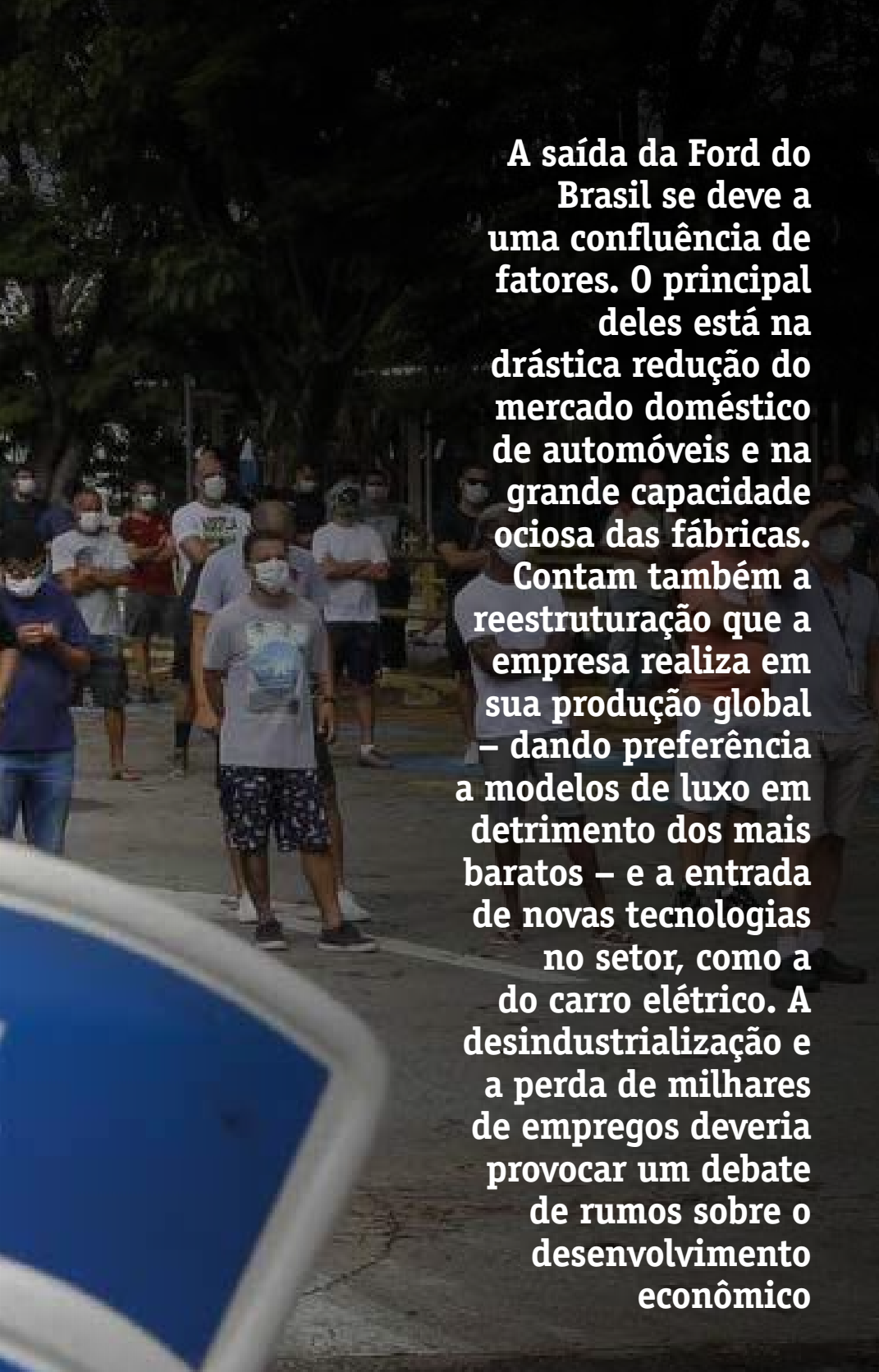
O estilo de desenvolvimento em que o processo de internacionalização das multinacionais garantia a articulação de uma cadeia produtiva integrada no espaço nacional, não se tornou mais possível em um universo de cadeias fragmentadas e de especialização por tarefas nas cadeias globais. Durante a reestruturação produtiva do sistema capitalista internacional, não houve no país a construção de um projeto que possibilitasse superar os esquemas tradicionais de divisão do trabalho entre centro e periferia.

Nesse sentido, a saída da Ford é a continuidade do esfacelamento da estrutura produtiva de caráter fordista, desenvolvida ao longo do processo de industrialização no Brasil. Durante a mudança na

forma de internacionalização das empresas multinacionais e com a acirramento da competição internacional promovida pela industrialização das economias asiáticas, a burguesia industrial brasileira não demonstrou ter a menor capacidade de promover políticas garantidoras de uma inserção internacional do sistema industrial brasileiro que combinasse a sofisticação de sua pauta de exportação com a melhoria substancial da estrutura ocupacional.

FALTA DE PERSPECTIVAS

O caso da Ford é ilustrativo desse processo. De certa forma, é resultado de tudo isso, das mudanças na lógica de atuação das multinacionais dos países centrais, dos efeitos da inserção internacional das



A saída da Ford do Brasil se deve a uma confluência de fatores. O principal deles está na drástica redução do mercado doméstico de automóveis e na grande capacidade ociosa das fábricas. Contam também a reestruturação que a empresa realiza em sua produção global – dando preferência a modelos de luxo em detrimento dos mais baratos – e a entrada de novas tecnologias no setor, como a do carro elétrico. A desindustrialização e a perda de milhares de empregos deveria provocar um debate de rumos sobre o desenvolvimento econômico

O estilo de desenvolvimento em que o processo de internacionalização das multinacionais garantia a articulação de uma cadeia produtiva integrada no espaço nacional, não se tornou mais possível em um universo de cadeias fragmentadas e de especialização por tarefas nas cadeias globais

economias de industrialização recente, do progresso tecnológico na competição global da indústria automotiva e da falta de perspectivas sobre o crescimento da economia brasileira nesse contexto.

Em outros termos, é tanto resultado do vácuo em relação a um projeto de desenvolvimento de longo prazo quanto dos limites de outro projeto de desenvolvimento, cujo principal eixo de articulação dependia da presença do capital estrangeiro.

No que se refere a decisão da Ford, ela possui lógica semelhante da decisão das demais montadoras tradicionais em relação às mudanças recentes na indústria automotiva. A reorientação das estratégias das montadoras foi condicionada por três fatores inter-relacionados:

O primeiro foi a mudança da concentração geográfica da demanda e do perfil do consumo de veículos; **o segundo** fator foi a entrada de novas empresas montadoras e o acirramento da competição nos mercados de maior dinamismo; e **o terceiro** é formado pelos efeitos da mudança tecnológica nas estratégias das empresas líderes.

MERCADO DE LUXO

A mudança do padrão de consumo das economias desenvolvidas, com a estagnação da demanda por automóveis na Europa e o crescimento da demanda nos Estados Unidos, concentrada em carros de luxo e SUVs, provocou o deslocamento do mercado consumidor para as grandes economias em desenvolvimento. Ainda que sejam



também grandes mercados para carros de luxo e de grande porte, a mudança geográfica dos mercados com maior crescimento significou uma maior taxa de cres-

cimento da demanda localizada em carros de menor porte e menor valor adicionado.

Muitas dessas economias, a exemplo da China, Índia e Rússia, desenvolveram

capacidade local de produção por meio do fomento de montadoras locais. Essas novas entrantes pressionaram as margens para baixo, sobretudo nos mercados de grande crescimento, sendo especialmente bem-sucedidas na entrada nos nichos de automóveis de menor valor adicionado.

Esse movimento fez com que parte das montadoras tradicionais reavaliassem as estratégias nesses nichos de mercado, reduzindo os modelos e enxugando a produção voltada aos mercados emergentes. No cenário de queda drástica do comércio internacional provocado pela pandemia, a necessidade de promover a rápida ocupação da capacidade produtiva instalada provavelmente acelerou a reorganização estratégica da produção global das montadoras.

A escolha por esse tipo de estratégia está relacionada também à mudança do perfil dos investimentos das montadoras tradicionais em direção às novas tecnologias da Quarta Revolução Industrial.

A mudança do padrão de consumo das economias desenvolvidas, com a estagnação da demanda por automóveis na Europa e o crescimento da demanda nos Estados Unidos, concentrada em carros de luxo e SUVs, provocou o deslocamento do mercado consumidor para as grandes economias em desenvolvimento



Em um cenário de mudanças globais, é difícil supor que a mera manutenção de um ritmo modesto de crescimento do mercado interno seja suficiente para se contrapor ao movimento geral de reestruturação da indústria automobilística

Em geral, as grandes montadoras têm voltado parte dos investimentos na aquisição de patentes e de empresas desenvolvedoras de tecnologias chaves para a geração de carros com menor impacto ambiental e para automóveis de direção autônoma. Como as mudanças tecnológicas deverão significar a entrada de novas empresas no setor vindas de áreas relacionadas ao desenvolvimento das novas tecnologias, as montadoras tradicionais têm demonstrado pouco interesse em se manter na competição nos nichos de menor valor adicionado, concentrando esforços nos nichos de maior valor e no posicionamento para a competição nos novos modelos de maior complexidade tecnológica².

² A manutenção da produção da Ford na Argentina está justamente relacionada ao alinhamento da produção no país à estratégia global da empresa, sendo uma planta produtiva mais moderna, com produção menos integrada e especializada em um modelo de grande porte e maior valor adicionado.

ECONOMIA POUCO ATRATIVA

Com a redução dos esforços competitivos nos modelos voltados aos mercados emergentes e a necessidade de racionalizar a produção global frente a essas mudanças estratégicas, é natural que economias pouco atrativas e com baixa perspectiva de crescimento, como se tornou a brasileira, sejam preteridas em relação a mercados emergentes de maior crescimento.

Entretanto, é necessário levar em consideração que a maior atratividade de outras economias emergentes esteve relacionada não só a maiores taxas de crescimento, mas igualmente à existência de políticas voltadas ao desenvolvimento da produção automobilística local, inseridas geralmente em estratégias nacionais mais amplas de desenvolvimento das forças produtivas.

Em um cenário de mudanças globais, é difícil supor que a mera manutenção de um ritmo modesto de crescimento do mercado interno seja suficiente para se contrapor ao movimento geral de rees-

truturação da indústria automobilística. Assim, como seria ainda mais difícil supor que o problema resida em um conceito vago e genérico como “Custo Brasil”, solucionável por meio de reformas de cunho liberalizante que seriam suficientes para reverter a perda de competitividade da indústria brasileira e defendida em bloco pela burguesia brasileira. A agenda do “Custo Brasil” só revela a falta de visão do que restou da burguesia industrial sobre a magnitude das mudanças no sistema industrial internacional e nas práticas de política industrial mundo afora.

INCAPACIDADE EMPRESARIAL

Do episódio da Ford, retiram-se algumas lições importantes. A primeira é nos fazer lembrar de como as estratégias das multinacionais podem facilmente desfazer imensos esforços dispendidos em relação a um estilo de desenvolvimento associado. A segunda é a incapacidade de o empresariado industrial brasileiro propor ou compor um projeto de desenvolvimento produtivo que vá além de, na melhor das hipóteses, uma inserção subordinada nas cadeias de valor. A terceira é como as economias que procuraram construir políticas de desenvolvimento industrial estão se demonstrando com maior capacidade de barganha e, inclusive, com maior atratividade para o investimento estrangeiro.

Em meio a isso, buscam-se soluções momentâneas possíveis. A tentativa de fazer uma empresa brasileira ou uma dessas empresas entrantes no setor automobilístico, seja indiana ou chinesa, assumir o controle do parque produtivo salvaria os empregos e a economia das cidades afetadas – em especial, Taubaté e Camaçari – mas não deixaria de ser uma solução momentânea. Sem o crescimento do mercado doméstico e sem a construção de um projeto de base popular voltado ao desenvolvimento das forças produtivas, o episódio da Ford será apenas mais um dos vários que se seguirão.



Marco Antonio Rocha é professor do Instituto de Economia da Unicamp

AMAPÁ EM TRANSE

Luz privada, escuridão pública e consequências eleitorais

O apagão do Amapá, no final de 2019, deixou à mostra os obscuros interesses existentes nos processos de privatização da área de energia, mantidos por sucessivos governos desde a gestão de FHC. As empresas particulares nada investem, gerando o sucateamento do setor e prejuízos sérios à população

Luiz Arnaldo Campos

Na noite de 3 de novembro de 2020, um temporal castigava Macapá, capital do estado, quando uma explosão foi ouvida por muitas pessoas. Chamas subiram aos céus enquanto a cidade mergulhava no

escuro. Tinha início o drama, que passou a ser conhecido como o *apagão do Amapá*, uma tragédia com muitos atos e um final inesperado.

A abertura foi um blecaute total em 13 dos 16 municípios que compõem o estado. A falta de energia elétrica trouxe consigo

a escuridão, nuvens de mosquitos, falta da água, colapso da internet, do WhatsApp, fechamento das agências bancárias, caixas eletrônicos, postos de gasolina e a perda de alimentos que precisavam de uma geladeira para serem conservados. Na tarde do dia seguinte, muitas famílias



macapaenses se dirigiram para o rio Amazonas, que banha a cidade, e aos igarapés para tomar banho e se assearem. À noite, na cidade às escuras, brilharam as tochas que iluminavam as barricadas de moradores indignados, protestando contra o descaso das autoridades, em plena campanha eleitoral.

PRIMEIRO ATO

Nos três primeiros dias sem energia elétrica, pulularam as versões sobre o que teria acontecido. A mais divulgada era de que um raio caíra sobre a subestação de energia da capital, causando todo o estrago. Essa versão foi insistentemente proclamada por um conjunto de forças que se alinhavam atrás da candidatura superficial de Josiel Alcolumbre (DEM) a prefeito de Macapá. Josiel, um rico empresário, dono da repetidora da Rede Bandeirantes no estado, é irmão de Davi Alcolumbre, presidente do senado e aliado de Bolsonaro. Além do apoio familiar era também carregado pelo governador Waldez Góes (PDT) e pelo prefeito da capital, Clécio Luís (sem partido).

A versão do raio divino ocupou boa parte dos programas eleitorais da situação, já que mesmo sem luz elétrica, o horário eleitoral gratuito continuou sendo transmitido, embora praticamente sem espectadores. Nesses programas, a candidata a vice de Josiel, doutora Silvana, aparecia responsabilizando os “fenômenos da natureza”, procurando limpar a barra dos governos federal e estadual, aliados de primeira hora de Josiel. Não conseguiu. Não demorou muitos dias para a Polícia Civil divulgar um laudo que isentava as forças celestes de qualquer responsabilidade. O para-raios da subestação funcionava perfeitamente durante a tormenta.

Enquanto à noite a tensão nas ruas aumentava com policiais tentando dissolver as barricadas, inclusive com balas de borracha. À luz do sol, iam se avolumando os indícios sobre as responsabilidades pelo desastre. Veio à tona a informação de que as péssimas condições da subestação tinham sido a origem da explosão que destruiu um transformador e incendiou outro. Deveria haver um terceiro, exatamente para funcionar como reserva. No entanto, encontrava-se em manutenção desde 2019. Em meio ao sofrimento dos amapaenses, já atormentados com um repique

Começaram a correr boatos sobre casos de bairros privilegiados, nos quais não faltava luz, ao mesmo tempo em que na periferia se multiplicavam almoços solidários. Nesses locais, os frangos dos vendedores de espetinhos eram oferecidos aos moradores antes que a carne apodrecesse. Nas ruas, à noite, multiplicavam-se as fogueiras e barricadas de protesto



da epidemia do coronavírus, os nomes dos responsáveis começaram a aparecer.

O primeiro foi da Isolux, empresa espanhola, que no processo de privatização ganhou a construção e a administração da linha de transmissão entre a hidrelétrica de Tucuruí e Macapá, o “linhão de Tucuruí que interligou o Amapá e o Amazonas ao sistema elétrico nacional.

Como administradora da linha, a Isolux era, em tese, a responsável número 1 pelo apagão. Mas esse era apenas o começo da história. Em recuperação judicial e cheia de dívidas, a Isolux repassara em 2019 a concessão para a Gemini Energy, empresa controlada pelo fundo de investimento Starboard Asset. A Gemini possui 85,04% das Linhas Macapá Transmissoras de Energia (LMTE) e os restantes 14,96% estão nas mãos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Considerada por diversos especialistas como uma empresa sem expertise no meio, a Gemini fez questão de anunciar que tinha avisado a Agência Nacional de Energia Elétrica



(Aneel) dos problemas do terceiro transformador, sem previsão de data para o conserto. Nos interstícios desse jogo de empurra-empurra, alguma luz começou a aparecer.

SEGUNDO ATO

De fato, apurou-se que em 2008, a Isolux participou do leilão de linhas de transmissão e assumiu a construção e a administração das linhas entre Tucuruí e Macapá, operando por meio da controlada, a LMTE. Com problemas financeiros, a empresa espanhola vendeu a LMTE para a Gemini, em 2019. Ou seja, sem participar de licitação, tampouco comprovar a competência técnica, a Gemini assumiu um negócio com incidência direta sobre a vida de 765 mil pessoas. A Aneel, agência que deveria ser a controladora e fiscalizadora do Estado brasileiro, assistiu a tudo sem providência a não ser aplicar multas inócuas à Isolux e silenciar quando foi informada pela Gemini que o terceiro transformador não tinha data para ser reparado.

Além da inadimplência, incompetência

e omissão, o blecaute do Amapá tem outra vulnerabilidade.

Quando foi licitado o trecho Tucuruí-Macapá, não foi exigido da empresa arrema-

Nos três primeiros dias sem energia elétrica, pulularam as versões sobre o que teria acontecido. A mais divulgada era de que um raio caíra sobre a subestação de energia da capital, causando todo o estrago. Enquanto à noite a tensão nas ruas aumentava com policiais tentando dissolver as barricadas, inclusive com balas de borracha, à luz do sol iam se avolumando os indícios sobre as responsabilidades pelo desastre

tante (Isolux/LMTE) que construísse torres de transmissão fazendo o caminho de volta entre o Amapá e o Pará. Ou seja, o Amapá ficou literalmente pendurado num único fio, ligado à subestação que se incendiou, sem alternativa para caso de acidentes.

Como é uma espécie de ponto final do sistema de transmissão, Macapá obrigatoriamente teria de ter essa segunda linha de transmissão, que aliás existe em todos os sistemas da região Centro-Sul. Mas no edital, o governo brasileiro não exigiu, a Isolux/LMTE não construiu e, assim, os amapaenses ficaram totalmente expostos, sem saber, aos apagões.

TERCEIRO ATO

Em 6 de novembro, depois de três dias de escuridão total, o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou o restabelecimento pleno da energia em dez dias. Para tanto, as autoridades confiavam que um dos transformadores pudesse ser restaurado ao mesmo tempo que outro seria transportado de Laranjal do Jari, no sul do estado, numa operação de logística complexa.

Dois dias depois, com o funcionamento do gerador danificado, a meia-boca, foi possível iniciar o fornecimento racionalizado de energia para as diversas regiões do estado, inclusive a capital. No entanto, a emenda saiu, se não pior, tão ruim quanto o soneto. A completa irregularidade na chegada e desaparecimento da energia trouxe mais prejuízos e irritou ainda mais profundamente a população. Começaram a correr boatos sobre casos de bairros privilegiados onde não faltava luz, ao mesmo tempo em que na periferia se multiplicavam almoços solidários, onde os frangos dos vendedores de espetinhos eram oferecidos aos moradores antes que a carne apodrecesse. Nas ruas, à noite, multiplicavam-se fogueiras e barricadas de protesto.

Como consequência, as autoridades começaram a sair da letargia e nos dias 10 e 11 se puseram a divulgar medidas para tentar aplacar a indignação pública. O Ministério do Desenvolvimento Regional anunciou a liberação de R\$ 21,6 milhões para aluguel de geradores e compra de combustível. A Aneel propagou a abertura de um inquérito para apurar as causas do apagão. O Tribunal de Contas da União aprovou a realização de uma auditoria

**Em 2008,
a empresa
espanhola Isolux
participou do
leilão de linhas
de transmissão
e assumiu a
construção e a
administração
das linhas
entre Tucuruí e
Macapá, operando
por meio da
controlada,
a LMTE. Com
problemas
financeiros,
a empresa
espanhola vendeu
a LMTE para
a Gemini, em
2019. Ou seja,
sem participar
de licitação e
sem comprovar
competência
técnica, a Gemini
assumiu um
negócio com
incidência direta
sobre a vida de
765 mil pessoas**

sobre o caso e o Ministério de Minas e Energia anunciou ao aumento da oferta de energia com a entrada em operação de uma unidade da hidrelétrica Coaracy Nunes, localizada no município de Ferreira Gomes, distante 137 quilômetros de Macapá. Porém, eram iniciativas distantes e sem efeito prático para quem estava sofrendo os males terríveis provocados pela falta de energia.

As pesquisas dos candidatos a prefeito, em Macapá, começaram a registrar sinais de um abalo sísmico. Os sintomas mais alarmantes apareceram nos levantamentos de Josiel Alcolumbre, candidato dos governos municipal, estadual e federal, ou seja, das autoridades que a população via, de uma forma ou de outra, como responsáveis pelas agruras.

Com as eleições marcadas a quatro dias, e com os indicadores apontando Josiel fora do segundo turno, uma medida estapafúrdia e sem precedentes precisaria ser tomada, e foi. Utilizando, o prestígio como presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, irmão de Josiel, conseguiu que o Tribunal Superior Eleitoral adiasse as eleições em Macapá, formalmente, atendendo a um pedido do TRE local. A decisão foi por demais estranha. Afinal de contas, dos 16 municípios do Amapá, 13 estavam sem energia (Oiapoque, no norte, possui sistema isolado de abastecimento, enquanto Laranjal e Vitória do Jari, ao sul, não estão ligados à subestação sinistrada) e as eleições foram adiadas tão somente em Macapá, exatamente onde o candidato do DEM estava enfrentando dificuldades. Em Santana, cidade conurbada a Macapá, onde o candidato dos Alcolumbre estava na frente, as eleições foram mantidas. A eleição na capital foi remarçada para 6 de dezembro.

Ao se defender das acusações de que o adiamento visava unicamente beneficiar o irmão, em queda livre nas pesquisas, Davi Alcolumbre declarou que Josiel fora o maior prejudicado, uma vez que venceria no primeiro turno. A declaração causou uma onda de repúdio entre os macapaenses. Dizer que um rico empresário era o maior prejudicado pelo apagão foi acintoso para centenas de milhares de pessoas privadas de luz, água, comunicações e comida.

E o calvário para os macapaenses continuou. No dia 16 de novembro chegaram

as balsas trazendo dezenas de geradores termoelétricos (movidos a diesel) para o restabelecimento total da energia. Na noite seguinte, um novo apagão total abalou os moradores dos 13 municípios. A luz só foi restabelecida no início da madrugada.

No dia 21, a convite de Davi Alcolumbre, Bolsonaro visitou Macapá para acionar os geradores das termoelétricas. Apesar disso, vários bairros de Macapá seguiram sem energia. À noite, a Polícia Militar contabilizou 120 protestos com incêndios e barricadas pelas ruas da cidade.

QUARTO ATO

A indignação dos macapaenses pode ser melhor sentida quando se sabe que o Amapá é um estado exportador de energia, com quatro usinas hidrelétricas em funcionamento, produzindo seis vezes mais quilowatts que o necessário para abastecer o estado.

Até 2012, dois terços da energia consumida no Amapá era gerada por termelétricas, que chegavam a queimar 1 milhão de litros diesel por dia, sendo o outro terço fornecido pela pequena usina de Coaracy Nunes, inaugurada pelo ex-presidente Ernesto Geisel (1974-79) e construída com o dinheiro dos *royalties* da extração de manganês na Serra do Navio. Essa situação começou a se alterar, quando a então ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, em meio ao processo de privatização, estimulou a construção de usinas hidrelétricas em todo país, garantindo a participação privada desde o início da obra, assegurando maiores ganhos às empresas vencedoras dos leilões. Assim, em curto espaço de tempo, foram construídas as usinas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará. Mas, apesar do potencial hidrelétrico, o Amapá ficou fora desse *boom*. Por não estar interligado ao sistema nacional, a energia gerada não poderia ser vendida.

Por causa disso, o início das obras do linhão de Tucuruí foi saudado com esperança tanto pela população, que enfim teria a tão sonhada segurança energética, como pelas empresas de energia, que viram a oportunidade do bom negócio. Rapidamente foram construídas as hidrelétricas de Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, no rio Araguari, e a de Santo Antônio, no rio Jari, esta um sonho antigo de Daniel Ludwig (1897-1992), bilionário norte-

A energia foi restabelecida plenamente em todo estado apenas em 24 de novembro. Foram 21 dias de sofrimento que revelaram ao Brasil uma parte dos mecanismos perversos do processo de privatização da energia, no qual a leniência e o descaso marcham lado a lado, com um prejuízo imenso socializado pela população



-americano que concebeu o Projeto Jari. Num piscar de olhos o Amapá passou da condição de dependente a exportador de energia e, mesmo assim, sofreu um violento apagão. Como foi possível? A resposta é simples: para ter aproveitamento doméstico a energia em alta tensão, produzida por hidrelétricas, é preciso haver a transformação em corrente de baixa tensão, para uso domiciliar. E no Amapá, apenas, um terço da energia gerada é transformada, uma vez que o destino não é a população amapaense e sim a exportação para outras praças, via o linhão de Tucuruí.

FINAL (POR ENQUANTO)

A energia foi restabelecida plenamente em todo estado, apenas em 24 de novembro. Foram 21 dias de sofrimento que revelaram ao Brasil uma parte dos mecanismos perversos do processo de privatização da energia, no qual a leniência e o descaso marcham lado a lado, com um prejuízo imenso socializado pela população. Demonstraram também o tratamento desigual sofrido pela Amazônia, que sob o jugo de uma espécie de mandato colonial, é condenada a fornecer matéria-prima (no caso, energia) para grandes conglomerados e cidades do país, sem que seus povos recebam os benefícios da utilização dos recursos naturais.

Finalmente, em 20 de dezembro, poucos dias antes do Natal, foi disputado o segundo turno das eleições municipais em Macapá. Bolsonaro apareceu na TV, pedindo votos para o candidato do DEM, mas não adiantou. A população soube identificar os responsáveis pelo apagão, o cortejo de dissabores e nas urnas derrotou o candidato do Planalto. Um final iluminado para uma tragédia que se desenvolveu na escuridão.



Luiz Arnaldo Campos é cineasta, presidente do Conselho de Curadores da Fundação Lauro Campos/ Marielle Franco com a colaboração de Charles Chelala, economista e Mestre em Desenvolvimento Regional.

**ALGO NOVO NO *FRONT*
OU MAIS DO MESMO?**

Perspectivas para a América Latina no governo Biden

Não estão claras as prioridades da nova administração dos EUA para o continente, para além da tradicional defesa contra a influência chinesa, o combate ao narcotráfico e as pressões sobre a Venezuela. Biden certamente buscará maior articulação com seus vizinhos, mas isso continuará a ser feito de forma pragmática e guiada pelos interesses econômicos de Washington

Rafael Ioris

Se a maior potência militar do planeta não pode mais pontificar sobre seu sistema político como modelo para o mundo, pelo menos como terra do espetáculo os Estados Unidos ainda têm alta influência mundial. Após longos dias de antecipação e suspense acompanhados por especta-

res atentos ao redor do globo, o inepto e descentralizado sistema de eleições daquele país consagrou Joe Biden, ex-vice-presidente e um dos caciques do Partido Democrata, como o próximo presidente da terra de Lincoln. Mas, ao contrário de resolver o clima de disputas internas, a eleição de Biden, pelo menos por ora, aguçou o clima de tensão no país.

O que vimos nas semanas seguintes à eleição de novembro de 2020 foi que, liderados pelo magnata imobiliário da extrema direita, apoiadores da agenda xenófoba, autoritária e de supremacia racial branca questionaram a legitimidade do pleito e prometeram reverter o resultado de forma a manter Trump no poder.

Tais dinâmicas culminaram na invasão

violenta do Congresso norte-americano que ocorreu no dia 6 de janeiro de 2021. Foi um evento histórico, traumático e que, ao contrário do que esperavam Trump e os apoiadores, serviu para deslegitimar o grande líder e seus seguidores, e aglutinar forças políticas tradicionais, a mídia e a opinião pública em defesa da institucionalidade.

LUTA INCERTA

É incerto o que Trump esperava ganhar com tais eventos ao insuflar a base com ações tão graves e inusitadas. Talvez somente manter a relevância como líder entre seus partidários? Talvez efetivamente forçar uma ruptura institucional? O fato é que os Estados Unidos continuarão imersos no mais alto clima de polarização política que o país enfrentou desde os anos 1960, e dentro de um contexto no qual grupos radicais extremistas conseguem ter um maior peso e influência do que em períodos anteriores.

Diante da forte crise política e econômica que os EUA vêm enfrentando nos últimos anos, - processo aprofundado pela pandemia e pela crescente presença chinesa na região -, o que se pode esperar do próximo governo democrata com relação à América Latina?

Imerso em enormes desafios internos, buscará o novo presidente projetos e iniciativas inovadoras na região, ou será Joe Biden um líder focado no contexto doméstico? Que peso terá o hemisfério ocidental na política externa do novo governo?

Traço a seguir possíveis linhas e tendências para o relacionamento entre a América Latina e os Estados Unidos nos próximos anos. É certo que se trata de um cenário ainda em composição e, portanto, com alta imprevisibilidade. Busquei focar temas e eixos analíticos de viés mais estrutural. Mas, ainda assim, ressalto a natureza provisória e mesmo especulativa da análise que, não obstante, seja útil para novas reflexões a serem produzidas ao longo dos próximos meses e anos.

PAÍS DIVIDIDO E FOCO DOMÉSTICO

A fim de responder as questões colocadas, caberia apontar, em primeiro lugar, que a realidade saída das urnas na histórica eleição de 2020 é a de um país profundamente polarizado entre setores que defendem posições em grande parte

É incerto o que Trump esperava ganhar ao insuflar sua base para ações como a invasão do Congresso. Talvez somente manter a relevância como líder entre os partidários? Talvez efetivamente forçar uma ruptura institucional? O fato é que os Estados Unidos continuarão imersos no mais alto clima de polarização política que o país enfrentou desde os anos 1960

irreconciliáveis, tantos em temas econômicos, como em questões de cunho cultural e moral – cenário que obviamente apresentará grandes desafios para o novo governo. Se com a vitória de Biden, os Estados Unidos poderão retornar a racionalidade em termos de formulação de políticas públicas e de institucionalidade formal em termos diplomáticos, o trumpismo continuará vivo e influente como força política definidora de tendências naquele país.

Além disso, fazendo jus ao perfil moderado do novo presidente, a administração Biden será provavelmente pautada por um teor reconciliador e tenderá a governar pelo centro. Da mesma forma, dadas as enormes dificuldades sanitárias e econômicas que o país enfrenta, o novo governo deverá se concentrar, em grande medida, no contexto doméstico.

Por fim, levando-se em consideração os nomes indicados até agora para assumir as posições centrais na burocracia responsável pela formulação de política externa na vindoura gestão nos EUA – Antony Blinken no posto de Secretário de Estado e Jake Sullivan como Assessor de Segurança Nacional, todos funcionários de carreira que ocuparam cargos importantes no governo Obama¹ –, teremos uma gestão pautada mais pelo espírito de reconstrução do que de transformação. E mesmo levando-se em conta que no governo Trump os países ao sul eram vistos essencialmente por meio de lentes internas (com um discurso agressivo anti-imigrante, destinado a agradar a base nativista do partido Republicano), lembremos que Joe Biden participou, como vice-presidente, de um governo que também apresentou uma postura dura com relação aos imigrantes latinos.

Barack Obama liderou os governos com o maior número de deportações da história recente do país e teve uma atuação nada modelar em sua defesa puramente formal das regras democráticas na região, frente aos golpes de Estado dos últimos anos na América Latina². E, além disso, os democratas têm um longo histórico de promoção de uma política externa hemis-

1 James Traub, *Biden has team Obama always wanted*. Foreign Policy, November, 24, 2020 (<https://foreignpolicy.com/2020/11/24/biden-has-the-team-obama-always-wanted/>).

2 <https://www.migrationpolicy.org/article/obama-record-deportations-deporter-chief-or-not>.

férica de viés neoliberal, centrada na promoção dos interesses econômicos de suas empresas, assim como no eixo da segurança nacional, definido em termos bem estreitos: defesa da fronteira e combate ao narcotráfico e ao terrorismo.

Continuidades dentro da tradição diplomática daquele país tenderão a dar o mote do comportamento internacional, embora certamente ocorrerão ajustes em áreas específicas – no mais das vezes, derivados de demandas e pressões internas, como exemplo a temática migratória.

MAIOR INTERESSE NA REGIÃO, MAS SEM SOBRESSALTOS

Embora o patamar de relacionamento de Trump com a América Latina tenha sido mínimo, guinadas históricas rumo a um intenso relacionamento com nossa região seriam surpreendentes. Isso se aplica inclusive à histórica promoção da lógica mercantil (formalmente de livre comércio) da diplomacia norte-americana, uma vez que hoje aquele país vive um momento de protecionismo muito mais intenso, que deve continuar o governo Biden.

De maneira concreta, em artigo em que analisa a situação latino-americana no final do segundo ano de mandato de Donald Trump, Joe Biden afirmou que os EUA haviam negligenciado de maneira perigosa a presença junto aos vizinhos ao sul da fronteira. Isso teria dado margem excessiva a uma maior influência de outras potências econômicas e militares globais na região, em especial uma maior atuação da China e, em alguns lugares, da Rússia.

Trump também teria descontinuado programas importantes, como a aproximação estabelecida por Obama junto a Cuba e a ajuda econômica e de segurança que os EUA tinham destinado a países da América Central. Aqui, a referência é ao chamado Triângulo do Norte (Guatemala, Honduras e El Salvador), focos nodais das últimas ondas migratórias rumo ao território norte-americano, decorrentes de continuadas e crescentes crises econômicas e de segurança locais.³

Ainda segundo Biden, o vácuo criado

³ Joe Biden, *The Western Hemisphere Needs U.S. Leadership*. Americas Quarterly, December, 2018 (<https://www.americasquarterly.org/article/joe-biden-the-western-hemisphere-needs-u-s-leadership/>).

**Barack Obama
liderou os
governos com o
maior número de
deportações da
história recente
do país e teve
uma atuação
nada modelar na
defesa puramente
formal das regras
democráticas na
região, frente
aos golpes de
Estado dos
últimos anos na
América Latina.
Além disso,
os democratas
têm um longo
histórico de
promoção de uma
política externa
hemisférica de
viés neoliberal**

por Trump na região teria de ser revertido a fim de manter a América Latina sob a égide dos interesses e agenda norte-americana. E nessa nova expressão da lógica hegemônica, a liderança norte-americana deveria exercer também pela promoção de sua visão específica de democracia e pelo combate ao que se entende como uma crescente corrupção regional, de maneira especial, na Venezuela e Nicarágua.

E seria importante apontar que Biden não demonstra a mesma preocupação com a crescente erosão das instituições democráticas em outros países da região, nem faz nenhuma *mea culpa* no que se refere ao papel da diplomacia norte-americana na legitimação de processos golpistas em diversos países da América Latina, como Honduras, em 2009, no Paraguai, em 2013 e mesmo em nosso país, em 2016.

CÚPULA DA DEMOCRACIA

Em uma das poucas promessas concretas para a administração, Biden diz pretender sediar uma Cúpula da Democracia, em que provavelmente se buscará, mais uma vez, a promoção de programas de cooperação entre o FBI e Ministérios Públicos regionais nos moldes das investigações politicamente enviesadas, como as da Operação Lava Jato, no Brasil e Peru. Na mesma direção, no sumário do programa de governo publicado após a confirmação de sua vitória, Biden aponta que tentará reestabelecer princípios multilaterais e institucionais à política externa norte-americana, de modo que os EUA voltarão ao Tratado Climático de Paris e à Organização Mundial da Saúde (OMS). Também trabalharão para reestabelecer o diálogo e a cooperação junto aos aliados tradicionais, em especial a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de modo a conter a expansão de países que continuam vistos como rivais principais ao redor do globo, em especial a China e, novamente, a Rússia⁴.

Fica claro, pois, que a América Latina continuará a ser vista de maneira secundária, como foco de disputa entre as grandes potências. E uma das poucas áreas em que talvez nossa região, ou mais precisamente parte dela, venha assumir alguma centralidade séria na temática ambiental.

⁴ Biden Administration, *Day One Agenda and Policy Priorities*. November 2020.



Biden apostou nesse tema como um elemento central na sua plataforma de campanha para atrair o eleitorado mais jovem do seu partido. E parece provável que um discurso ligado ao meio ambiente venha a servir como uma política de pressão sobre concorrentes comerciais, especialmente junto a países como o Brasil.

De fato, tanto para manter o apelo junto às alas mais progressistas dos democratas, quanto para agregar setores empresariais ligados ao agronegócio, Biden poderá utilizar o desastre ambiental brasileiro como

um exemplo negativo mundial.

IMIGRAÇÃO LIMITADA

Na temática migratória, Biden diz não defender uma política de fronteira aberta, mas vê o *status quo* como insustentável e julga necessária uma nova política migratória, que inclua um processo de anistia e legalização de indocumentados. Mas não parece certo que algo tão ambicioso seja aprovado no Congresso, especialmente sem o controle da Câmara Alta do país. O novo presidente promete reestabelecer a

decisão legal de não deportar imigrantes indocumentados que foram trazidos pelos pais aos EUA quando crianças.

A nova administração pretende também suspender a expansão do muro fronteiriço com o México, assim como reverter o tom agressivo em relação às comunidades latinas. No mesmo sentido, planeja-se manter a atual suspensão legal do programa de separação de famílias imigrantes que levou as forças de segurança a prender crianças em jaulas, muitas das quais ainda esperando ser reintegradas aos familiares.

Ainda que Biden deseje retomar o diálogo com o México, lembremos que, contra todas as expectativas, o governo, formalmente de esquerda de Lopez Obrador, foi muito cooperativo com Trump, tanto no que se refere à revisão das cláusulas comerciais do NAFTA (hoje, USMCA) quanto à contenção das ondas migratórias que passavam pelo território mexicano. Aqui não houve novidades. Em 2014, Obama e o então presidente mexicano Peña Nieto criaram o programa *Frontera Sur*. Por meio dele, Washington forneceria recursos para que o governo mexicano impedisse que migrantes centro-americanos atravessassem o território. Até o momento, Biden não indicou que pretenda rever essa política, ainda que ela provoque forte resistência e desgaste junto aos países do sul.

Em uma das poucas promessas concretas para a administração, Biden diz pretender sediar uma Cúpula da Democracia, em que provavelmente se buscará, mais uma vez, a promoção de programas de cooperação entre o FBI e Ministérios Públicos regionais nos moldes das investigações politicamente enviesadas, como as da Operação Lava Jato, no Brasil e Peru

CHINA E VÁCUO DE INTERLOCUTORES REGIONAIS

Os desafios frente à ascensão e crescente influência regional da China, assim como a preocupação com o atual governo venezuelano devem prosseguir. Cabe lembrar que Biden, um moderado, teve na política externa uma atuação forte em defesa dos interesses dos EUA, inclusive na defesa do uso da força militar. De maneira concreta, ele foi um dos defensores da política antidrogas na região, em especial do Plano Colômbia, assim como da tentativa da expansão de acordos de livre comércio. Assim, para além da tentativa de recuperação de um padrão de negociação centrado na diplomacia formal, não se deve esperar mudanças profundas no relacionamento com a região.

Possíveis exceções seriam a tentativa de retomar o processo de aproximação com Cuba, embora hoje o governo da ilha talvez não tenha o mesmo interesse em repetir os termos da negociação da era Obama. Além disso, a derrota de Biden junto à comunidade cubana do sul da Flórida representa, hoje, resistência interna a um possível *rapprochement* mais ambicioso. Com relação ao governo de Nicolás Maduro, será surpreendente se houver uma grande mudança de tom por parte de Biden, ainda que seja possível antever que novos canais de diplomacia possam vir a ser estabelecidos, com uma eventual acomodação, especialmente agora que o novo Congresso venezuelano retirou de cena a controversa figura de Juan Guaidó.

Da mesma forma, a experiência do golpe de estado na Bolívia em 2019, apoiado pelo governo dos EUA e chancelado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), requererá um grande esforço de re-

construção da imagem norte-americana na região. Embora seja provável que presidentes como Alberto Fernandez, da Argentina, e mesmo Lopez Obrador tendam a se sentir mais confortáveis com Biden do que com Trump, há arestas que não serão facilmente aparadas, nos âmbitos do comércio e das relações com Pequim.

De todo modo, parece certo que Biden buscará uma maior interação e diálogo com a região. Mas não parece tão claro que, excetuando-se Jair Bolsonaro, haja uma definição de rumos a serem seguidos pela maioria dos países da região, cada dia mais dependentes do mercado e de investimentos chineses. Apesar de, até o momento, Bolsonaro manter uma postura de alinhamento estreito junto aos EUA, a pressão do agronegócio e de setores de tecnologia na

A América Latina encontra-se hoje em um contexto de maior divisão interna, polarização ideológica, turbulências políticas e dificuldades econômicas e sanitárias do que durante os anos Obama. Acima de tudo, não há clareza sobre quem seria o interlocutor regional para o estabelecimento de diálogo e interação, uma vez que as organizações regionais como a UnaSul, Celac e mesmo o Mercosul, encontram-se fragilizados



questão do 5G poderá forçar o governo a fortalecer relações com a China.

FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA

A América Latina encontra-se hoje em um contexto de maior divisão interna - polarização ideológica, turbulências políticas e dificuldades econômicas e sanitárias - do que durante os anos Obama. Acima de tudo, não há clareza sobre quem seria o interlocutor regional para o estabelecimento de diálogo e interação, uma vez que as organizações regionais como a UnaSul, Celac e mesmo o Mercosul, encontram-se fragilizados. As alternativas propostas por novas lideranças, como o controverso Grupo de Lima, não foram capazes de se estabelecer como vozes legítimas. Por fim, Brasil e México, que, em tese, poderiam aglutinar interesses regionais, parecem desinteressados e/ou incapazes de assumir a tarefa de falar pela região.

MAIS UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?

Para além da tradicional defesa regional contra influências extra-hemisféricas e do combate ao narcotráfico, não está claro quais as prioridades específicas da administração Biden com relação ao nosso continente. As exceções mais claras seriam a manutenção da agenda anticorrupção da era Obama, cujos resultados, além de controversos desde então, estão hoje muito menos aceitos na região; e, em especial, a temática da proteção ambiental, de maneira central da região amazônica. Biden chegou mesmo a prometer a criação de um fundo de 20 bilhões de dólares para a proteção da floresta amazônica, em especial frente aos incêndios florestais crescentes em território brasileiro, ideia que foi fortemente rechaçada pelo governo brasileiro. O desencontro aponta para possíveis atritos entre os dois maiores países do hemisfério.

Não se devem esperar nem mudanças radicais, nem o *mais do mesmo* no relacionamento dos EUA para com nossa região. Biden certamente se dirigirá ao mundo com maiores níveis de diálogo e diplomacia, mas é bem provável que o país manterá uma postura dura frente à China, enquanto trabalha para recompor a influência global.

Num contexto regional em que os organismos de representação multilateral se

Não se devem esperar nem mudanças radicais, nem o mais do mesmo no relacionamento dos EUA para com nossa região. Biden certamente se dirigirá ao mundo com maiores níveis de diálogo e diplomacia, mas é bem provável que o país manterá uma postura dura frente à China, enquanto trabalha para recompor sua influência global

encontram fragilizados e em que a crise da pandemia trouxe à luz enormes deficiências das sociedades latino-americanas, novas formas de diálogo e colaboração terão grandes dificuldades de efetivação.

No momento em que políticas de controle sanitário, que certamente teriam tido melhor resultados se buscadas por meios multilaterais - e que poderiam assim servir para aprofundar iniciativas

de coordenação diplomática regional-, o que vemos é a reversão de tais projetos e o aprofundamento da lógica e narrativa unilateral e mesmo xenófoba.

Em grande medida, espera-se que a dinâmica de relacionamento hemisférico seja, pois, mais de caráter bilateral do que multilateral e mudanças em questões específicas tenderão a se dar não só por alguma iniciativa por parte dos EUA, mas também pela forma com que países específicos venham a se engajar com o novo governo norte-americano. Nesse sentido, especialmente em países onde a diplomacia formal esteja encastelada em amarras ideológicas da Guerra Fria - em especial, o Brasil -, novos atores da política externa, como ativistas e acadêmicos poderiam fazer a diferença na busca de inovações que sejam mais promissoras do que tanto o *status quo*, quanto experiências históricas de claro imperialismo, como nos anos 60, 70 ou 80 do século passado.

DIFERENÇAS NO RELACIONAMENTO

É inegável que faz muita diferença se os EUA se relacionam com o resto do mundo de uma forma agressivamente unilateral, como fez Trump, ou sob uma abordagem multilateral, institucional e diplomática, como se espera que seja feito por Biden. De toda forma, não é de se esperar que a América Latina venha a aparecer no centro das atenções de Washington.

Biden certamente buscará maior engajamento com seus vizinhos, mas isso continuará a ser feito de forma *ad hoc* e certamente guiado, prioritariamente, pelos interesses econômicos e de defesa da potência hegemônica regional. A forma como a América Latina reagirá às novas orientações dos Estados Unidos ajudará em muito a definir os rumos do que tem sido historicamente o relacionamento mais impactante e definidor que a sofrida, mas resistente região tem mantido com o resto do mundo.



Rafael R. Ioris,
professor de
História e Política
Latino-americana
na Universidade de

Denver e Pesquisador do Instituto de Estudos do Estados Unidos do Brasil (INCT-INEU).



A direita, a internet e os livros

O mercado editorial vive uma profunda mudança: as vendas em livrarias físicas caíram, mas a circulação de livros, não

Haroldo Ceravolo Sereza

No início de janeiro de 2021, o grupo Record, do Rio de Janeiro, anunciou a saída de Carlos Andrezza da direção-executiva, com a substituição por Rodrigo Lacerda. Aparentemente, uma pequena e quase discreta movimentação nos cargos de uma das grandes empresas do setor, que, além da própria editora Record, conta também com os selos Difel, Bertrand Brasil, José Olympio, Civilização Brasileira, Paz e Terra, Verus, BestSeller (e o selo Best Business), as Edições BestBolso, Rosa dos Tempos, Nova Era e Viva Livros.

Andrezza é hoje mais conhecido pelos comentários que fazia diariamente na rádio negacionista Jovem Pan. Recentemente, foi contratado pela CBN e será um dos âncoras a partir de fevereiro. Também tem uma coluna no jornal *O Globo*. É sobrinho do coronel Mario Andrezza (1918-88), o candidato preferido dos militares à Pre-

sidência. Foi derrotado na convenção do partido da ditadura, o PDS (atual Progressistas), por Paulo Maluf, que perderia a disputa indireta de 1985 para Tancredo Neves (PMDB). Estava na Record havia oito anos.

PROPAGANDA LACERDISTA

O grupo Record, inicialmente uma distribuidora de serviços para a imprensa, como tiras de quadrinhos e artigos, passou a publicar livros nos anos 1960 para divulgar as ideias de Carlos Lacerda (1914-77) e fazer muita propaganda anti-comunista. Foi uma das editoras que, obviamente, mais apoiaram o golpe de 1964. Carlos Lacerda, aliás, criou uma editora muito importante também, a Nova Fronteira, da qual o novo diretor do grupo Record, neto do governador do Rio em 1964, já foi gerente editorial.

Essas genealogias sugerem a relevância que a tradição cultural da direita dá aos projetos ideológicos de fundo e para o papel

fundamental que o mercado editorial teve no golpe de 2016 e na trajetória política do país que levou Jair Bolsonaro ao poder. Longe de ser um campo neutro, algumas das principais editoras e livrarias – e entidades que representam as grandes casas publicadoras – foram atores diretos da disputa ideológica em que estamos metidos.

A construção de um ambiente hostil à esquerda recorreu a diferentes métodos de intervenção no debate político cultural. A edição e a superexposição de autores medíocres, embalados pela publicidade e pela compra de espaço nas livrarias, sugerem que, mais do que “ganhar dinheiro” diretamente com a venda de livros, algumas editoras se engajaram de modo explícito e empolgado na vida política. O resultado econômico imediato cedeu às pressões da luta ideológica. Não há estudos suficientes que indiquem claramente o financiamento político dessas empresas por institutos e *think tanks* que estive-



REPRODUÇÃO

O grupo Record, inicialmente uma distribuidora de serviços para a imprensa, como tiras de quadrinhos e artigos, passou a publicar livros nos anos 1960 para divulgar as ideias de Carlos Lacerda (1914-77) e fazer muita propaganda anticomunista. Foi uma das editoras que, obviamente, mais apoiaram o golpe de 1964

ram à frente desse combate. Mas, como o mercado editorial é, economicamente falando, bastante pequeno, é muito difícil detectar essas movimentações a quente. Normalmente, o entendimento desse mecanismo leva anos para ser desvendado, como foi o caso do apoio norte-americano à editora GRD, na década de 1960, comandada pelo escritor Rubem Fonseca. Essa casa, também especializada na difusão de ideologia reacionária, foi responsável pela publicação dos primeiros livros do hoje consagrado autor, um notório articulador do complexo ideológico Ipes-Ibad, institutos que organizaram o discurso e o dinheiro internacional que sustentou o golpe de 1964.

GUINADA À EXTREMA DIREITA

Evidentemente ninguém é responsável pelos atos de tios e avós, mas Andreazza é responsável, sim, por uma radical guinada à extrema direita do grupo Record. Ele

é o editor de Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino e tantos outros. Também foi o editor que tirou de catálogo incontáveis autores progressistas e socialistas. Lacerda tem um perfil mais discreto e menos radical que o de Andreazza, e creio que ainda é cedo para avaliarmos o impacto da mudança. De todo modo, a saída de Andreazza da Record, em tese, coloca a editora numa posição menos engajada com a ultradireita que liderou o golpe.

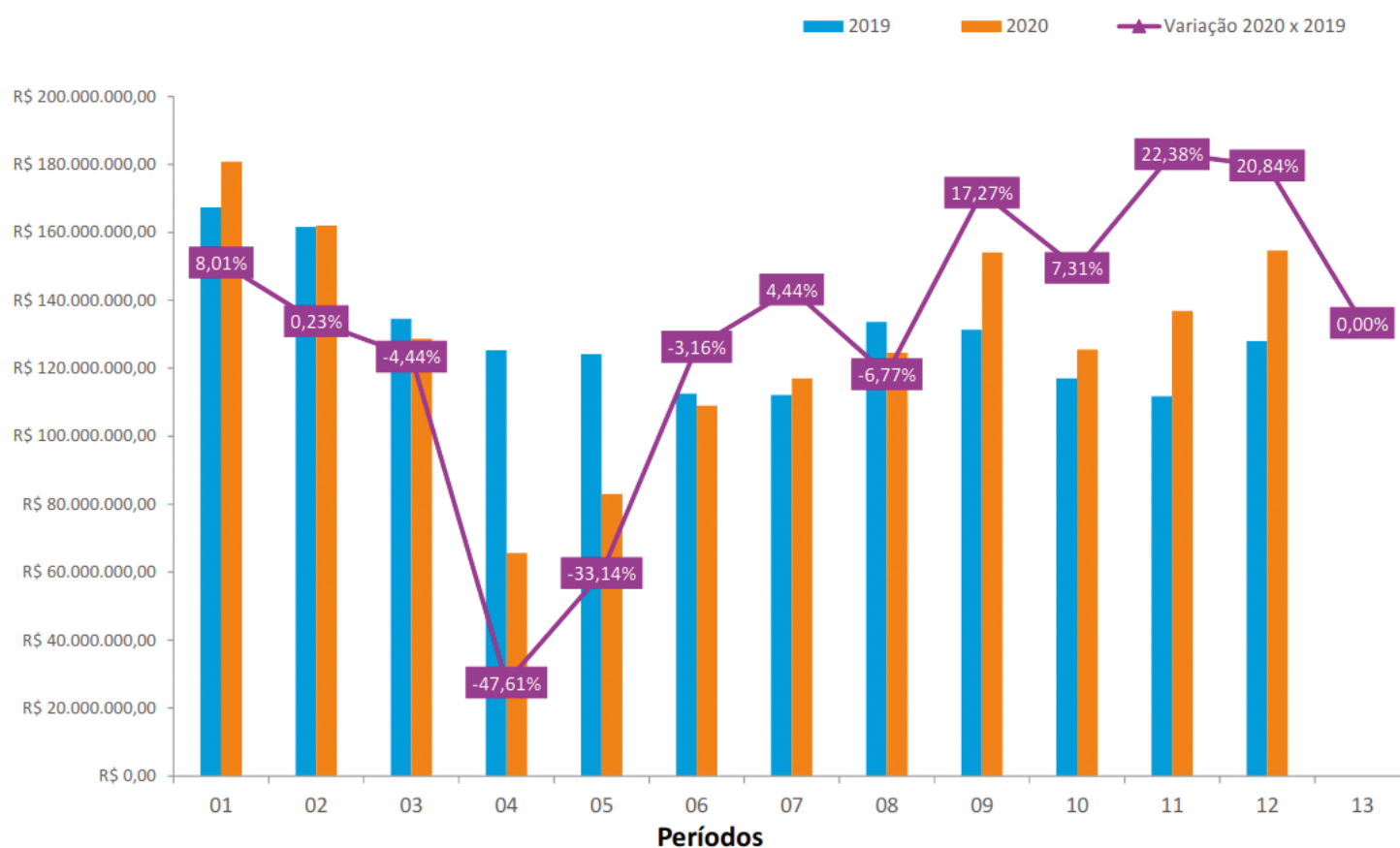
Durante os anos 2010, essa ultradireita levou muito a sério a criação e a difusão, com práticas de marketing agressivas, de livros. O Grupo Record, ainda antes de Andreazza assumir um posto de direção, já responsável pela publicação do jornalista Reinaldo Azevedo, fez uma agressiva campanha, fundada em desinformação, contra o prêmio Jabuti de Livro do Ano de Chico Buarque em 2010, autor de *Leite derramado*, publicado pela Companhia das Letras.

Num modelo de financiamento que dependia das editoras para bancar o crescimento, livrarias em dificuldades econômicas trocaram a ideia de gerirem espaços plurais política e culturalmente pela venda descarada de melhores lugares nas gôndolas de livros (não mais estantes) para as editoras capitalizadas. Direitistas envergonhados que dirigiam essas livrarias viram-se também representados por essa onda, e passaram a ser defensores ardorosos do Estado mínimo enquanto se afundavam em empréstimos obtidos no BNDES, num dos maiores erros setoriais do banco durante os anos Lula e Dilma.

FALÊNCIA DAS GRANDES LIVRARIAS

Como sabemos, o projeto político vingou, mas as livrarias faliram. 2020 foi o ano em que as redes Saraiva e Cultura, as duas maiores do país, minguaram, numa crise que seria pouco diferente se não fosse a pandemia. Esses negócios vinham enfrentando dificuldades de longa data, dificuldades que derivam de erros de planejamento econômico, de administração cotidiana infeliz e, também, das derivas políticas desastrosas, que espantaram parte do público fiel. Essas lojas, que deixaram de pagar centenas de milhões de reais a fornecedores e trabalhadores, sofreram também com uma crise estrutural do setor, que, pressionado pela publicação legal ou ilegal de livros e textos digitais,

COMPARATIVO VALOR – 2020 X 2019



T. Mercado – Períodos de 01 a 13 (2020 X 2019)
Fonte: Nielsen | Nielsen BookScan

O mercado editorial brasileiro vive uma profunda mudança: as vendas em livrarias físicas caíram, mas a circulação de livros, não. Os números detalhados ainda não temos, mas tudo sugere que o principal espaço de difusão de livros deixou de ser a livraria física e passou a ser a Amazon. Trocamos o controle das redes de livrarias reacionárias pelo controle pela empresa do homem mais rico do mundo hoje, Jeff Bezos

viu o faturamento cair, em termos reais, 20% nos últimos 14 anos.

Segundo o IBGE, de janeiro a novembro de 2020, as livrarias sofreram uma dura contração: o portal *Publishnews*, especialista no acompanhamento do mercado editorial, noticiou que o setor varejista de livros, jornais, revistas e papelaria apresentou perda acumulada de 29,7%. A *Veja São Paulo* também registrou uma nova ronda de demissões na Livraria Cultura, com o corte de dezenas de funcionários em 8 de janeiro de 2021. Dirigindo-se aos trabalhadores da rede, Sérgio Herz, CEO da Cultura, afirmou que a empresa “não está fazendo nada de mais” em atrasar os pagamentos e, em nota, a rede justificou as demissões como consequência de uma adequação “devido à nova realidade”: “o mercado migrou para o on-line e as vendas pela internet representam hoje, em média, 80% do total das vendas no Brasil”.

VENDAS FÍSICAS E ONLINE

De acordo com o site da revista *Pequenas empresas, grandes negócios*, em 2019, segundo pesquisa divulgada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL),

“as livrarias físicas e as vendas *on-line* representaram, respectivamente, 50,5% e 17,9% do faturamento do setor editorial. A expectativa é que, este ano, a internet tenha sido responsável, sozinha, por mais da metade”.

Como mostra o *gráfico 1* acima, essa queda não foi tão sentida pelas editoras em geral, especialmente as que dependiam menos das duas redes, por conta da venda *on-line* de livros – seja em *sites* próprios, de cada empresa, seja pela Amazon. Quando os dados incluem a venda *on-line*, os resultados são outros.

Segundo o *Painel do Varejo de Livros no Brasil* (veja *gráfico 1*), acompanhamento em tempo real do mercado editorial brasileiro, feito pela Nielsen [Media Research por encomenda do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, até o fim de novembro de 2020 foram vendidos tantos exemplares e alcançou-se quase o mesmo faturamento que nos doze meses de 2020. De acordo com o *Publishnews*, “por questões contratuais da Nielsen com as varejistas, o documento não esmiúça o que foi realizado em lojas de argamassa e tijolo e aquilo que foi vendido em lojas exclusivamente virtuais, mas livreiros e editores ouvidos pelo *PublishNews* apontam que grande parte dessas vendas foi realizada em *e-commerces*, mostrando que esse segmento é o que tem sustentado essa recuperação apontada pelo Painel”.

Assim, o mercado editorial brasileiro vive uma profunda mudança: as vendas em livrarias físicas caíram, mas a circulação de livros, não. Os números detalhados

É fundamental que a esquerda leve a sério o acompanhamento e a atuação do mercado editorial, por meio de editoras ligadas diretamente ou historicamente aos movimentos populares e progressistas, e favoreça a construção de redes alternativas de distribuição, compreendendo definitivamente a importância política estratégica e tática do setor, incorporando a suas lutas projetos e reivindicações que revertam a hiperconcentração do setor e a falta de pluralismo que sufoca as propostas populares

ainda não temos, mas tudo sugere que o principal espaço de difusão de livros deixou de ser a livraria física e passou a ser a Amazon. Trocamos o controle das redes de livrarias reacionárias pelo controle pela empresa do homem mais rico do mundo hoje, Jeff Bezzos.

REDES ALTERNATIVAS

Nesse cenário, parece fundamental que a esquerda leve a sério o acompanhamento e a atuação do mercado editorial, por meio de editoras ligadas diretamente ou historicamente aos movimentos populares e progressistas, e favoreça a construção de redes alternativas de distribuição, compreendendo definitivamente a importância política estratégica e tática do setor, incorporando a suas lutas projetos e reivindicações que revertam a hiperconcentração do setor e a falta de pluralismo que sufoca as propostas populares.

FONTES:

Agência O Globo/Revista *Pequenas Empresas, Grandes Negócios*: *O ano em que o e-commerce salvou o mercado editorial*. <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/E-commerce/noticia/2020/12/o-ano-em-que-o-e-commerce-salvou-o-mercado-editorial.html>

O Estado de São Paulo: *Mercado editorial brasileiro encolhe 20% em 14 anos*. <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,mercado-editorial-brasileiro-encolhe-20-em-14-anos,70003357850>

Publishnews: Nielsen: *Black Friday polpuda salva 2020*. <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/12/18/nielsen-black-friday-polpuda-salva-2020>

Publishnews: *Mais demissões na Cultura*. <https://www.publishnews.com.br/materias/2021/01/18/apanhado-mais-demissoes-na-cultura>

Veja São Paulo: *Cultura demite 30 no último corte; ex-funcionários protestam para receber*. <https://vejasp.abril.com.br/cidades/livraria-cultura-fgts-rescisao-atrasado-pagamento-funcionario/>

Folha de São Paulo: *Editor Carlos Andreazza deixa o grupo Record para se dedicar ao jornalismo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/01/editor-carlos-andreazza-deixa-o-grupo-record-para-se-dedicar-ao-jornalismo.shtml>



Haroldo Ceravolo Sereza, doutor em Letras pela FFLCH-USP, é fundador de Alameda Casa

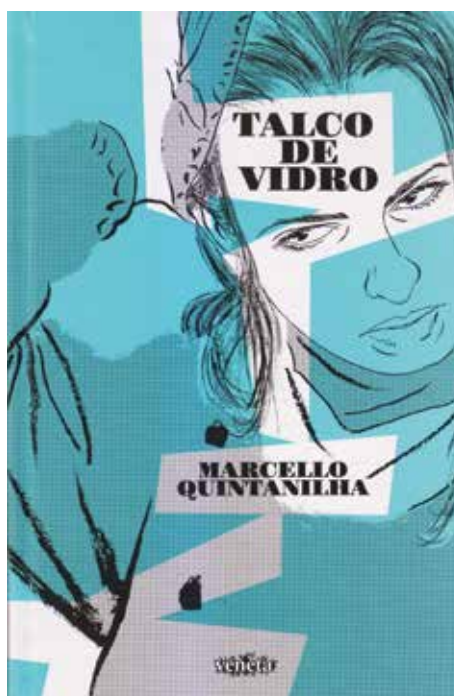
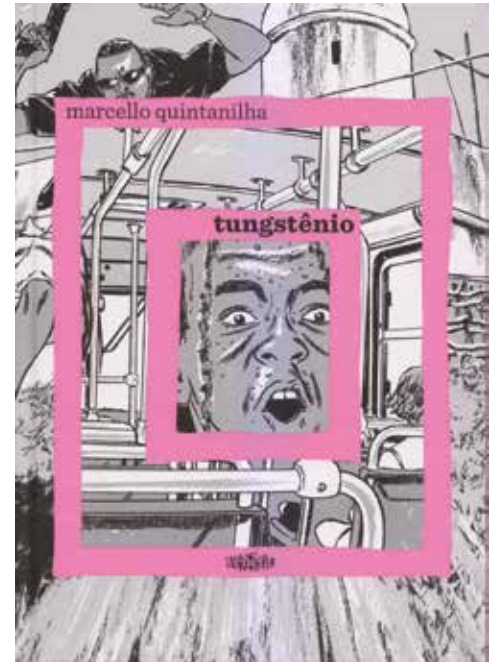
Editorial, ex-presidente das Liga Brasileira de Editoras (2011-2015) e representante eleito do Conselho do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura do município de São Paulo.

Marcello Quintanilha (Niterói, 1971) é um dos mais importantes quadrinistas da atualidade. Com uma estética naturalista, que remete ao fotojornalismo, articulada a roteiros de alta qualidade literária, Quintanilha criou uma linguagem única e profundamente brasileira. A maior parte de seus trabalhos retrata o dia a dia da classe média baixa, dos batalhadores e dos trabalhadores pobres das periferias e arrabaldes de nossas grandes cidades.

Radicado em Barcelona, seus quadrinhos são publicados na Espanha, França, Itália e Polônia. É autor de nove livros, entre eles *Tungstênio* (2014) - que virou filme em 2018 -, *Talco de Vidro* (2015), *Hinário Nacional* (2018), *Todos os Santos* (2018) e o aclamado *Luzes de Niterói* (2019), todos pela Editora Veneza. Além do Jabuti, Quintanilha recebeu alguns dos mais importantes prêmios internacionais das histórias em quadrinhos, com destaque para o do Salão de Angoulême. Em 2020 lançou seu primeiro romance, *Deserama*.



Marcello Quintanilha





É, DE COMUM ACORDO. DE COMUM ACORDO, TÔ FALANDO PRA TU...





VACINA PARA TODOS (AS)

JÁ!



Curso On-Line da Escola de Verão
da **Fundação Lauro Campos
e Marielle Franco**



Introdução a
O Capital
de **Karl Marx**



pela plataforma de cursos
on-line da **FLCMF**

16 professores especializados
20 encontros on-line

da **Mercadoria** ao **Rendimento**
de **O Capital** de **Karl Marx**

acesse: abre.ai/cursomarx2021